



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Gelson Gomes Carneiro de Souza

**A produção de uma memória sobre a melhoria da educação em Rio Bonito  
(1976-1982)**

São Gonçalo

2013

Gelson Gomes Carneiro de Souza

**A produção de uma memória sobre a melhoria da educação em Rio Bonito (1976-1982)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Helenice Aparecida Bastos Rocha

São Gonçalo

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

**FEITA NA BIBLIOTECA**

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Gelson Gomes Carneiro de Souza

**A produção de uma memória sobre a melhoria da educação em Rio Bonito (1976-1982)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 05 de fevereiro de 2013.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Helenice Aparecida Bastos Rocha  
Faculdade de Formação de Professores

---

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Rui Aniceto Fernandes  
Faculdade de Formação de Professores

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sônia Câmara Rangel  
Faculdade de Formação de Professores

São Gonçalo

2013

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação a toda minha família, em especial, aos meus pais: Edson e Solange.

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é a realização de mais um sonho conquistado, de tantos que ainda pretendo conquistar. Chego até aqui com o alívio e alegria de ter vencido mais uma importante etapa da minha vida acadêmica e com a certeza de que a conclusão desse curso de mestrado contribuirá significativamente para a minha vida profissional.

Não posso deixar de citar algumas pessoas que são e foram muito importantes nesse período em que caminhei em direção à realização desse sonho. Obrigado, meu Deus, pelos milagres que realizou na minha vida até aqui e, como forma de gratidão dedico a Ti, em primeiro lugar, essa dissertação que tanto me tirou o sono. Aos familiares, amigos, professores e colaboradores que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização desse sonho o meu carinho, o meu muito obrigado, a minha dedicação.

À minha família, meu alicerce. Ao meu pai, Edson e, minha mãe, Solange por incentivarem e entenderem a importância dos estudos e a diferença que isso pode trazer a uma pessoa. Aos meus irmãos, Edson, William, Cíntia e André por serem pacientes, parceiros, amigos e compreensivos na hora de compartilhar os espaços e o computador. À minha noiva Simone e seu filho Lucas pelas palavras de incentivos e força, pela dedicação e por não me deixarem desistir quando eu estava desanimado. Ao meu avô Norberto (in memoriam) que me dizia, ainda na minha infância, que eu “seria alguém”, mesmo eu não entendendo o que ele dizia naquele momento, me sentia orgulhoso e com vontade de estudar para “ser alguém”. Ao meu sobrinho Kaíque, que nasceu recentemente e que tanta alegria traz a nossa família aumentando e renovando os nossos laços de amor. Por fim, e não menos importante, a todos os meus tios e tias, primos e primas, avós maternos que possuem sempre uma palavra para acalantar um coração aflito.

Aos amigos que contribuíram para que esses dois anos fossem menos tensos. À Nilda, sempre carinhosa, obrigado por me incentivar a entrar no mestrado. Às amigas de trabalho Ritinha, Andréa Guedes, Ediléia, Teresa, Nazareth, Emília, Jocineide, Hingsley e Romilda pelas horas de descontração que me proporcionaram nesse período tão conturbado. Tenho orgulho de ter vocês como amigas.

Ao amigo Leandro Ferreira por estar sempre a disposição.

Aos amigos que fiz no decorrer do mestrado. Sem vocês tudo seria mais difícil e solitário. Andréa Martins Alves Silva, Gabriel Valladares Giesta, Leonardo Gonçalves Gomes, Luiz Gustavo Mendel, Rosangela Torres da Silva, Rozely Vigas e Thiago Rodrigues. Obrigado pelos papos descontraídos nos intervalos ou encontros, vocês foram importantes e, certamente alguns ficaram para a vida toda.

Ainda a Thiago Rodrigues pelas leituras críticas e contribuições a este trabalho. Agradeço por sua amizade e generosidade.

Ao professor Arnupho Ferro pela confiança e disponibilização de alguns jornais tão preciosos para a composição deste trabalho.

Às professoras Lúcia Velloso, primeira a ouvir minhas idéias sobre a história da educação e me indicar leituras ainda na graduação. E a professora Sônia Câmara, do Programa de Pós-graduação em Educação, com quem tive o privilégio e o prazer de fazer a disciplina *Formação de Professores, história e políticas* que tanto contribuiu para a elaboração desta dissertação e por ter aceito o convite para compor a banca avaliativa deste trabalho.

Aos professores que tive durante o curso, Gelsom Rozentino, Rui Aniceto Fernandes, Marcelo Magalhães, Helenice Rocha, Luiz Reznik, Daniela Calainho, Márcia Gonçalves. Obrigado pelos textos, leituras e contribuições.

À minha orientadora Helenice Aparecida Bastos Rocha, pela dedicação, confiança, palavras, às vezes duras (merecidas), mas sempre de incentivo. Tenho orgulho de dizer que estudei com essa professora e fui orientado por ela na graduação e no mestrado. Suas contribuições, leituras, paciência e carinho foram fundamentais para eu chegar até aqui. Não tenho palavras para expressar a minha gratidão. Muito obrigado!

Ao prefeito Aires Abdalla Helayel pela atenção. Mesmo com a saúde fragilizada foi gentil, solícito e contribuiu muito para a conclusão deste trabalho que, de certa maneira, o teve como personagem central.

Às pessoas que se dispuseram a falar sobre o tema deste trabalho: Aládia Duarte, Telma Rosa, Helanilza Valgueiro, Ediléia Moraes, Edson Jorge, Deora Pereira, Marinete Freire, Sônia Solano, Nilda Soares, Romilda Soares e Leir Moraes, os meus agradecimentos.

Sem vocês eu não teria conseguido essa vitória que não é só minha, é nossa!

Por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

*Marc Bloch*

## RESUMO

CARNEIRO, Gelson Gomes Carneiro de. *A produção de uma memória sobre a melhoria da educação em Rio Bonito (1976-1982)*. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

Este trabalho tem o objetivo de compreender o momento do primeiro mandato do prefeito Aires Abdalla Helayel, do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, à frente do Executivo Municipal de Rio Bonito (1977 a 1982), época que realizou uma ampliação na rede escolar pública municipal na cidade, buscando construir, através da elaboração de um material de divulgação produzido pelo Jornal “A Tribuna” de Niterói, uma memória que o promovesse politicamente. Durante sua campanha em direção ao executivo municipal em 1976 o candidato Aires Abdalla não teve apoio das principais lideranças emedebistas do “novo” estado do Rio de Janeiro, que na ocasião disputavam espaço e novos aliados pelo interior fluminense. Neste sentido, de um lado, estava o ex-governador da Guanabara, Chagas Freitas e, de outro lado, o senador fluminense Amaral Peixoto. A partir de 1979 o prefeito Aires Abdalla se aproxima de Chagas Freitas, recém eleito governador, em busca de verbas. Ao ser atendido pelo governador, Aires Abdalla e o diretório municipal do MDB de Rio Bonito passa a compor a “máquina chaguista”.

Palavras-chave: Rio Bonito. Ampliação de rede escolar. Memória. Chagas Freitas. Aires Abdalla.

## ABSTRACT

CARNEIRO, Gelson Gomes Carneiro de. *The production of a memory about improving education in Rio Bonito (1976-1982)*. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

This study aims to understand the timing of the first term of Mayor Aires Abdalla Helayel, the Brazilian Democratic Movement, the MDB, ahead of the Municipal Executive of Rio Bonito (1977-1982), who made a season extension in municipal public school system in the city, seeking to build, through the development of a promotional material produced by the newspaper "the Tribune" in Niteroi, a memory that promote politically. During his campaign toward the municipal executive in 1976 the candidate Aires Abdalla had no support from key leaders emedebistas the "new" state of Rio de Janeiro, at the time contended that space and new allies inside the Rio. In this sense, one side was the former governor of Guanabara, and Chagas Made, on the other hand, Senator fluminense Amaral Peixoto. From 1979 the mayor Aires Abdalla approaches Chagas Freitas, newly elected governor, in search of funds. To be attended by Governor, Abdalla Aires and municipal directory MDB Rio Bonito starts to compose the "machine chaguista."

Keywords: Rio Bonito. Expansion of the school network. Memory. Chagas Freitas. Abdalla Aires.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b>		
Mapa 1 –	Rio de Janeiro indicando a área do antigo Estado da Guanabara: Atuação política de Chagas Freitas até a fusão da Guanabara com o Rio .....	50
Mapa 2 –	Avanço do MDB chaguista pelo novo estado do Rio de Janeiro I ...	54
Mapa 3 –	Avanço do MDB chaguista pelo novo estado do Rio de Janeiro II .....	56
Mapa 4 –	Avanço do MDB chaguista pelo novo estado do Rio de Janeiro III .....	63
Gráfico –	Número de votos recebidos pelo MDB nas eleições de 1966 a 1974 no Brasil .....	73
Figura 1 –	Identificação do material de divulgação: "A Tribuna Especial de Rio Bonito" .....	83
Figura 2 –	Aires Abdalla: um governo aberto ao povo .....	89
Figura 3 –	A arrancada com novas escolas .....	102
Figura 4 –	Em 3 anos mais escolas que em 131 anos de emancipação .....	133
Figura 5 –	O colégio, a faculdade e a cidade-mirim .....	138

**LISTA DE FOTOGRAFIAS**

<b>LISTA DE FOTOGRAFIAS</b>		
Fotografia 1 –	Chagas Freitas visita Rio Bonito .....	60
Fotografia 2 –	Saneamento básico .....	93
Fotografia 3 –	Extensão de rede e iluminação pública .....	94
Fotografia 4 –	Galeria para evitar inundações .....	95
Fotografia 5 –	Reparo em estrada para escoamento da produção rural .....	96
Fotografia 6 –	Trator e caminhões .....	96
Fotografia 7 –	Concretagem da última laje do Colégio Municipal de Rio Bonito .....	104
Fotografia 8 –	Construção do Colégio Municipal .....	104
Fotografia 9 –	Escola Municipal Roberto Silveira: antes da reforma .....	109
Fotografia 10 –	Foto de uma escola municipal .....	111
Fotografia 11 –	Escola Municipal Oscar Moreira Soares: antes da reforma .....	112
Fotografia 12 –	Escola Municipal Roberto Silveira: antes da reforma: outro ângulo .....	113
Fotografia 13 –	Escola Municipal Roberto Silveira: depois da reforma .....	129
Fotografia 14 –	Uma escola sem identificação e a nova Escola Municipal Munir Abdalla Helayel .....	130
Fotografia 15 –	C. M. Celina Mathias de Mello .....	134
Fotografia 16 –	Aula inaugural do Colégio Municipal de Rio Bonito no pátio do C. E. Desembargador José Coelho da Rocha Junior: Mesa de abertura .....	137
Fotografia 17 –	Aula inaugural do Colégio Municipal de Rio Bonito: fala do prefeito .....	137
Fotografia 18 –	Coluna de 9 m de profundidade do Colégio Municipal de Rio Bonito .....	139

Fotografia 19 –	Visita do prefeito Aires Abdalla à obra do Colégio Municipal .....	139
Fotografia 20 –	O primeiro e segundo piso do Colégio Municipal em construção .....	140

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de Estabelecimentos Industriais em 1977: Município de Rio Bonito e de fronteiras .....	24
Tabela 2 –	Receita Municipal (1975-1980) .....	26
Tabela 3 –	População Urbana, Rural e total de Rio Bonito (1950-1980) .....	26
Tabela 4 –	Número de contribuintes do Imposto de Renda (1976-1978) .....	27
Tabela 5 –	Prioridade de investimento público municipal de Rio Bonito, segundo os gastos (1975, 1978 - 1980) .....	29
Tabela 6 –	Participação percentual na produção industrial do Brasil .....	41
Tabela 7 –	Assembléia Legislativa eleita para o Rio de Janeiro em 1974 .....	46
Tabela 8–	Deputados do MDB eleitos para a Assembléia Legislativa do Rio em 1974 .....	48
Tabela 9 –	Comparativo da votação obtida pelo MDB em 1966, 1970 e 1974 .....	72
Tabela 10 –	Número de alunos matriculados em Rio Bonito, por série, em 1976 .....	106
Tabela 11 –	Rede Escolar Municipal .....	108
Tabela 12 –	Valores gastos com as bolsas de estudo: atendimento médio de 420 alunos anualmente .....	118
Tabela 13 –	Receita total e despesas do Município de Rio Bonito com a Educação: 1975 e 1978-1980 .....	124
Tabela 14 –	Despesas com a educação dos Municípios que fazem fronteira com Rio Bonito: 1975 e 1978-1980 .....	127

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1	<b>A ELEIÇÃO DE AIRES ABDALLA PELO MDB À MARGEM DA “MÁQUINA CHAGUISTA</b> .....	31
1.1	<b>Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: o MDB em disputa</b> .....	33
1.2	<b>O Jornal “O Dia” como moeda de troca: Chagas Freitas no controle político do novo estado do Rio de Janeiro</b> .....	43
1.3	<b>Aires Abdalla compõe a “máquina chaguista” e figura no jornal “O Dia” de 1982</b> .....	58
2	<b>A DIVULGAÇÃO DE UMA IMAGEM: AIRES ABDALLA NO PODER</b> .....	69
2.1	<b>Aires Abdalla: um político popular?</b>	65
2.1.1	<u>Aires Abdalla Helayel</u> .....	65
2.2	<b>O MDB rio-bonitense e Aires Abdalla: a consagração política</b> .....	67
2.2.1	<b>O uso do material de divulgação como meio de promoção política: “A Tribuna Especial de Rio Bonito”</b> .....	82
3	<b>A AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE RIO BONITO</b> .....	102
3.1	<b>Um panorama da rede escolar municipal de Rio Bonito antes de 1977</b> .....	102
3.2	<b>Construções, reformas e a ampliação da rede escolar pública municipal de Rio Bonito</b> .....	120
3.2.1	<u>O financiamento da educação e gastos com a rede pública municipal de Rio Bonito ...</u>	120
3.2.2	<u>A educação pública municipal rio-bonitense despontando como prioridade</u> .....	113
3.3	<b>Construções, reformas e a ampliação de escolas da rede escolar pública municipal de Rio Bonito na primeira gestão do MDB</b> .....	128
3.3.1	<u>O “gigantesco complexo educacional” e o Colégio Municipal de Rio Bonito</u> .....	135
4	<b>CONCLUSÕES</b> .....	146
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	151

	<b>FONTES</b> .....	156
	<b>ANEXO A</b> - Lei Complementar nº 20 .....	161
	<b>ANEXO B</b> - Imagem da Ponte Rio-Niterói: “Um novo Estado... Uma nova cultura” .....	169
	<b>ANEXO C</b> - Mapa de Divisão Regional do Estado do Rio de Janeiro .....	170
	<b>ANEXO D</b> - Mapa do Estado do Rio de Janeiro segundo a época de criação dos municípios (1960-2001) .....	171
	<b>ANEXO E</b> – Foto: “Aires Abdalla: o mais novo” .....	172
	<b>ANEXO F</b> - Primeira página da “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980 ....	173
	<b>ANEXO G</b> - Rede Escolar Municipal .....	174
	<b>ANEXO H</b> – Mapa de Rio Bonito .....	176
	<b>ANEXO I</b> - Implantação do Colégio Municipal .....	177
	<b>ANEXO J</b> – Deliberação nº 240 de 27 de dezembro de 1963 .....	179

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o objetivo de compreender um período da trajetória política do prefeito Aires Abdalla Helayel, do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, que durante o seu primeiro mandato como prefeito de Rio Bonito (1977 a 1982), realizou uma ampliação na rede escolar pública municipal da cidade, buscando construir uma memória que o promovesse politicamente. Como veremos, sua campanha em direção ao executivo municipal em 1976 não teve apoio das principais lideranças emedebistas da época, o que só aconteceu a partir de 1979 quando já estava na prefeitura.

A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida dois anos antes de o prefeito eleito em 1976 assumir a prefeitura da cidade de Rio Bonito, trouxe certa instabilidade para a liderança do MDB dos dois estados, tendo em vista que os diretórios cariocas e fluminenses existentes antes da fusão deveriam se tornar apenas um. Veremos que, do lado carioca, o partido era controlado pelo governador Chagas Freitas, influente político e dono do jornal “O Dia”, seu principal instrumento político, utilizado como veículo de notícias que favorecessem o seu governo e o de aliados, o que contribuía para manter/ampliar o que Carlos Sarmiento (2004a) classificou como a “máquina chaguista”. No antigo estado do Rio de Janeiro o MDB era comandado pelo senador fluminense Amaral Peixoto, que mantinha contatos com representantes do diretório nacional em Brasília, ainda durante o governo militar.

Iniciamos este trabalho convencidos de que a ampliação da rede escolar pública municipal de Rio Bonito fazia parte de um movimento nacional ligado à questão econômica e ao desenvolvimento nacional provocado pelo “milagre econômico”. A fala de que o Brasil era o “país que vai pra frente”<sup>1</sup>, tal como na música da Copa de 1970, tornou-se comum, neste período de euforia econômica, sobretudo diante de investimentos monumentais como a construção da ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu, a rodovia transamazônica. A euforia econômica estava posta atingindo um crescimento máximo de 14% do PIB em 1973 (PRADO e EARP, 2007). Acreditávamos que diante desse crescimento econômico a educação precisava acompanhar esse

---

<sup>1</sup> Trecho da música “Pra frente Brasil”, composta por Miguel Gustavo para inspirar a seleção brasileira na copa de 1970.

movimento de elevado desenvolvimento e contribuir para a manutenção dos altos índices econômicos.

Entendíamos que as décadas de 1970 e 1980 viviam momentos propícios para a ampliação da rede educacional no Brasil, visto que o país colhia frutos de políticas que foram iniciadas há pelo menos 50 anos. Dentre alguns marcos desse processo estavam a obrigatoriedade de um investimento mínimo em educação previsto nas constituições a partir de 1934<sup>2</sup>, a criação de um ministério exclusivo para a educação, a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (Lei nº 4.024), e, após dez anos, durante a ditadura militar, a aprovação da reforma de 1º e 2º Graus com a Lei nº 5.692/71. As legislações propiciavam mudanças que resultariam na ampliação da rede escolar pública brasileira.

Em 1977 Luiz Cunha mostrava que toda essa euforia e desenvolvimento econômico gerado por conta de investimentos em industrialização e reformas estruturais do período se expressaram no argumento de que o Brasil não possuía mão-de-obra qualificada suficiente para atender as necessidades advindas com o crescimento econômico. Com isso, acreditávamos que não era coincidência a criação, em Rio Bonito, de uma escola municipal que passaria a atender ao alunado desde o 1º grau ao 2º grau profissionalizante no final da década de 1970. Víamos essa ampliação da rede escolar pública municipal como resposta à “chamada” nacional para investimentos na educação escolar (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 37).

Após algumas leituras<sup>3</sup> passamos a entender, como veremos no decorrer deste trabalho, que a ampliação da rede escolar pública municipal de Rio Bonito foi um movimento ligado às especificidades do local e do regional (Reznik, 2005) com ligações mais fortes com as questões políticas da cidade e da região e, menos relacionadas à euforia ou milagre econômico nacional. Assim, pretendemos com este trabalho contribuir para ampliar os debates em torno da história fluminense, matizando as relações entre o local e o nacional.

No primeiro capítulo apresentamos a discussão em torno da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e verificaremos que essa medida imposta pelo presidente Geisel causou certa instabilidade nos grupos políticos do MDB carioca e fluminense, visto que após a fusão, os diretórios dos dois estados deveriam se fundir em

---

<sup>2</sup> Não houve obrigatoriedade de investimento mínimo em educação na Constituição de 1947.

<sup>3</sup> Karina Kuschnir (2000), Carlos Sarmiento (2008), Marieta Ferreira (2006), Marly Motta (2006), Durval Albuquerque Júnior (2009), Luiz Reznik (2005), Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010) e outros.

um único diretório. Tendo como objetivo ampliar o número de aliados políticos para seus respectivos grupos, Chagas Freitas, líder emedebista da Guanabara e Amaral Peixoto, principal liderança do MDB no Rio de Janeiro passaram a disputar aliados pelo interior fluminense. Uma estratégia política adotada por Chagas Freitas para conquistar e manter aliados foi abrir espaço em seus jornais, sobretudo o jornal “O Dia”, para promovê-los. Já Amaral Peixoto buscou reforçar seus contatos com políticos membros do diretório nacional do partido. Neste contexto, Aires Abdalla se elegeu prefeito de Rio Bonito sem o apoio direto das principais lideranças do partido, dito de oposição, ou seja, sem o apoio de Amaral Peixoto e sem figurar nas páginas do jornal “O Dia” durante sua campanha para prefeito, o que só vai ocorrer em 1982 quando Chagas Freitas visita, a convite do prefeito, a cidade de Rio Bonito.

Longe das páginas do jornal “O Dia”, local que facilitava a promoção de políticos cariocas, inicialmente e, depois, de políticos fluminenses veremos no segundo capítulo que o prefeito Aires Abdalla buscou criar meios para facilitar sua auto-promoção, ao encomendar junto ao jornal “A Tribuna” de Niterói, um material de divulgação que o promovesse politicamente. Neste momento do trabalho, veremos os caminhos que o prefeito buscou construir para ter o seu nome inscrito na memória política da cidade.

No terceiro capítulo a discussão se constituiu em torno da ampliação da rede escolar pública municipal da cidade de Rio Bonito ocorrida na primeira gestão do prefeito Aires Abdalla. Acompanharemos através do material de divulgação encomendado pela “administração Aires Abdalla” como ela deixava que a população local visualizasse o contraste, sobretudo através de fotografias, dessa rede escolar antes de 1977 e como se modificou a partir do seu governo.

Com o objetivo de nos auxiliar na compreensão dessa história, recorreremos ao depoimento de pessoas que estiveram envolvidas direta ou indiretamente na sua construção. Neste sentido, vale uma breve discussão sobre a metodologia da história oral e da memória como fontes históricas que vem se constituindo no Brasil, segundo Marieta Ferreira (1998), desde meados da década de 1970. De acordo com essa historiadora, esse percurso da metodologia da história oral foi iniciado por cursos ministrados por pesquisadores mexicanos e norte-americanos, na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro - FVG (FERREIRA, 1998).

Sobre o início da utilização da história oral como um método histórico, Michel Pollak (1992) destaca que a primeira geração de historiadores que fizeram uso dessa

metodologia, Bertaux na França e Rieder na Alemanha, entre outros, o fizeram por não conseguirem dar conta de explicar a história por meio da observação de longas séries quantitativas da mudança social. Neste sentido, Pollak (1992) defende que a história oral “apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação” (POLLAK, 1992, p. 211). Acreditamos que através de alguns depoimentos, poderemos trazer à luz testemunhos de pessoas com diferentes vivências sobre o mesmo assunto, que no nosso caso específico se refere à trajetória política do prefeito, com destaque para o momento em que ele se dedicou a ampliação da rede escolar pública municipal de Rio Bonito na segunda metade da década de 1970 e no esforço deste gestor para constituir-se na memória de parte da população como o “prefeito da educação”.

Nas palavras de Alessandro Portelli “se nós fazemos uma entrevista é porque o entrevistado sabe de coisas que nós não sabemos” (PORTELLI, 2010, p. 32), isso não significa que a fonte oral deva ser usada sem uma análise e interpretação por parte do historiador, neste sentido, o testemunho oral deve ser encarado como uma “possibilidade de ouvir os sujeitos envolvidos no processo [...], captar as suas experiências [...] e abrir um campo para possíveis análises” (MESQUITA, FONSECA, 2006, p. 334). Neste sentido, concordamos com Lucilia Delgado (2010) que a fonte oral “não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre o vivido” (DELGADO, 2010, p. 15). Assim:

A história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes [...] (DELGADO, 2010, p. 16).

A História Oral produz narrativas orais, que são narrativas oriundas de uma memória, e como salienta Michel Pollak (1992), “a memória é constituída por pessoas, personagens” (1992, p. 201), logo, a memória não traz à tona uma história “cristalizada”, “pura” como ela realmente foi, mas uma memória que “atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no tempo presente” (DELGADO, 2006, p. 38).

Segundo Jacques Le Goff (1990), “a memória, como propriedade de conversar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas,

graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 423). Nestes termos, tomamos consciência de que os relatos orais ditas por depoentes sofrem interferência do tempo e que, portanto, ao narrar a sua versão da história, as pessoas atualizam as impressões vividas de acordo com sua vida no tempo presente. De acordo com Fernando Catroga (2001, p. 20) a memória “não é um armazém que, por conseguinte, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro; mas é retenção afetiva e “quente” do passado”.

Para Michel Pollak (1992) a memória pode ser coletiva ou individual, e, por sua vez, possui elementos específicos que a constitui. Pollak (1992) elenca três elementos da memória, que ajudam na sua compreensão, que são, “vestígios datados”, que o autor classifica como sendo aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento: os “acontecimentos” vividos pessoalmente ou por tabela, o que pode ser entendido como sendo uma memória herdada; as “pessoas/personagens” que podem ser do convívio pessoal ou não; e, por fim, os “lugares” da memória, lugares que podem ou não serem particulares, mas que estão ligados a uma lembrança ou monumento. Vale destacar que todos esses elementos da memória podem, nas palavras do autor, “dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos [...]. O que ocorre nesses casos são portanto transferências, projeções” continua o autor, concluindo sobre a memória e, concordamos com ele, que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 204-205).

Segundo Lucilia Delgado a memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução nas condições do tempo presente. Neste sentido, “o ato de lembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaboração das representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da história” (2000, p. 01). Ainda segundo esta autora, a memória “traduz registro de espaços, tempos, experiências, imagens, representações. Plena de substância social é, abordado de múltiplos fios e incontáveis cores, que expressa a trama da existência, revelada por ênfases, lapsos, omissões” (2010, p. 61).

Tendo em vista que a memória e/ou sua construção está diretamente ligada a construção/reafirmação de identidades, perceberemos, sobretudo no segundo capítulo deste trabalho um investimento realizado pela “administração Aires Abdalla” para construir uma imagem do prefeito como um administrador público que procurou

caminhar em direção às necessidades da população, sobretudo no que dizem respeito à educação escolar. Através do investimento propagandista com o “seu” material de divulgação, o prefeito publica suas realizações, suas obras e dissemina suas idéias pela cidade como se já tivesse a intenção de permanecer na memória da população.

Devemos considerar que segundo Roger Chartier (1991) a construção das identidades sociais, em nosso caso particular a política, é resultado de uma “relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (CHARTIER, 1991, p. 12), ou seja, entendemos o ato de encomendar um material de divulgação para disseminar pela população seus feitos, obras e mensagens, uma relação de força estabelecida para a construção da imagem do prefeito Aires Abdalla como um administrador público que realizou investimentos significativos voltados para a educação.

Tendo em mente essas reflexões acerca da história oral e do uso da memória, propomos compreender a trajetória política do prefeito Aires Abdalla ao longo do seu primeiro mandato como prefeito da cidade de Rio Bonito, momento, em que, já dissemos, ele apresenta como prioridade de investimentos a saúde e a educação. Dessas prioridades selecionamos o campo da educação escolar como objeto de análise, mais especificamente a ampliação da rede escolar pública municipal dessa cidade, tendo como fonte principal por um lado, os quatro números da “A Tribuna Especial de Rio Bonito”<sup>4</sup> e por outro lado, o que dizem algumas moradores do município sobre o primeiro governo Aires Abdalla à frente da prefeitura de Rio Bonito.

Mas onde fica Rio Bonito? Como era essa cidade na década de 70? O que produzia? Como era a sua economia? Quantos habitantes? A resposta a essas questões servirá para informar ao leitor sobre essa cidade, que como já afirmamos, está situada no interior do estado do Rio de Janeiro.

Rio Bonito, na década de 1970, formava com os municípios de Macaé, Araruama, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim a Região da Baixada Litorânea do Estado do Rio de Janeiro<sup>5</sup>. Distante 80 Km da capital do estado, o município do

---

<sup>4</sup> “A Tribuna Especial de Rio Bonito é um material de divulgação encomendado pela “Administração Aires Abdalla” para divulgar os feitos dessa gestão. Trataremos mais detidamente sobre esse material a seguir.

<sup>5</sup> Segundo o Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (da antiga Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico - CIDE) os municípios que formavam a Baixada Litorânea até 1981 são: Macaé, Araruama, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Rio

interior fazia fronteira com Itaboraí, Silva Jardim, Cachoeira de Macacu, Saquarema, e Araruama.

Nas décadas de 1970 e 1980 Rio Bonito tinha em média 37.235 habitantes em dois distritos, Rio Bonito e Boa Esperança. Em 1976/77 possuía 483 leitos hospitalares, sete hotéis com quarenta e cinco quartos no total, quatro agências bancárias, sendo uma do Banco do Brasil, uma agência do Banerj e 2 bancos privados. Possuía ainda, 15 escolas, uma biblioteca pública, uma rádio, um jornal de notícias e um cinema com 976 lugares<sup>6</sup>.

O município possuía uma agricultura diversificada com destaque para a cultura do feijão, mandioca, milho, limão, mamão, tangerina, cana-de-açúcar, goiaba, com destaque, ainda, para o plantio da laranja, tangerina e mamão que possuíam, de 1974 a 1976, a maior área de cultivo em comparação com os outros municípios da região. Em 1975 começam a aparecer outras culturas como o arroz, abóbora, alface, chuchu, batata-doce, inhame, couve, jiló e outros.

Teresa Guimarães (2007) destaca que, no período pós-guerra, houve em Rio Bonito “um incremento na pecuária e na indústria de alimentos de doces, com base na fruticultura local devido à demanda das grandes cidades [...]. Grandes indústrias se instalaram na região, passando a explorar principalmente a produção da goiaba” (2007, p. 35).

A produção de laranja também foi expressiva na economia municipal. Segundo Vasconcelos *apud* Guimarães (2007) a cultura da laranja se expandiu para o interior do estado devido ao surgimento de pragas nas lavouras de Campo Grande e Nova Iguaçu, considerados pólos de produção até a década de 1950. Com isso, São Gonçalo e depois outros municípios, a exemplo de Rio Bonito, se voltaram para o plantio da laranja.

Clara Soares (1988) nos informa que a cidade de Rio Bonito apresentava uma estrutura econômica bastante diversificada. O que explica de certa maneira os dados disponibilizados no Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo quando fazemos comparações com os demais municípios da mesma região. Como veremos Rio

---

Bonito, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim. No Anuário de 1987 há uma mudança, os municípios de Macaé e Conceição de Macabu passam a integrar a Região Norte e o município de Arraial do Cabo aparece como pertencente à Baixada Litorânea.

<sup>6</sup> Os dados referentes ao contingente populacional foram pesquisados nos Censos Demográficos de 1970 e 1980, p. 08. As demais informações foram retiradas do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1978 e 1979, *passim*.

Bonito era uma das maiores cidades da região, juntamente com Araruama, Cabo Frio e Macaé.

Em relação aos estabelecimentos industriais, tomando como referência os municípios de fronteira, Rio Bonito tinha 45 estabelecimentos desse tipo e Araruama possuía 51 estabelecimentos industriais. O município de Rio Bonito contava com o maior número (16 estabelecimentos) de indústrias de transformação de minerais não-metais da região. Possuía ainda três metalúrgicas, uma indústria química e era o único município da região que tinha uma indústria mecânica. Além desses estabelecimentos, possuía sete indústrias alimentares, duas de bebidas e um estabelecimento editorial e gráfico<sup>7</sup>.

Soares (1988, p. 17) traduz bem alguns números apresentados anteriormente. Assim, destaca que a atividade industrial de Rio Bonito era diversificada, com “a produção de gêneros alimentares, da metalurgia, cerâmica, indústria mecânica e serraria, sem que se esqueça da fabricação de velas, móveis, sucos e confecção de roupas”. Em relação ao setor metalúrgico, a principal representante era a Metasol, fabricante de esquadrias de ferro; a indústria mecânica Incomatol, fabricante de máquinas operatrizes para recondicionamento de motores, destacou-se inclusive no mercado internacional.

Recorrendo à memória de alguns habitantes na tentativa de compreender melhor esse local Leir Moraes<sup>8</sup> relata, em entrevista que: “Rio Bonito era um centro comercial, inclusive no atacado com Benevides, Abdalla e Irmãos e outros. Eles é que abasteciam os municípios vizinhos. Em Saquarema não tinha mercado [...]. E também abastecia Itaboraí, que na época [década de 60 e 70] era só aquele centro lá em cima, na pracinha.”<sup>9</sup> Ainda nesta direção o ex-prefeito Aires Abdalla Helayel destaca que o movimento na cidade, neste mesmo período, era intenso.

O comércio era bem mais movimentado, circulava aqui mais dinheiro e a maioria dos atacadistas eram daqui, muito libaneses, mas moravam aqui. Tinha “Os Benevides”, “Seu Coutinho”, “Comércio Abdalla”, “Mansur”, então... tinha mais movimento. Depois veio o período da laranja e em dia de sábado era difícil encontrar um lugar para estacionar na cidade, era troca de

---

<sup>7</sup> Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1978, passim e 1979, p. 430 e 431.

<sup>8</sup> Leir Moraes é rio-bonitense, formado em Direito pela UFF e jornalista por opção; atuava politicamente pelo MDB e era o jornalista responsável pelo jornal Baixada Fluminense, que circulou pela cidade de 1964 a 1968. Foi diretor da Agência Fluminense de Informação, chefe de gabinete do Secretário de Estado de Administração Iimar Pena Marinho Junior (governo Faria Lima), e Secretário Municipal de Administração de Niterói no governo de Valdemir Bragança.

<sup>9</sup> Entrevista realizada em 08 de maio de 2008.

cheques, caminhão chegando com colonos das fazendas para comprar aqui em Rio Bonito; um movimento só.

O depoimento dos dois entrevistados nos remete a um Rio Bonito movimentado e distribuidor de produtos por conta da sua concentração de comércio atacadista. Percebemos através da memória dessas pessoas que o “Ciclo da laranja” fazia circular pela cidade uma grande quantidade de pessoas que trabalhavam nas lavouras da laranja, e de dinheiro, visto que os “colonos” chegavam de caminhão para realizar compras diversas. Vale chamar a atenção do leitor para o fato de que “a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias” (CATROGA, 2001, p. 16), ou seja, não sabemos até que ponto essa memória é uma construção relativa à década de 1960 e 1970.

Ainda nesta direção, o exemplar de junho do jornal “Folha Fluminense” do ano de 1975 publicou uma matéria com um teor de reclamação a respeito da condição da água que estava sendo consumida pela população local e no início dessa matéria fez um breve levantamento sobre a cidade, onde informava que:

Como cidade pequena, apesar de estar distante pouco mais de 40 minutos de Niterói ou do Rio, Rio Bonito apresenta um comércio relativamente evoluído. O atacado, por exemplo, abastece os municípios de Araruama, Silva Jardim, Saquarema, Marica e Itaboraí. A pecuária é considerada forte e a Cooperativa local recebe entre 35 a 40 mil litros de leite diariamente [...] <sup>10</sup>.

Mais uma vez aparece o setor atacadista como centro das relações comerciais estabelecidas na cidade de Rio Bonito e entre as cidades vizinhas. O texto destaca que, apesar de uma “cidade pequena” Rio Bonito possuía “um comércio relativamente evoluído”. E, mais uma vez aparece como um município que “abastece os municípios vizinhos de Araruama, Silva Jardim, Saquarema, Maricá e Itaboraí”.

Os dados do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro de 1979 sustentam a fala de Leir Moraes, Aires Abdalla e o texto do jornal referente ao comércio local. Os números informados em relação aos “estabelecimentos industriais” para Rio Bonito em 1977 são interessantes em relação aos municípios de fronteira, vejamos:

---

<sup>10</sup> RIO BONITO bebe água com muito cloro e não gosta. *Jornal Folha Fluminense*, Rio de Janeiro, 10 de junho. 1975. Ano XCEIII/22021, p. 07.

**Tabela 1**  
**Número de Estabelecimentos Industriais em 1977**  
**Município de Rio Bonito e de fronteiras**

<b>Região</b>	<b>Município</b>	<b>Número de Estabelecimentos</b>
Baixada Litorânea	Rio Bonito	32
Região Metropolitana	Itaboraí	69
Baixada Litorânea	Araruama	21
Baixada Litorânea	Cachoeiras de Macacu	1
Baixada Litorânea	Squarema	2
Baixada Litorânea	Silva Jardim	1

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1979, p. 429.

Ao analisarmos os dados da tabela 1 podemos notar que o município de Itaboraí possuía um maior número de estabelecimentos industriais e, apesar dessa informação não excluir as possibilidades de Rio Bonito fornecer produtos a Itaboraí, entendemos que a percepção que Leir Moraes declara sobre Rio Bonito ser maior que Itaboraí é bem diferente dos dados apresentados pela tabela acima. Tendo como referência os dados do Anuário Estatístico do Rio de Janeiro organizados na tabela 1, podemos entender que Rio Bonito possuía um maior número de estabelecimentos industriais em relação a Araruama, que tinha 21 estabelecimentos, Squarema que possuía 2 estabelecimentos e Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim que possuíam 1 estabelecimento comercial cada um.

O Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro de 1978 apresenta informações interessantes sobre os números de “armazenagem e estocagem”, onde verificamos que, dos dez municípios que formam o grupo da Região da Baixada Litorânea, Rio Bonito possui seis estabelecimentos de armazenagem e estocagem, seguido de Macaé, com três, Araruama, Conceição de Macabu e Squarema, com um estabelecimento desse tipo para cada município.

Todos esses dados apresentam um município com uma atividade econômica aparentemente movimentada, em comparação com os outros da região. O comércio de Rio Bonito nas décadas de 1970 e 1980 era intenso e satisfatório para a população local e, possivelmente era um distribuidor de produtos para cidades vizinhas, tendo em vista seu mercado atacadista.

Os dados disponíveis nos Anuários Estatísticos do Rio de Janeiro (1978-1981), em uma análise pouco aprofundada, nos indicam uma receita municipal que cresceu

exponencialmente neste período, passando de um total de 4.574.000,00 cruzeiros em 1975 para 47.833.000,00 em 1980. Um crescimento bastante significativo. No entanto, ao considerarmos os mesmos valores levando em consideração a variação da inflação<sup>11</sup>, que neste período era frequente, descobrimos que o valor apresentado pela fonte oficial do estado do Rio de Janeiro para o ano de 1975 seria de 47.021.422,87, ou seja, de 1975 para 1980, considerando a inflação, o crescimento foi pequeno<sup>12</sup>.

A intenção do prefeito de mostrar um município que crescia a “passos largos” pode ser conferido nos exemplares da “A Tribuna Especial de Rio Bonito”<sup>13</sup> de 1980 onde encontramos uma matéria intitulada “O desafio das finanças” e, nela, percebemos algumas ações que buscaram mostrar um “crescimento econômico” que na verdade era a expressão dos “grandes” números que decorriam da inflação. Para justificar tal crescimento na arrecadação, o material de divulgação informou que a prefeitura realizou uma reforma tributária acompanhada de um recadastramento que identificou sonegadores “voluntários ou involuntários”. Criaram o carnê para que o imposto predial pudesse ser pago na rede bancária e realizou uma revisão nos alvarás de licença e localização. Com isso, diz o material que “combatendo a sonegação, possibilitou um gradativo aumento da receita” municipal (“A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980, p. 5).

Acreditamos que apenas um recadastramento ou mesmo uma reforma tributária não seriam suficientes para causar um salto na arrecadação municipal como mostraram os números apresentados pelo referido material. Ainda nesta matéria publicada em 1980 foi disponibilizada a receita municipal desses cinco anos, bem como a previsão orçamentária para o ano de 1980. Neste sentido, esse número da “Tribuna

---

<sup>11</sup> Segundo explicações do site Brasil.gov a “Inflação é o aumento contínuo e generalizado de preços dos bens e serviços negociados em um país, que tem como consequência a redução do poder de compra do dinheiro. Quando há muito dinheiro em circulação, a população tem maior poder aquisitivo e consome mais. Mas o que parece positivo num primeiro momento, pode esconder um problema. Se o consumo é muito alto, pode haver escassez de produtos no mercado e, com o crescimento da procura, eles aumentam de preço. Com os preços em alta, a população perde o poder aquisitivo, ou seja, pode comprar cada vez menos. Essa é a chamada inflação, que influencia diretamente a vida diária do cidadão”. Cf: <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/suas-financas/a-inflacao>>, acessado em 26 out. 11. Sobre a inflação nos anos de 1970 a 1990 Cf. MORAN e WITTE (1993).

<sup>12</sup> A atualização dos valores encontrados nas fontes foi tratada segundo o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), no site: <<http://www.calculoexato.com.br/result.aspx?codMenu=FinanAtualizaIndice>>. Acesso em 28/11/12. Todos os valores que seguem foram atualizados segundo o IGP-DI.

<sup>13</sup> Nos deteremos sobre esse material de divulgação no capítulo 2.

Especial de Rio Bonito” apresentou alguns dados referentes à evolução na arrecadação municipal:

**Tabela 2**  
**Receita Municipal (1975-1980)**

	<b>Valor Real</b>	<b>Valor atualizado (IGP-DI)</b>
Exercício de 1975 .....	Cr\$ 4.574.398,44	Cr\$ 47.025,518,89
Exercício de 1976 .....	Cr\$ 6.825.987,57	Cr\$ 48.029432,09
Exercício de 1977 .....	Cr\$ 13.098.456,27	Cr\$ 66.282.444,96
Exercício de 1978 .....	Cr\$ 21.310.505,51	Cr\$ 76.136.537,47
Exercício de 1979 .....	Cr\$ 32.131.358,48	Cr\$ 68.449.142,35
Exercício de 1980 .....	Cr\$ 47.833.387,00	Cr\$ 47.833.387,00

Fonte: “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980, p. 5.

Outro fator que pode ter contribuído para o suposto crescimento exponencial das finanças municipais foi a abertura da estrada federal, a Rodovia BR-101, e a Rodovia estadual RJ-124. Essa linha explicativa tem como base os trabalhos da Maria Soares (1988) e Teresa Guimarães (2007) que afirmam que a abertura das estradas citadas somadas ao “novo ciclo agrícola da laranja contribuíram no esforço para o reerguimento da economia municipal” (SOARES, 1988, p. 49).

Como podemos observar na tabela 3, o município de Rio Bonito estava sofrendo uma inversão gradativa da população entre o campo e a cidade desde os anos de 1950. E também aumentando seu contingente populacional, logo, esse dado também é um fator relevante visto que o aumento populacional poderia contribuir gradativamente para aumentar a arrecadação municipal, sobretudo com a “reforma tributária” anunciada no exemplar da “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, de 1980.

**Tabela 3**  
**População Urbana, Rural e total de Rio Bonito (1950-1980)**

<b>Zona</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Urbana	7.400	12.640	17.680	22.136
Rural	17.750	15.050	16.740	17.900
<b>Total</b>	<b>25.150</b>	<b>27.690</b>	<b>34.420</b>	<b>40.036</b>

Fonte: Censo demográfico de 1950 a 1980

O crescimento da economia local também pode ser percebido através da captação de impostos, a exemplo do crescimento do número de contribuintes do imposto de renda nos anos de 1976 a 1978. Observe a tabela a seguir:

**Tabela 4**  
**Número de contribuintes do Imposto de Renda (1976-1978)**

		1976	1977	1978
Empresas	Pagantes	303	601	739
	Sediadas	363	655	651
Pessoas físicas	Pagantes	400	1.915	2.454
	Domiciliados	7.472	10.410	11.885

Fonte: Anuário Estatístico do Rio de Janeiro de 1978 e 1980

O que verificamos na tabela 4 é que o número de empresas pagantes praticamente dobrou de 1976 para 1977 e continuou em um movimento crescente, assim como as empresas sediadas até 1978, um crescimento de aproximadamente 244% em dois anos. O número de pagantes mais que dobrou e o de pessoas físicas domiciliadas teve um aumento de 4.413 pessoas em três anos, o que pode ter refletido no aumento efetivo das receitas verificadas nos anos de 1978 e 1979, conforme tabela 2.

Mesmo nos anos em que a inflação castigava o país, sobretudo a partir da crise mundial de 1973, o que verificamos é que a economia rio-bonitense estava seguindo um ritmo de crescimento estável. Os números referentes às receitas municipais de 1975 a 1979 conferem com os dados dos Anuários Estatísticos (1978-1981), com poucas diferenças, possivelmente por conta de aproximações. Ao nos determos com mais atenção nas informações disponibilizadas nos Anuários, constatamos que esse “crescimento” não é exclusivo do município de Rio Bonito. Outros municípios da Baixada Litorânea, Araruama, Saquarema, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu também passaram por um salto econômico, o que sugere que a abertura de estradas tenha alavancado o turismo e outras atividades econômicas na região.

Não temos a pretensão de indicar os motivos que levaram o município de Rio Bonito a alcançar os índices de crescimento observados. No entanto, vale destacar que a receita de Rio Bonito crescia gradativamente e era distribuída em 1981 da seguinte maneira, em ordem de prioridade: “habitação e urbanismo”, “administração superior e planejamento global”, “educação e cultura”, “transporte, trabalho, assistência e previdência”, “saúde e saneamento” e “despesa nacional e segurança pública”. Em comparação com o ano de 1975, a prioridade do governo eram os “serviços urbanos”, seguidos dos serviços em “viação, transporte e comunicação”; a “educação e cultura” era a quinta prioridade e a “indústria e o comércio” o último, como podemos observar na tabela 5.

Como é possível observar na tabela a seguir as porcentagens mostram que os recursos referentes à “educação e cultura” mais que dobraram de 1975 a 1980, passando de 10,8% para 26,4% em cinco anos. A “habitação e urbanismo” passou para o topo de prioridades municipais a partir de 1978 e se manteve até o último ano analisado com um crescimento de mais de 10%. Os números permitem concluir que a educação passou a ser gradativamente uma das prioridades do executivo municipal a partir de 1978.

**Tabela 5**  
**Prioridade de investimento público municipal de Rio Bonito, segundo os gastos (1975, 1978 - 1980)<sup>14</sup>**

Valor em Cr\$1.000

	1975				1978				1979				1980		
	Serviços	Gastos	Valor corrigido	%	Serviços	Gastos	Valor corrigido	%	Serviços	Gastos	Valor corrigido	%	Serviços	Gastos	%
1	Serviços urbanos	1.421	18.885	40,1	Transporte	6.070	30.540	13,9	Habitação e urbanismo	7.672	16.344	23,8	Habitação e urbanismo	16.710	34,9
2	Viação, transporte e comunicação	1.273	16.921	35,9	Habitação e urbanismo	4.972	25.013	11,4	Transporte	7.408	15.781	23,0	Administração superior e planejamento global	13.770	28,7
3	Bem-estar social	635	8.440	17,9	Administração superior e planejamento global	3.006	15.123	6,9	Administração superior e planejamento global	5.125	10.918	15,9	Educação e cultura	12.638	26,4
4	Governo e administração geral	530	7.042	14,9	Educação e cultura	2.831	14.244	6,5	Educação e cultura	4.979	10.607	15,4	Transporte	12.471	26,0
5	Educação e cultura	495	6.579	13,9	Trabalho, assistência e previdências	2.113	10.629	4,8	Trabalho, assistência e previdência	3.048	6.493	9,4	Trabalho, assistência e previdência	4.263	8,9
6	Saúde	410	5.448	11,5	Saúde e saneamento	1.003	5.045	2,3	Saúde e saneamento	1.211	2.580	3,7	Saúde e saneamento	1.782	3,7
7	Administração financeira	385	5.120	10,8	Despesa nacional e segurança pública	78	393	0,1	Despesa nacional e segurança pública	154	328	0,4	Despesa nacional e segurança pública	184	0,3
8	Indústria e comércio	4	52	0,1	Indústria, comércio e serviços	0	0	0	Indústria, comércio e serviços	0	0	0	Indústria, comércio e serviços	0	0

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (1978, p. 462/453; 1979, p. 575/576; 1980, p. 480/481; 1981, p. 447/448).

<sup>14</sup> As porcentagens dessa tabela têm como referência os valores “corrigidos” da arrecadação municipal de Rio Bonito publicados no material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” de 1980, como mostrado anteriormente na tabela 2. O “valor corrigido” tem como referência o IGP-DI (31/12/ do respectivo ano à 31/12/1980). Ignoramos os centavos.

Tal quadro, no que se refere aos números da economia e a direção conferida à política municipal, contribui para a compreensão das condições e limites materiais para o projeto de construção de uma memória sobre as realizações do prefeito no âmbito educacional do município. A análise da conjuntura política e das alianças possíveis também comporá este trabalho.

O prefeito não tinha nenhum relacionamento ou proximidade com o principal líder político do MDB no novo estado durante a campanha eleitoral de 1976. Com a ampliação dos recursos e a aproximação de Aires Abdalla com Chagas Freitas, que ocorreu em 1979, o município passou a receber recursos do governo do estado para obras diversas, incluindo a construção de escolas.

Dessa forma, além do crescimento das fontes de recursos para os investimentos na educação municipal, existiu a constituição de alianças políticas necessárias para a liberação de verbas estaduais e viabilização do plano de estabelecimento do prefeito Aires Abdalla como grande empreendedor de obras na educação rio-bonitense.

## 1 – A ELEIÇÃO DE AIRES ABDALLA PELO MDB À MARGEM DA “MÁQUINA CHAGUISTA”

Neste primeiro capítulo veremos que Aires Abdalla, político do interior fluminense venceu as eleições de 1976 sem a ajuda de Chagas Freitas ou Amaral Peixoto, políticos que disputavam, no contexto do pós fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a liderança do partido emedebista no novo Estado. Perceberemos neste capítulo que Aires Abdalla só passou a compor o grupo de sustentação política de Chagas Freitas a partir de 1979 e, em troca, recebeu verbas para conclusão e construção de novas obras, incluindo obras na rede escolar.

Para facilitar a compreensão desse contexto é preciso entender que logo após o Golpe Militar de 1964 foram instituídas pelo novo regime várias medidas de cunho autoritário e, entre elas, o Ato Institucional número 2 (AI 2) que decretava entre outras ações o fim dos partidos políticos existentes no país. Logo em seguida entrou em vigor o Ato Complementar número 4, implementado em 20 de novembro de 1965 regulamentando o bipartidarismo no Brasil. A partir de então os grupos políticos existentes passaram a se reunir em torno da Aliança Renovadora Nacional, a Arena, grupo que representava e dava sustentabilidade política aos militares e do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, que se tornou o caminho possível para a atuação legal da oposição.

Esse processo de bipartidarização política ocorrido nos anos 60 no Brasil nos remete a um contexto complexo, visto que pessoas de grupos políticos diferentes se juntaram para formar os dois partidos permitidos, de um lado a Arena que se formou da junção majoritária dos membros da União Democrática Nacional - UDN e o Partido Social Democrático – PSD. Do outro lado o MDB, oriundo da união entre membros do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, alguns dissidentes do PSD e alguns comunistas, que já se encontravam na ilegalidade.

Lúcia Grinberg (2009) destaca o caso da Aliança Renovadora Nacional como sendo um exemplo para entendermos esse processo de diferentes correntes dentro de um mesmo partido. Ainda que o partido tenha sido originalmente formado para dar sustentabilidade ao Regime Civil Militar, há uma “heterogeneidade” (GRINBERG, 2009, p. 19) entre seus componentes. Segundo a autora, “isso demonstra que a Arena

não defendeu sempre os mesmos ideais, houve disputas entre os seus membros pela definição do que o partido deveria representar” (GRINBERG, 2009, p. 19).

Não temos o objetivo de analisar a composição e formação dos partidos atuantes no pós-64, mas sempre que estivermos nos referindo a eles teremos em mente que “um partido político não é uma coisa”, não é uma “organização partidária como objetos concretos” (GRINBERG *apud* OFFERLÉ, 2009, p.24), mas uma agremiação política formada por pessoas “heterogêneas” (GRINBERG, 2009, p19).

Aprendemos com Lucia Grinberg que nem sempre a Arena foi o “partido do sim, senhor” (2004, p. 141, et. seq.) e, tão pouco, manteve ininterruptamente uma boa relação com o governo federal devido à limitação imposta pelos militares para a atuação política dos membros do partido, relação que ficou ainda mais fragilizada com a imposição do AI-5 no governo Costa e Silva. A este respeito destaca a autora que:

Só havia uma certeza: a Arena não seria mais a mesma. Poderia ser extinta, reorganizada ou reagir à orientação do Executivo. O presidente do Diretório Nacional, Daniel Kriegeer, e outros senadores procuraram Costa e Silva para protestar contra o AI-5. Naquela conjuntura, Daniel Krieger e João Roma, secretário-executivo do Diretório Nacional, renunciaram aos seus cargos. Krieger argumentou que já havia divergências de orientação política entre ele e o governo, agravadas pelo episódio Márcio Moreira Alves. Além disso, ele não aceitava as críticas do presidente da República à atuação do partido, nem a interpretação oficial, repetida em diversas ocasiões, de que a edição do AI-5 era resultado da irresponsabilidade da Arena. Ao mesmo tempo, outras lideranças arenistas, como Rondon Pacheco, Geraldo Freire e Filinto Müller, compartilhavam abertamente a tese governamental de que a votação favorável ao deputado Márcio Moreira Alves representava uma traição da Arena ao governo. As divisões do partido, sempre existentes, explicitavam-se como nunca antes havia ocorrido (GRINBERG, 2009, p, 132).

Um bom exemplo do que foi dito pela autora no que diz respeito à boa relação entre o partido Arena e o governo federal foi a escolha de Faria Lima para o governo da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. O presidente Geisel não escolheu um “político de profissão” para governar o novo estado, mas um militar que privilegiasse, como veremos adiante, mais os aspectos técnicos do que propriamente políticos.

Já o Movimento Democrático Brasileiro foi criado para ser o partido de oposição que, nas palavras de Rodrigo Motta (2007, p. 286), foi imposto “artificialmente” pelos militares para dar legitimidade ao jogo político instituído com o golpe civil militar de 1964. Na falta de opção, muitos militantes da oposição passaram a compor o único partido de esquerda possível, que inicialmente não foi bem aceito, visto

que “muitos achavam que apoiar o MDB era prestar um serviço aos militares” (MOTTA, 2007, p. 286). De um modo geral o Movimento Democrático Brasileiro teve uma atuação moderada frente aos desmandos dos governos militares, os que se exaltavam um pouco além da conta eram perseguidos e corriam o risco de perderem seus mandatos e serem exilados.

A “heterogeneidade” de um partido político também pode ser percebida no partido de esquerda possível no pós-64, onde segundo Rodrigo Motta (1999) os oposicionistas que antes militavam em partidos distintos:

[...] tiveram de se conformar com a necessidade de conviverem juntos na mesma organização. Todos somados, os políticos de oposição formavam um pequeno número, insuficiente para dar origem a mais de um partido. As divergências no campo da oposição eram grandes, havia desde liberais até comunistas, e foi somente a contragosto que se juntaram para criar o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O reduzido número de senadores de oposição gerou uma situação constrangedora: o governo teve de ajudar na formação do partido, convencendo um senador a assinar a ficha de inscrição no MDB. Interessava ao poder a existência de um partido oposicionista, para ajudar a manter uma aparência democrática (MOTTA, 1999, p. 96).

O que percebemos é que para formar dois partidos foi preciso unir, obrigatoriamente, para os que desejassem continuar na vida pública, diferentes correntes partidárias nos únicos grupos políticos institucionalizados a partir do golpe de 1964. O resultado dessa junção foram a Arena, partido do “sim, senhor” e o MDB criado pelos “revolucionários” golpistas para mascarar o regime autoritário que surgia, mas que mantinha uma postura mais moderada que de oposição. Assim, se a base aliada do governo ficou conhecido pelo “sim, senhor” o Movimento Democrático Brasileiro foi, nas palavras de Rodrigo Motta (1999), o partido do “sim” (MOTTA, R. 1999, 97).

### **1.1 – Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: o MDB em disputa**

Durante todo o dia de ontem, e pela última vez, a bandeira tremulou em frente ao Palácio da Guanabara como símbolo do grande Estado que deixou de existir. Em tocante cerimônia, que emocionou a quantos estavam presentes, foi arriada pelo Governador Chagas Freitas, às 18 horas, para ser doada ao Museu da Cidade, onde ficará para sempre como lembrança querida do povo carioca. (Jornal “O Dia”, 15/03/1975, p. 1)

Antes da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, as lideranças políticas do MDB nesses estados estavam sob a “guarda” de Chagas Freiras e do senador Amaral Peixoto respectivamente, sendo que no estado da Guanabara o partido da “oposição possível” (FERREIRA, 2006, p. 166) estava com o controle do estado nas mãos, visto que Chagas Freitas era o único governador do MDB no Brasil.

A fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro foi decretada pelo presidente General Ernesto Beckmann Geisel em 1º de julho de 1974, através da Lei Complementar nº 20, em que os dois estados passaram a funcionar como um só a partir de 1º de março de 1975<sup>15</sup>. O processo para unir esses dois estados não foi simples, mas foi favorecido pela conjuntura política da época (MOTTA, 2001), assim como foi o processo de criação do estado da Guanabara após a transferência da capital federal para Brasília. Segundo Marly Motta a conjuntura política do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, com a construção de Brasília, favoreceu conjuntamente a criação do estado da Guanabara. Antes da criação da cidade-estado<sup>16</sup> houve a possibilidade da fusão da cidade do Rio de Janeiro com o estado do mesmo nome, ainda no contexto da transferência da burocracia federal do Rio de Janeiro para Brasília<sup>17</sup>.

De acordo com Marly Motta a conjuntura política e econômica do Brasil dos anos 1970 contribuiu para a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Nas palavras da autora o sistema político e econômico da época era favorável à fusão e “decisivo” (2001, p. 22). Isso porque, segundo ela, o caráter autoritário do governo militar facilitava a composição política necessária para a aprovação de uma matéria tão “tormentosa” (1997, 162). Ao mesmo tempo, os projetos do presidente Geisel, que assumiu a presidência em março de 1974, de distensão política e de construção de um “Brasil Grande” para enfrentar a recessão econômica decorrente da crise mundial de petróleo favoreceram a fusão.

Para Marly Motta essa conjuntura política se verifica na rapidez com que o projeto foi aprovado no Congresso Nacional onde,

---

<sup>15</sup> Lei Complementar nº 20 em anexo A, p. 151.

<sup>16</sup> O estado da Guanabara ficou conhecido como cidade-estado por não possuir municípios.

<sup>17</sup> Segundo Marly Motta “(...) a definição do futuro da cidade do Rio de Janeiro acabou sendo o principal ponto do debate parlamentar que se estendeu pelos primeiros meses de 1960. A possibilidade de fusão com o Estado do Rio de Janeiro se apresentou através da Emenda Menezes Cortes, que previa a realização de um plebiscito em que os eleitores cariocas e fluminenses poderiam optar pela formação do estado do Rio de Janeiro. Por falta de entendimento político suficientemente forte para sustentar a aprovação de uma emenda constitucional prevaleceu a fórmula tradicional, prevista constitucionalmente, que transformava o ex-Distrito Federal em estado da Guanabara.” (Motta, 2001, p. 22),

[...] o andamento do processo da fusão parece ser um bom indicativo dessas condições favoráveis da conjuntura: Geisel tomou posse em 15 de março e, logo no mês seguinte, divulgou sua decisão de fazer a fusão, cujo projeto, enviado ao Congresso em junho, foi aprovado no primeiro dia do mês seguinte. (Motta, 2001, p. 24).

Em relação à rapidez com que a matéria foi votada e aprovada pelo Congresso, Américo Freire destaca que “a medida teve rápida tramitação. Enviado o projeto de lei ao Congresso no dia 3 de junho, menos de um mês depois, dia 1º de julho, estava aprovada a Lei Complementar nº 20, que criou o novo Estado do Rio de Janeiro” (AMÉRICO, 2001, p. 62). Segundo este autor o processo teria sido agilizado por se tratar de uma decisão do governo federal, sendo assim, não havia o que discutir, o destino dos dois estados estava traçado.

Helio Evangelista (2005) destaca que é importante ter a perspectiva de que havia à época um projeto de país que se viabilizava através de grandes obras como as usinas hidrelétricas, a rodovia Transamazônica, a própria ponte Rio-Niterói etc. “Este projeto de Brasil-Potência, por sua vez, teve uma incidência na estrutura federativa, ao criar o novo estado do Rio de Janeiro que viria a se contrapor a São Paulo (criando um melhor equilíbrio)” (2005, p. 1). Assim, segundo este autor, a fusão corresponderia a um esforço de cunho “administrativo-institucional compatível ao projeto de Brasil-potência” (2005, p. 1).

Não há nenhuma novidade para a historiografia fluminense nos argumentos utilizados a favor ou contra a união dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Marly Motta (2001) destaca duas falas favoráveis correntes na época: “o alegado esvaziamento da economia carioca e a intenção, calcada na geopolítica, de formar um estado forte no centro-sul para contrabalançar São Paulo e Minas Gerais” (MOTTA, 2001, p. 23). O que podemos perceber é que o eixo comum nas falas apresentados pela autora está ligado à questão financeira, ou seja, a fusão favoreceria economicamente aos cariocas, ao mesmo tempo, que promoveria um equilíbrio econômico entre três dos quatro estados do Sudeste brasileiro.

Américo Freire (2001) também destaca a questão da desigualdade entre os estados brasileiros como argumento do governo federal para justificar a fusão. Através deste autor podemos notar que a fusão, segundo os defensores da união dos dois estados do sudeste, foi uma “resposta aos desequilíbrios regionais brasileiros” (FREIRE, 2001, p. 58).

Ainda nessa perspectiva é possível encontrar alguns argumentos que defendiam a união dos estados carioca e fluminense com Carlos Sarmiento (2008) quando mostra que o principal argumento era a necessidade de equilibrar as forças federativas e reorganizar a geopolítica, sobretudo em relação a São Paulo, a esse respeito observamos que:

O discurso que apregoava um novo equilíbrio federativo tinha certamente como centro de suas discussões a presença crescente de São Paulo na composição das chamadas “contas nacionais” e na representação política expressiva no Congresso Nacional. Recorrendo a intrincadas justificativas geopolíticas, o crescimento paulista era identificado como um alarmante fator de fortalecimento exorbitante de um dos pólos de gravitação política e econômica no país, forçando a uma distrofia do “hinterland” nacional. (SARMENTO, 2008, p. 176).

A questão econômica e geográfica apresenta dois eixos presentes em boa parte dos argumentos favoráveis à fusão. Era preciso contrabalançar a força política e econômica oriunda de São Paulo. O “estado da garoa” estava crescendo de forma “exorbitante” e, por conta disso, era preciso “forçar uma distrofia”. Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro se formaria um novo estado suficientemente grande política e economicamente para concorrer com o estado paulista.

Já no texto de Marieta Ferreira (2006) encontramos parte do relato do próprio presidente Geisel justificando a fusão, ao responder à pergunta “Por que a fusão estaria nas cogitações do general Geisel?” (FERREIRA, 2006, p. 175), ele responde:

Procuramos atuar no sentido de melhorar a divisão administrativa do país. [...] No caso do Rio de Janeiro, quando a capital foi transferida para Brasília, ficamos com a aberração da Guanabara, que passou a ter o mesmo *status*, a mesma posição política que os outros estados e, no fundo, era apenas uma grande cidade. Do ponto de vista histórico, a Guanabara era parte do estado do Rio de Janeiro. [...] Achávamos que a solução lógica era incorporar a Guanabara ao Rio de Janeiro, e foi o que se fez (D’ARAUJO E CASTRO apud FERREIRA, 2006, p. 175 e 176).

Mais do que apontar para questões econômicas ou geográficas que justificassem a fusão, o presidente Geisel pareceu prestar contas a história. Segundo a resposta do general o Estado da Guanabara era uma “aberração”. Era preciso solucionar o erro, e para o presidente a solução foi a incorporação da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro. O discurso predominante, corrente entre os defensores da fusão, dizia respeito à necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico e a representatividade política no Congresso Nacional, sobretudo entre Rio/Guanabara e

São Paulo. Entendia-se que o resultado da fusão dos estados carioca e fluminense seria o surgimento de um estado suficientemente forte para concorrer com São Paulo. Dessa maneira, destaca Carlos Sarmiento (2008) que:

O discurso que apregoava um novo equilíbrio federativo tinha certamente como centro de suas discussões a presença crescente de São Paulo na composição das chamadas “contas nacionais” e na representação política expressa no Congresso Nacional. Recorrendo a intrincadas justificativas geopolíticas, o crescimento paulista era identificado como um alarmante fator de fortalecimento exorbitante de um dos pólos de gravitação política e econômica no país (SARMENTO, 2008, p. 176).

Carlos Sarmiento (2008) destaca que alguns analistas desse processo contrapunham essa argumentação geopolítica com uma postura mais céptica quanto ao futuro da nova unidade da Federação que viria a ser criada com a fusão. Dessa forma, destaca que para Barbosa Lima Sobrinho, o enfoque do governo federal, “estava muito mais centrado em um progressivo ‘enfraquecimento’ de São Paulo do que propriamente em um efetivo fortalecimento do estado resultante da união dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara” (SARMENTO, 2008, p. 176). Mais que destacar o crescimento de um novo estado, era preciso pensar na possibilidade do “enfraquecimento” de outros, no caso, São Paulo.

Devemos lembrar que o presidente Geisel iniciou uma abertura política lenta e gradual, mas que ele ainda tinha em seu favor o poder político de um regime autoritário. Autoridade que usou para estabelecer rígidos limites para transações e/ou articulações contrárias ao processo de fusão. Ou seja, “a lógica autoritária, ‘imperial’, se fazia valer nos assuntos mais delicados da pauta política, como foi o encaminhamento da fusão” (SARMENTO, 2008, p. 177) o que inibiu, de certa maneira, os debates acerca dos possíveis estados favorecidos ou desfavorecidos com a fusão.

O parlamentar Célio Borja, deputado da Arena carioca, se destacou como principal político defensor da união dos estados carioca e fluminense. “Borja se empenhou em ser a face visível da fusão no Rio de Janeiro e na Guanabara, promovendo reuniões em que procurava justificar a necessidade desta reordenação política” (SARMENTO, 2008, p. 177). Mas Célio Borja não foi o único a defender a proposta da fusão, visto que o senador Amaral Peixoto, do MDB fluminense, segundo Carlos Sarmiento, “passou a defender a proposta, justificando a ‘inexorabilidade’ do processo em curso” (2008, p. 179).

Ronaldo Costa Couto, secretário de Planejamento do governo Faria Lima, responsável pela fusão dos dois estados, afirmava:

Eu achava que o projeto [da fusão] tinha fundamento. Sempre considerei aquela divisão artificial muito prejudicial à Guanabara e ao estado do Rio. Existia um fenômeno urbano único, englobando 14 municípios – o Grande Rio –, e essa divisão institucional entre os dois estados dificultava tudo, porque emperrava o organismo urbano; multiplicava custos, onerando o contribuinte; reduzia o potencial econômico do conjunto, superior ao das partes, e tratava a administração com diferentes comandos e limites legais. [...] Os problemas acumulados no estado do Rio já se refletiam sobre a qualidade de vida da Guanabara e vice-versa. [...] Quando se decidiu a fusão, criou-se a expectativa de canalização maciça de recursos federais. Com o aprofundamento da crise econômica e o fim do “milagre” brasileiro, o governo federal torceu um pouco as torneiras, mas não as fechou. [...] Encontramos uma situação difícil tanto na Guanabara como no estado do Rio: ambos enfrentavam graves dificuldades financeiras. É falso dizer que a Guanabara era rica. Havia muitos mitos sobre o Rio naquele tempo, e isso só atrapalhava. A verdade verdadeira é que, mesmo sendo capital, até o início dos anos 1960 faltavam água e luz no Rio (FERREIRA apud MOTTA, SARMENTO, 2006, p. 168-160).

Marieta Ferreira destaca que a fusão, para as elites empresariais cariocas “era uma alternativa desejável” (2006, p. 169). Segundo Arthur João Donato, empresário do setor naval e membro da diretoria da Federação das Indústrias da Guanabara, a Fiega<sup>18</sup>, dizia:

Mario Henrique Simonsen [ministro da Fazenda do governo Geisel] foi um grande arauto da fusão. Seu argumento principal era que a Guanabara, que tinha toda uma dinâmica de desenvolvimento industrial, estava cerceada na possibilidade de descentralização da indústria. O estado-cidade tinha um desenvolvimento urbano muito intenso, com outras atividades, com o problema imobiliário, e isso se chocava com a possibilidade de desenvolver razoavelmente a indústria através de uma política de descentralização. [...] São Paulo teve seu núcleo industrial [...], mas depois a cidade cerceou a indústria paulista, e eles passaram para o ABC. Mas nós não tínhamos essa possibilidade aqui. Simonsen foi dos que compreenderam a necessidade de se ter espaço físico para a expansão da atividade econômica, principalmente no campo industrial, e afinal a Firjan se rejubilou com isso. Daí por que uma das coisas que nós fizemos ainda no tempo do Mario Leão Ludolf, e que eu enfatizei muito quando o substituí na presidência, foi a interiorização da Firjan. A idéia de um Rio de Janeiro unificado, capaz de abrigar um desenvolvimento industrial que, a partir da Guanabara, se derramaria para todo o estado, sempre teve o apoio de Simonsen, que várias vezes se pronunciou favoravelmente (FERREIRA apud MOTTA e SARMENTO, 2006, p. 169).

O entusiasmo das elites empresariais com relação à fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, também pode ser percebido na publicação, de uma

---

<sup>18</sup> Após a fusão a FIEGA mudou para FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

página inteira, no jornal “O Dia” de 6 de julho de 1974. Próximo a uma grande imagem da ponte Rio-Niterói<sup>19</sup> se lia:

Um novo estado...  
Um futuro melhor

‘Um dia, quem sabe, lançaremos  
uma ponte entre esta cidade e Niterói.  
Uma ponte política, entenda-se, nada  
impedindo que também se faça uma  
ponte de ferro. A ponte política ligará  
os dois Estados, pois que somos todos  
fluminenses, e esta cidade passará de  
capital de si mesma a capital de um  
grande estado único a que se dará o  
nome de Guanabara.  
Unidos seremos alguma coisa  
mais que separados’.

Machado de Assis

Somando o que fizemos  
separadamente, conseguiremos  
chegar ao que somos:  
o 2º maior Estado do Brasil

Juntos faremos ainda mais  
com a participação de todos  
estaremos na vanguarda do Progresso.

SOMENTE PENSANDO NO BRASIL

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO GUANABARA  
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (Jornal “O Dia”,  
06/07/1974, p. 07)

Para além do ufanismo presente no texto, evidenciamos nessa mensagem o apoio irrestrito à fusão, cujo objetivo principal era ampliar as possibilidades da expansão industrial carioca, como destacou Arthur João Donato. O título da mensagem segue claramente, com o novo estado do Rio de Janeiro o futuro para as indústrias cariocas seria promissor, “seria um futuro melhor”.

A imagem suntuosa da ponte Rio-Niterói no centro da página dividia o texto. De um lado o texto do escritor Machado de Assis que parece ter caído com uma luva para os partidários da fusão. Do outro, a mensagem direta da “liga” empresarial que não deixava dúvidas em relação às suas intenções de alcançar a “vanguarda do progresso”,

---

<sup>19</sup> Imagem em anexo B, p. 159.

neste sentido afirmavam que se separados os cariocas conseguiram chegar ao patamar de segundo maior estado do Brasil, junto com o estado do Rio “faremos muito mais”.

Independente do argumento central utilizado nos destaques anteriores é possível perceber que a fusão foi defendida tendo como perspectiva os problemas técnicos-econômicos. Em outras palavras, a fusão foi uma tentativa de equilibrar as forças econômicas no país, sobretudo em relação ao crescimento do estado de São Paulo (FERREIRA, 2006). Neste sentido, podemos acompanhar com a tabela abaixo a participação dos estados da Guanabara, Rio de Janeiro e São Paulo na produção industrial do Brasil.

<b>Tabela 6</b>			
<b>Participação percentual na produção industrial do Brasil<sup>20</sup></b>			
Anos	DF/GB	RJ	SP
1940	21,7	4,1	38,2
1950	13,4	5,8	46,4
1960	8,4	7,1	54,3
1970	9,3	7,4	55,9

Fonte: Fiega (1969:12).

Como podemos observar nos dados dispostos na tabela anterior, o estado de São Paulo teve um crescimento na produção industrial, em média de 4,4% em cada 10 anos. Já os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro não chegaram nem perto desse percentual produtivo. De 1940 a 1960 a produção no estado da Guanabara decresceu consideravelmente, enquanto que no estado do Rio cresceu em aproximadamente 1% decenalmente. Não restam dúvidas de que a representação industrial paulista no Brasil era grande, e, maior ainda se comparada aos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Para alguns partidários da oposição o projeto de fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro tinha o objetivo de frear o crescimento do MDB na região e favorecer a Arena. Segundo essa interpretação, Marieta Ferreira (2006) destaca que

<sup>20</sup> Tabela publicada em: MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o estado do Rio: desafios e desencantos. In.: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo e MOTTA, Marly (Org.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 27.b

Chagas Freitas controlava não só o Executivo estadual, já que em 1970 fora eleito por voto indireto governador da Guanabara, mas também a bancada do MDB na Assembléia Legislativa e mais da metade dos representantes cariocas na Câmara dos Deputados. Aproximavam-se as eleições de novembro de 1974, e o governo federal antevia a vitória do MDB no âmbito nacional. Sendo a Guanabara o único estado da Federação governado pela oposição, era preciso diluir a força eleitoral do partido de oposição. A fusão com o estado do Rio, governada pela Arena, seria certamente o caminho mais seguro para se alcançar esse resultado. Com a junção das bancadas carioca e fluminense, além de se diluir o peso do MDB da Guanabara, se estimularia uma cisão interna no partido, na medida em que dois importantes caciques emedebistas seriam forçados a dividir a liderança: Chagas Freitas, o “dono” do MDB carioca, e Amaral Peixoto, o velho “comandante” da política do estado do Rio (FERREIRA, 2006, p. 166).

Marieta Ferreira (2006) destaca ainda a visão do jornalista Rogério Coelho Neto, que se colocou contrário à união dos estados: “a fusão só foi feita porque o Geisel recebeu uma pesquisa que mostrava que o peso do MDB no estado da Guanabara ia ser muito grande. Eles quiseram mudar isso, diluir um pouco a coisa” (FERREIRA, 2006, p. 166).

Não podemos esquecer que o estado da Guanabara era o único do país que tinha um governador e uma bancada no Senado Federal formada exclusivamente por membros do partido da “oposição possível”. Chagas Freitas era considerado uma força política, eleito em 1966 o deputado federal mais votado do país, com 157 mil votos e “um dos responsáveis pela vitória dos nomes de Danton Jobim, Benjamim Farah e Nelson Carneiro, nas eleições senatoriais de 1970” (FREIRE, 2001, p. 60).

Não restavam dúvidas para os partidários do MDB carioca que o projeto do governo federal era anular, com a fusão, o crescimento da oposição no estado da Guanabara. Francisco de Mello Franco, secretário de Planejamento e Coordenação da Guanabara no governo de Chagas Freitas afirmou que “a fusão teve como objetivo esvaziar o conteúdo oposicionista do Rio de Janeiro” (MOTTA e SARMENTO, 2001, p. 136 - 137) e foi além, ao declarar que a preocupação do governo federal era com quem viria depois de Chagas Freitas, tendo em vista a certeza corrente na época de que os candidatos indicados pelo MDB seriam eleitos<sup>21</sup>.

A questão colocada pela oposição não se comprova nos discursos dos arenistas e, tão pouco, na fala do presidente Geisel apresentada anteriormente, no entanto, o que se percebeu é que a fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro causou certa

---

<sup>21</sup> Chagas Freitas não tinha uma postura oposicionista e nem demonstrava explicitamente estar interessado nas questões da política nacional, além disso, mantinha uma boa relação com muitos militares. Vale destacar que “Chagas Freitas foi eleito governador da Guanabara em 1970, no auge do endurecimento do regime, com o patrocínio militar” (FERREIRA, 2006, p. 170).

instabilidade no comando do MDB carioca e fluminense, visto que os dois diretórios deveriam se tornar um. Quem chefiaria o novo diretório do partido de oposição, “Chagas Freitas o ‘dono’ do MDB carioca ou Amaral Peixoto, o velho ‘comandante’ da política do estado do Rio”? (FERREIRA, 2006, p. 166).

Independente da vontade dos que defendiam ou não a fusão, essa passou a ser uma realidade com a aprovação da Lei Complementar nº 20, que decretava a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro a partir de 1975. Floriano Peixoto Faria Lima, então presidente da Petrobrás, foi escolhido pelo presidente Geisel para governar o novo estado do Rio.

A escolha de Faria Lima para o governo do novo estado aconteceu, segundo Carlos Sarmiento (2008), por questões práticas. O governador escolhido pela presidência aliava o perfil militar, “moldado para assumir missões e conduzi-las a cabo” e possuía um estreito vínculo de fidelidade com o presidente Geisel<sup>22</sup>. Tudo isso reforçava o perfil de “interventor” que o primeiro governador do Rio deveria assumir no exercício do cargo para concluir o projeto do presidente da República (SARMENTO, 2008, p. 182).

Faria Lima não era um “político de profissão”, e sua escolha para governar o Rio de Janeiro não agradou aos arenistas fluminenses e, tão pouco, aos cariocas que viam escapar a possibilidade de assumir o controle político da região. A esse respeito destaca Carlos Sarmiento (2008) que:

A decisão de ‘despolitizar’ a chefia do Executivo do novo estado trazia fatores positivos a partir do parâmetro de avaliação geiseliano, tais como a independência na gestão do traumático processo de acomodação das duas estruturas administrativas estaduais, mas impunha sérios constrangimentos à operação política-federativo, na medida em que, logo de início, frustrava as aspirações de setores da ARENA de assumir o novo governo. Esta medida, na melhor das perspectivas, poderia ser avaliada como uma decisão ‘prudente’ da presidência diante dos riscos de radicalização da ‘oposição possível’ da Guanabara perante a constatação de uma radical interferência federal na dinâmica política local através da nomeação de um arenista para um governo que, pelas regras político-eleitorais vigentes, teria um emedebista em sua chefia. Contudo, de toda forma, ficara caracterizado para o MDB carioca a versão de que a fusão não passava de uma manobra para alijá-los do poder estadual, seja o ‘interventor’ oriundo dos quadros da ARENA ou do círculo restrito de relações do presidente (SARMENTO, 2008, p. 182-183).

---

<sup>22</sup> Segundo Carlos Sarmiento: “A aproximação entre Geisel e Faria Lima remontava ao governo Jânio Quadros, no qual Faria Lima exercia a subchefia da Marinha na Casa Militar da presidência, enquanto Ernesto Geisel era o comandante militar do Planalto. Os primeiros resultados desta convivência foi a nomeação, em 1969, de Faria Lima para a diretoria de transportes da Petrobrás, então presidida por Geisel, e a sua escolha para sucedê-lo, quando o general deixou a estatal para assumir a presidência da República” (2008, p. 182).

Seguindo a “missão” de comandar “o traumático processo de acomodação das duas estruturas administrativas” (SARMENTO, 2008, p. 182) oriundas do processo de fusão, Faria Lima “não teve nenhum tipo de iniciativa que ajudasse a alargar a esfera de ação dos arenistas”, o que, de certa maneira, preservou a “grandeza” da oposição, sobretudo no antigo território da Guanabara (FERREIRA, 2006, p. 170). Apesar dessa preservação, para o MDB carioca, “a fusão não passava de uma manobra para alijá-los do poder estadual” (SARMENTO, 2008, p. 183).

Diante da irremediável fusão dos estados carioca e fluminense o “dono” do MDB carioca tratou de buscar rapidamente outras estratégias que o mantivesse à frente da política do novo estado. De acordo com Marieta Ferreira:

O MDB da Guanabara, consciente da irreversibilidade do processo de fusão, em vez de lamentar a perda do controle do governo estadual, tratou de se estruturar rapidamente, visando à disputa de cadeiras na Assembléia Legislativa do estado que resultaria da fusão. Seu objetivo era obter uma representação legislativa suficientemente forte para exercer um efetivo controle sobre os atos do futuro governo (FERREIRA, 2006, p. 170).

Além de articular para alcançar maioria na Assembléia Legislativa do novo estado do Rio de Janeiro, Chagas Freitas parte para o enfrentamento com o “comandante” da oposição do antigo estado do Rio, o senador Amaral Peixoto e faz uso largamente de seu principal instrumento de capital político, o Jornal “O Dia” para continuar dominando através de novas alianças, o MDB no novo estado.

## **1.2 – O Jornal “O Dia” como moeda de troca: Chagas Freitas no controle político do novo estado do Rio de Janeiro**

Chagas Freitas recorreu ao seu patrimônio jornalístico para ampliar seu capital político no novo estado do Rio de Janeiro e passou a abrir espaço, já no alvorecer do novo estado, para políticos fluminenses. A partir da fusão, políticos do Rio foram frequentemente noticiados no jornal “O Dia”, em uma demonstração de que o “dono” do MDB carioca buscava ampliar a sua base política para manter o controle do partido e continuar sendo uma importante figura política no novo estado.

Tendo em vista que o jornal “O Dia” era um importante veículo de promoção política do ex-governador da Guanabara, nos chamou a atenção o fato do prefeito Aires Abdalla ter sido eleito pelo MDB em 1976 sem o apoio direto de Chagas Freitas, e, portanto, sem figurar nas páginas de “O Dia”. Como veremos a seguir, a circulação e penetração dos jornais comandados por Chagas Freitas se tornavam expressivas para além da Guanabara e era um importante “canal de transmissão de informações para os setores populares” do novo estado (SARMENTO, 2008, 184). Se Chagas Freitas tinha o interesse de fazer novas alianças e usava o seu jornal para isso, por que não divulgou nada sobre o candidato a prefeito Aires Abdalla do MDB de Rio Bonito?

Com a penetração do jornal “O Dia” em novas áreas do Rio de Janeiro ele superava a popularidade de jornais locais e garantia a Chagas Freitas à incorporação de regiões anteriormente estrangeiras a sua genuína área de atuação política, a Guanabara. Neste sentido, Carlos Sarmento (2008) destaca que:

Chagas Freitas também se favoreceu da expressiva penetração de seus jornais nas áreas contíguas à Guanabara na região do antigo Estado do Rio. Com grandes índices de venda nas regiões da Baixada Fluminense, Itaguaí, Niterói e São Gonçalo, “O Dia” vinha superando a popularidade do tradicional Luta Democrática, jornal dirigido por Tenório Cavalcanti, como o principal canal de transmissão de informações para os setores populares do estado. [...] Chagas passou a estender a sua conhecida pauta jornalística lastreada no intercâmbio de apoios a lideranças políticas locais rumo às regiões fluminenses. [...] o jornal passa a assimilar em suas páginas a presença de políticos fluminenses como Sílvio Lessa, Francisco Lomelino, Claudio Moacyr, Márcio Macedo, Ecil Batista e Gilberto Rodriguez (SARMENTO, 2008, 184 e 185).

Nos jornais “O Dia” de 21 e 30 de novembro de 1974, após as eleições para as assembleias legislativas, foram publicados duas notas de agradecimento ao eleitorado e ao próprio jornal “O Dia”, indicando a importância desta instituição jornalística para eleger políticos da região. Como veremos, as notas parecem fazer parte de uma corrida para ver quem agradece primeiro ao principal espaço de divulgação e promoção política da época no Rio de Janeiro.

Em 21 de novembro de 1974 é publicada a nota do deputado Lázaro de Carvalho<sup>23</sup>, influente político do município de Duque de Caxias, região metropolitana do novo estado:

---

<sup>23</sup> Sobre Lázaro de Carvalho ver o site: <<http://pedacosdanossahistoria.blogspot.com.br/2005/11/nolanamento-do-automvel-galaxie-o.html>>, acesso em 03/07/2012.

Caxias agradece a “O Dia”

O Deputado Lázaro de Carvalho, recentemente reeleito, enviou ao nosso redator chefe uma carta com o seguinte teor:

“Prezado amigo.

Deputado mais votado no Município de Caxias à Assembléia Constituinte do Novo Estado do Rio, apressamo-nos em agradecer a valiosa colaboração do seu Jornal.

Mercê da incomparável penetração de “O Dia”, nossa luta incessante contra os erros da administração fluminense chegou facilmente ao conhecimento do eleitorado.

Queremos ressaltar, de público, a contribuição desse Jornal à causa do Movimento Democrático Brasileiro. Sua posição correta e em favor do povo no Estado da Guanabara teve o mérito de infundir no eleitorado fluminense esperanças de que o novo Estado, com maioria emedebista, poderá soerguer o território que hoje compreende a Velha Província.

Finalizando, reiteramos, através de “O Dia”, ao povo fluminense, nossos propósitos de lutar por melhores e mais seguros destinos” (JORNAL “O DIA”, 21/11/1974, p. 3).

O recém reeleito deputado estadual Cláudio Moacyr<sup>24</sup>, liderança política no município de Macaé, vinha a público em 30 de novembro de 74, através do jornal “O Dia”, para agradecer por sua vitória nas urnas. Na nota de agradecimento se lia:

Líder da oposição fluminense agradeceu ao povo sua reeleição

Deputado Cláudio Moacyr, Líder da Oposição na Assembléia Fluminense, compareceu à redação do Jornal “O Dia”, para, através do mesmo, agradecer a confiança do eleitorado do Estado do Rio, à mensagem do Movimento Democrático Brasileiro, bem como os sufrágios que recebeu e que possibilitaram a sua eleição [...] (JORNAL “O DIA”, 30/11/74, p. 03).

Essas notas de agradecimento são indícios de que as bases políticas de Chagas Freitas passavam a se estender pelo novo estado do Rio de Janeiro, ainda durante os últimos meses do seu governo frente à Guanabara. Na tentativa de se manter à frente das principais decisões políticas do Rio, Chagas Freitas abre espaço do seu jornal para políticos do interior fluminense.

A nota encaminhada por Lázaro de Carvalho, deputado reeleito para Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro pós-fusão dos estados da Guanabara e do antigo Rio, é recheado de minúcias e mensagens nas entrelinhas. A pressa expressa pelo deputado “mais votado em Caxias” é um bom exemplo da importância de manter aberto o espaço desse jornal para novas empreitadas políticas. Ser o primeiro a prestar seus agradecimentos ao “dono” do MDB carioca selava uma parceria entre o deputado Lázaro de Carvalho que entendia a importância dessa “mercê” advinda do jornal “O

<sup>24</sup> Sobre Cláudio Moacyr ver o site da Alerj. Disponível em: [http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/claudio\\_moacyr.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/claudio_moacyr.html). Acesso em 03/07/2012.

Dia” para futuras campanhas políticas e Chagas Freitas que buscava se manter no controle político do novo estado.

O parlamentar Lázaro de Carvalho reeleito com a maioria dos votos em Duque de Caxias entendeu a importância do Jornal “O Dia” para propagar pelo interior fluminense o seu nome e de candidatos a cargos eletivos ou políticos que buscassem a manutenção de seu poderio político. A “penetração de “O Dia” pelo interior levava ao conhecimento do eleitorado, como foi afirmado, a “luta” do partido, isso é, facilitava a “valiosa” propaganda política e disseminação de opiniões e propostas entre os eleitores do interior.

No terceiro parágrafo da nota, o deputado buscou registrar a importância do jornal para “à causa do Movimento Democrático Brasileiro” da Guanabara ressaltando a “posição correta e em favor do povo” como se o MDB carioca estivesse desvencilhado da redação do jornal “O Dia”. Neste sentido, Carlos Sarmiento destaca a fala de Ernesto Martins Pedro, um dos fundadores do PSD-DF que afirmou:

A questão era que o quartel-general do MDB era no jornal “O Dia”, e não na sede real, de direito, na Almirante Barroso, que pertencera ao antigo PSD e depois passou para o MDB. Ninguém ia lá. A partir da reabertura dos partidos, em 1969, as reuniões eram sempre feitas no jornal (SARMENTO apud MOTTA, 1998, p. 61).

A “posição correta e em favor do povo” presente no jornal “O Dia”, segundo Lázaro de Carvalho, foi importante para muitos políticos do interior fluminense, tanto que ele destacou que o jornal teve o mérito de infundir no eleitorado fluminense esperanças de que o novo Estado pudesse ser melhor que a “Velha Província”, neste caso, salientando o fato de que a maioria da bancada eleita para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro era emedebista, como podemos evidenciar na tabela abaixo que mostra a quantidade de eleitos por partido nas eleições de 1974.

**Tabela 7**

**Assembléia Legislativa eleita para o Rio de Janeiro em 1974**

	<i>MDB</i>	<i>ARENA</i>	<b>TOTAL</b>
Capital	38	12	50
Interior	25	19	44
<b>Total</b>	63	31	94

Fonte: Carlos Sarmiento (1999, p. 279) apud REZENDE, 1992, p. 21.

Não podemos esquecer que anunciada a decisão da presidência da república de que se executaria a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, Chagas Freitas intensificou a propaganda política a fim de promover seus aliados e garantir o maior número de cadeiras na Assembléia Legislativa e, com isso, manter sob o seu controle as principais decisões políticas no novo estado (SARMENTO, 2008, *passim*).

O deputado Cláudio Moacyr fez diferente, ao invés de encaminhar uma carta de agradecimento, foi pessoalmente ao “quartel-general do MDB” para usar as palavras do Ernesto Martins Pedro, e assim prestar seus agradecimentos e “confiança do eleitorado do Estado do Rio”. Ir pessoalmente à sede do Jornal “O Dia” poderia não significar muita coisa para os políticos que comumente frequentavam aquele espaço, visto que ali se realizavam regularmente encontro entre políticos do partido comandado por Chagas Freitas, mas para o eleitorado poderia soar como informal deixando o recado de que as portas do jornal, portanto do governador Chagas Freitas, estavam abertas para o importante político do norte fluminense.

O outro lado dessa moeda aponta para Chagas Freitas, um importante estrategista político com interesses bem definidos. Ao publicar notas de agradecimentos de políticos importantes do interior do estado fluminense no jornal “O Dia”, mandava uma mensagem velada aos seus adversários políticos de que ele saía do governo, mas mantinha seu poderio político e, agora, com apoios que ultrapassavam as fronteiras da Guanabara, prestes a ser extinta e deixava para atuar na Assembléia Legislativa seus apadrinhados políticos, como Sandra Salim<sup>25</sup> e Átila Nunes<sup>26</sup>, os mais votados pelo Movimento Democrático Brasileiro da Guanabara no pleito de 1974, como podemos observar na tabela 8.

Como mostram as tabelas 7 e 8, mais da metade dos deputados eleitos para a nova Assembléia Legislativa do novo estado do Rio de Janeiro estavam filiados ao partido da oposição possível, que na Guanabara era comandado pelo Chagas Freitas e no Rio de Janeiro por Amaral Peixoto. O que não significa que todos os eleitos do MDB em 1974 tenham alcançado a vitória por contar com o apoio dessa ou daquela liderança política, como é caso de Rio Bonito, onde o prefeito Aires Abdalla Helayel foi eleito

---

<sup>25</sup> Sandra Salim era jornalista que trabalhava na redação do jornal “O Dia”, filha de Nelson José Salim, aliado de Chagas Freitas e que exerceu mandatos parlamentares até ser cassado em 1969. Segundo Sarmiento (2008, p.188), Sandra Salim “passou a ocupar o espaço tradicionalmente associado a seu pai: das bandeiras de reivindicações salariais desfraldadas pelas diferentes categorias”.

<sup>26</sup> Átila Nunes aliado de Chagas Freitas foi reeleito no pleito de 1974 para a Assembléia Legislativa do novo estado.

prefeito em 1976 pelo MDB sem constar nas páginas do jornal “O Dia”, como veremos adiante.

**Tabela 8**  
**Deputados do MDB eleitos para a Assembléia Legislativa do Rio em 1974**

<b>Deputados – MDB Guanabara</b>	<b>Votação</b>	<b>Deputados – MDB Rio de Janeiro</b>	<b>Votação</b>
Sandra Raggio Salim	84.041	Jayme Campos	25.681
Átila Nunes Pereira Filho	62.991	José Alves de Brito	23.277
Edson Corrêa Khair	47.440	Waldir Rodrigues da Costa	23.088
Joel Vivas de Souza	45.749	Marcelo Fonseca Drable	22.200
Aloísio Maria Teixeira Filho	43.428	Antônio Gaspar	21.977
Pedro Fernandes Filho	32.504	Geraldo di Biase	21.708
Hilza Maurício da Fonseca	27.889	Silvério do Espírito Santo	21.611
Jorge Cordeiro Leite	27.575	Jorge Assia Tanus Bedran	20.642
José Pinto Ferreira Alves	26.607	Cláudio Moacy de Azevedo	20.598
Dílson Alvarenga	23.368	Silvio Soares Lessa	19.764
Jair Maia Costa	22.259	Francisco de Freitas Lomelino	19.591
Délio dos Santos	20.910	Hélio Azevedo Gomes	18.236
Aluísio da Gama	20.694	Francisco Martins Amaral	18.118
Maria Rosa Silva Almeida	20.580	Gilberto de Castro Rodrigues	16.632
Silbert Sobrinho	19.860	Lázaro José de Carvalho	16.286
Elci de Carvalho	18.767	Luis Carlos Soares	16.072
Antônio Antunes Gomes	18.269	Alberto Dauaire	16.034
Edésio Frias de Araújo	17.750	Juvêncio Sant’anna Neto	14.523
Luis Carlos da Cruz Carvalho	17.535	Fernando Alberto Leandro	13.651
Emanuel Martins da Cruz	17.246	Marcio Macedo	13.187
Pedro Ferreira da Silva Filho	16.423	Rubens Tinoco Ferraz	13.157
Darcy Alves Rangel	16.338	Amadeu Chácar Filho	12.721
José Maria Duarte	16.148	Otime Cardoso dos Santos	12.670
Nadyr Maria de Oliveira Machado	15.545	Osíris de Paiva	12.471
Paulo Hermínio Duque	14.868	Henrique Oliveira Pessanha	12.410
Sebastião Coelho de Menezes	14.395	Paulo de Souza Albernaz	12.255
Mário Saladini	14.222	Gil Manuel Marques	10.967
Nestor Nascimento	13.989		
Frederico Trotta	13.733		
Salomão Hassem Handam Filho	13.722		
Anésio Frota Aguiar	13.546		
Sérgio de Albuquerque Maranhão	13.041		
Geraldo de Araújo Souza	12.841		
Joaquim Jóia	12.718		
Pascoal Citadino	11.915		
José Antonio Flores da Cunha	10.529		

Fonte: Brasil. *Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil*. Brasília: Imprensa Nacional. TSE, 1975. Volume 11. In: SARMENTO, 2008, p. 297-298.

Após alcançar a vitória nas urnas com a eleição de novos/velhos deputados apadrinhados, Chagas Freitas se prepara para conquistar o maior número de prefeituras possíveis e eleger vereadores do MDB por todo o Estado do Rio de Janeiro. Para isso, as páginas do jornal “O Dia” do ano de 1976, ano de eleições municipais, aparecem recheadas de solicitações, reivindicações e obras realizadas pelos seus novos apadrinhados oriundos do estado fluminense. Diante disso, Chagas Freitas faz uso de seu jornal mais popular e em 02 de fevereiro de 1976 publicava no “O Dia”:

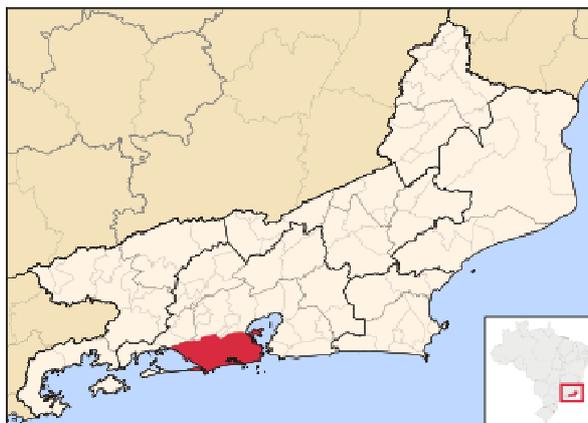
Cachoeira de Macacu pede Raio-X urgente

Por indicação do deputado Silvio Lessa do MDB – RJ e apoiado pelo candidato a prefeito Rubem Batista da Silva, também emedebista, foi oficiado ao Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro solicitação de providências [...]. (JORNAL “O DIA”, 02/02/1976, p. 17).

Mais do que publicar a necessidade de um raio-X para a cidade de Cachoeira de Macacu, a notícia da necessidade urgente vem acompanhada de uma solicitação encaminhada por um político que apóia um outro político, neste caso o deputado Silvio Lessa do MDB do Rio de Janeiro que por sua vez está apoiando a candidatura a prefeito de Rubem Batista da Silva, ambos do MDB. A ênfase do discurso político presente no fragmento acima estava concluída quando o eleitor percebia que Cachoeira de Macacu não estava abandonada, mas tinha em sua defesa um deputado e um candidato atuante e com o apoio de políticos já consagrados pelo voto.

Com isso a rede política de Chagas Freitas avança pelo interior do novo estado lhe garantindo maiores chances de manter o controle do partido e novas possibilidades para retornar ao governo do estado. Ao observarmos as publicações das páginas do jornal “O Dia” e os mapas a seguir poderemos acompanhar a expansão da base política do “dono” do MDB carioca pelo interior do estado do Rio de Janeiro, base que antes estava concentrada no estado da Guanabara como podemos observar no mapa 1.

**Mapa 1**  
**Rio de Janeiro indicando a área do antigo Estado da Guanabara<sup>27</sup>**  
**Atuação política de Chagas Freitas até a fusão da Guanabara com o Rio**



Com a ajuda das publicações encaminhadas ao jornal “O Dia”, por políticos do interior fluminense, que declaravam, direta ou indiretamente, o apoio a Chagas Freitas, é possível acompanhar, como foi feito anteriormente através das notas de agradecimentos, a expansão chaguista pelo interior do novo estado. Como em uma marcha militar o “MDB chaguista” avançava sobre o território antes desconhecido. Dessa forma Macaé e Duque de Caxias se tornaram áreas de influências do ex-governador da Guanabara, por intermédio dos deputados Cláudio Moacyr e Lázaro de Carvalho respectivamente e Cachoeira de Macacu através do deputado Silvio Lessa e do candidato a prefeito Rubem Batista da Silva.

Vale destacar que as solicitações diversas encaminhadas para o jornal “O Dia”, por políticos de vários lugares do Rio de Janeiro são publicadas quase diariamente. Na maior parte das vezes publicadas na página 3, sempre no formato de alguém que reclamava para um deputado ou candidato a prefeito ou a vereador as mazelas do seu bairro ou município, como é o caso da notícia sobre os bairros que beiram a estrada Rio – Magé, publicada na página 21 no exemplar de “O Dia” de 02 de fevereiro de 1976:

Rio do Ouro: boa vontade de uns e desleixo de muitos

<sup>27</sup> Mapa disponível em: <<http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2011/05/proposta-de-criacao-de-novos-estados.html>>. Acesso em 09/07/2012. Os mapas que seguem são os mesmos, só que indicando o município que passou a ter o MDB controlado, direta ou indiretamente por Chagas Freitas. Modificações feitas para compor este trabalho. Mapa de Divisão Regional do Estado do Rio de Janeiro em anexo C (p. 160) e Mapa do Estado do Rio de Janeiro segundo a época de criação dos municípios (1960-2001) em anexo D (p. 161).

Rio do Ouro, como tantos outros bairros que beiram a estrada Rio – Magé está entregue à boa vontade dos moradores mais conscienciosos e ao abandono das autoridades municipais [...].

Os moradores locais descreveram à Deputada Sandra Salim as necessidades por que passaram devido a inexistência de saneamento, de iluminação [...]. (JORNAL “O DIA”, 02/02/1976, p. 21).

Quando a publicação não tem a intenção direta de promover um político da cidade ou do bairro, ela é publicada para, de certa maneira, prejudicar o candidato da oposição, que no caso de Magé era o prefeito Juberto de Miranda Telles, eleito em 1972<sup>28</sup> e que estava no seu último ano de governo. Com essa reclamação publicada, a cidade de Magé passava a figurar na lista de municípios cujo MDB estava ou passava para as fileiras da “máquina chaguista”<sup>29</sup> (SARMENTO, 2004a).

Além desses municípios que foram noticiados pelo jornal “O Dia” em 02 de fevereiro de 1976, as cidades de Petrópolis, Bom Jesus do Itabapoana, Itaguaí e Niterói também tiveram espaço garantido no jornal de maior circulação entre os populares do Rio de Janeiro. Sobre Petrópolis, região serrana do estado, o candidato João Vaz denunciava o abandono das ruas de Belém<sup>30</sup>. Já em relação ao município de Bom Jesus do Itabapoana, região Norte do estado, o prefeito Noé teve destaque solicitando ajuda do estado e do Banco do Brasil para resolver problemas com a seca. Em Itaguaí, cidade da região metropolitana do Rio, o deputado Jorge Leite<sup>31</sup> solicitava a garantia do funcionamento do hospital localizado em Piracema. Em relação à notícia publicada sobre Niterói, ex-capital do antigo estado do Rio de Janeiro, percebe-se a tentativa de promover o candidato a vereador pelo MDB Luis José Rodrigues, que reclamava sobre o abandono dos bairros da cidade<sup>32</sup>. Segundo o candidato, era preciso “a execução de um programa de obras arrojado, para atender às necessidades mais urgentes da

<sup>28</sup> Dados sobre prefeito de Magé Juberto Telles, eleito em 1972 estão disponíveis em: <<http://www.jornalmileniovip.com.br/historia/arquivo.php?cod=56>>. Acesso em 10/07/2012.

<sup>29</sup> A idéia de “máquina chaguista” se dá por conta do controle que Chagas Freitas exercia no MDB da Guanabara. Pautado por uma lógica clientelista, privatista, governou buscando criar alianças tendo como base a “lealdade, fidelidade e favor” para garantir o sucesso político. Ele tinha a máquina nas mãos, e mais, tinha um significativo capital político fortalecido pelos jornais “O Dia” e A Notícia. Para saber sobre a máquina chaguista no governo da Guanabara, ver: SARMENTO, 2004a.

<sup>30</sup> Essa publicação foi feita em 02/02/1976, na página 21 e não informa a que o senhor João Vaz é candidato, publicando apenas: “Candidato denuncia o abandono”.

<sup>31</sup> O deputado Jorge Leite foi eleito para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro em 1970 pelo MDB, renovando o mandato em 1975 e 1979. Sobre o deputado acessar: <[http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/jorge\\_leite.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/jorge_leite.html)>. Acesso em 10/07/2012.

<sup>32</sup> JORNAL “O DIA”, 02/02/1976, p. 21, 24, 06 (Terceiro Caderno) e 05 (Caderno Suplemento Niterói/São Gonçalo).

população” (JORNAL “O DIA”, Caderno Suplemento Niterói/São Gonçalo, 02/02/1976, p. 05).

Quando é publicado que um candidato a prefeito ou a vereador solicita ajuda por intermédio de um deputado temos um indicativo importante, a divisão dos votos por área, ou seja, a área<sup>33</sup> de atuação política de cada apadrinhado, aparentemente estava organizada a fim de evitar confusões entre os candidatos. Dessa maneira, fica perceptível para outros políticos que a área de Duque de Caxias “pertencia” ao deputado Lázaro de Carvalho, assim como a área de Macaé era controlada pelo deputado Claudio Moacyr e Cachoeira de Macacu tinha como principal liderança política o deputado Silvio Lessa. Essa divisão política do território<sup>34</sup> estava presente em cada publicação do jornal “O Dia”, quando um candidato ou alguém que já estava ocupando um cargo público – prefeito, vereador – solicitava a intermediação de um determinado deputado “da área” para solucionar um reparo asfáltico, providenciar mais iluminação, resolver o problema da seca, solicitar mais atenção do governo, ou mesmo, requerer um simples aparelho de raio-X.

Tendo em vista as publicações de “O Dia”, ainda nos números publicados no mês de fevereiro, encontramos outros políticos/municípios que passaram a fazer parte do grupo liderado por Chagas Freitas. Destacamos, além dos citados, Nilópolis, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse município foi noticiado oito vezes por problemas/solicitações diversas, como por exemplo, reclamações por falta do recolhimento do lixo, abandono de bairros pelas autoridades e falta de luz e água. Entre os nomes citados foram encontrados, o do candidato a prefeito pelo MDB o advogado João Batista da Silva, presidente do diretório local e que já fora prefeito da cidade

---

<sup>33</sup> A área de um político é determinada pelo seu grau de reconhecimento popular e pela quantidade de votos obtidos em um determinado bairro ou cidade. A área é onde se realiza os trabalhos “politiqueiros” e onde se vai buscar o resultado eleitoral. Segundo Karina Kushnir (2000, p. 70) “A *área* é definida pela relação entre *trabalho realizado* e *votos obtidos*. Quanto maior a correspondência entre os votos esperados e os votos obtidos numa certa *área*, maior a confirmação de que o candidato – agora, parlamentar eleito – é o “candidato da área”. Ainda de acordo com Karina Kushnir (2000, p. 70), “a maior parte das vezes em que é utilizada, a palavra *área* vem acompanhada de um pronome possessivo (“a nossa área”, “a minha área”, “a área dele”, “a área dela”), ou associada a alguém (“o deputado da área”, “a área dos outros”, ele/ela tem uma área”).

<sup>34</sup> Concordamos com Haesbaert (2006, p. 55) que território possui um sentido “relacional”, isso significa “incorporar um conjunto de relações sociais, [...] de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material”. Assim, influenciados pela dimensão “relacional” do território nos distanciamos das discussões que buscam compreendê-lo apenas como uma dimensão natural, social, econômico e/ou cultural.

anteriormente, além desse, o nome do deputado estadual Gilberto Rodrigues<sup>35</sup>, os candidatos à vereança Mizaél de Almeida, Manoel Fraga e os vereadores em exercício Antônio Gonçalves Filho e Aníbal Novaes<sup>36</sup>.

Além de Nilópolis, citado oito vezes nas publicações de fevereiro, o município de Campos dos Goytacazes, localizado na região norte do estado do Rio, também recebeu um espaço significativo nas páginas do jornal “O Dia”, sendo noticiado sete vezes<sup>37</sup>. Entre as reclamações/solicitações é possível citar o abandono dos conjuntos habitacionais, a falta de postos de saúde e o abandono de bairros pelas autoridades municipais. Os políticos noticiados foram o deputado estadual Amadeu Chacar e os candidatos a vereadores Neuzo Rocha Viana, Samuel Rangel, Luiz Jorge Nunes e Arbogasto Medeiros.

Os políticos/municípios de Araruama, região dos Lagos do Rio de Janeiro, Resende e Volta Redonda, Região do Médio Paraíba e, São João de Meriti e Belford Roxo da Região Metropolitana aparecem em menor número de vezes nos jornais de fevereiro<sup>38</sup>. Com relação a esses municípios e os seus “donos de área” não há muita diferença em relação ao conteúdo das publicações dos municípios que apareceram mais vezes, neste sentido as publicações tratam normalmente sobre uma reclamação iniciada por um candidato a vereança ou ao executivo municipal que passa sua reclamação para um deputado, que, por sua vez, reclama às autoridades do estado através do espaço recebido no jornal “O Dia”. Para esse grupo de cidades, ganharam destaque, respectivamente os deputados Erasmo Martins Pedro e o deputado José Pinto, o prefeito Afrânio Valadares; o deputado federal Emanuel Waisman e o candidato a prefeito pelo MDB, Noel de Oliveira; o deputado Juvêncio Santana; deputado Fernando Leandro e finalmente o candidato a prefeito, de Belford Roxo Antônio Mota.

---

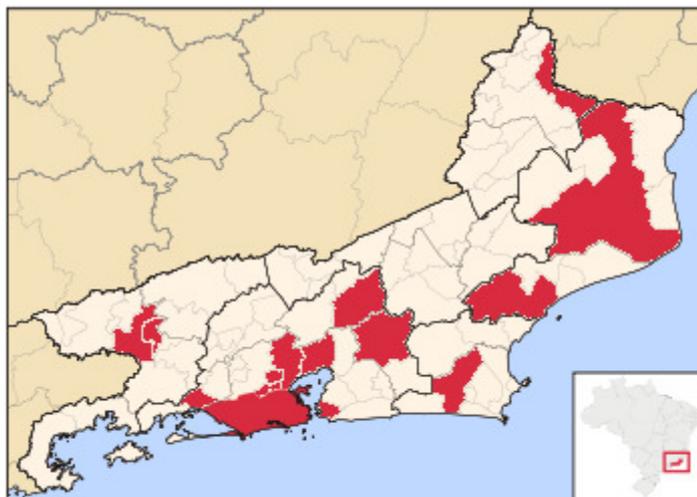
<sup>35</sup> Dados sobre o deputado estadual Gilberto Rodrigues podem ser encontrados no site da Alerj: <[http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/gilberto\\_rodrigues.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/gilberto_rodrigues.html)>. Acesso em 10/07/2012.

<sup>36</sup> Publicações referentes ao município de Nilópolis - JORNAL “O DIA”: 07/02/1976, p. 3; 11/02/76, p. 2; 15/16/02/76, p. 3; 15/16/02/76, p. 20; 15/16/02/76, p. 24; 18/02/76, p. 3; 21/02/76, p. 3; 25/02/76, p. 3.

<sup>37</sup> Publicações referentes ao município de Campos dos Goytacazes – JORNAL “O DIA”: 08/02/76, p. 20; 11/02/76, p. 3; 18/02/76, p. 3; 20/02/76, p. 3; 26/02/76, p. 3; 29/02/76, p. 3.

<sup>38</sup> Publicações referentes aos municípios de Araruama, Resende, Volta Redonda, São João de Meriti e Belford Roxo, ver - JORNAL “O DIA”: 07/02/76, p. 3; 13/02/76, p. 3; 13/02/76, p. 3; 21/02/76, p. 3; 24/02/76, p. 3.

**Mapa 2**  
**Avanço do MDB chaguista pelo novo estado do Rio de Janeiro I<sup>39</sup>**



Quando as críticas publicadas no jornal “O Dia” envolvem uma cidade de um prefeito do MDB, as reclamações são amenizadas repassando as responsabilidades para o governo do estado, no entanto, quando o prefeito é um opositor do partido emedebista, as críticas são diretas ao arenista, como podemos observar no trecho da publicação sobre Volta Redonda, realizada no “O Dia” de 13/02/1976: “Dentre os absurdos praticados pela administração municipal de Volta Redonda, destaca o Deputado Juvêncio Santana, do MDB, ‘Ressalto dentre os disparates o que se refere a educação” (p. 3). Aqui não há meios termos, o “disparate” do prefeito é destacado pelo deputado como responsáveis por possíveis problemas existentes na educação do município.

Com relação a uma crítica feita sobre Araruama os termos são bem diferentes como podemos observar no texto que segue.

Araruama – telefone chega a ser suplício

- O telefone aqui em Araruama é um suplício’ – foi com esta frase que uma das encarregadas pelo Posto Telefônico de Araruama explicou ao Deputado Erasmo Martins Pedro, a demora de mais de duas horas para fazer uma ligação para o Rio.

Em visita à Região dos Lagos, o Deputado Erasmo Martins Pedro e o Deputado José Pinto, Presidente da Assembléia Legislativa puderam sentir a gravidade do problema [...]. O prefeito Afrânio Valadares se tem empenhado para que o tripé segurança, transporte e comunicações, básico nas cidades turísticas se constitua em aceitável infra-estrutura para Araruama.

<sup>39</sup> Além da Guanabara estão em destaque os municípios de Macaé, Duque de Caxias, Cachoeira de Macacu, Magé, Petrópolis, Bom Jesus do Itabapoana, Itaguaí, Niterói, Nilópolis, Campos dos Goytacazes, Resende, Volta Redonda, Araruama, São João do Meriti e Belford Roxo.

A luta do dinâmico chefe do executivo tem sido grande, mas a matéria está fora da competência municipal [...]. (JORNAL “O DIA”, 08-09/02/1976, Primeiro Caderno, p. 3).

A pesar do suplício para alguém conseguir completar uma ligação de Araruama para o Rio, foi passada uma imagem de que o prefeito, ao lado dos deputados, estava se empenhando para resolver o problema e assegurar o que ele considerava como o “tripé básico nas cidades turísticas” – a segurança, o transporte e a comunicação. Apesar do esforço do “dinâmico chefe do executivo” do município de Araruama, a solução para o problema nas comunicações não era de sua competência. Colocado dessa maneira, o prefeito sendo dinâmico ou não, poderia ser visto como alguém que tinha conhecimento dos problemas, mas que não tinha condições de resolvê-lo tendo em vista que não poderia ultrapassar os limites do que lhe competia como prefeito.

Comparando os mapas 1 e 2 percebemos que em pouco tempo Chagas Freitas extrapolou significativamente os limites fronteiriços do ex-estado da Guanabara e passou a ter representantes para compor sua “máquina política” (SARMENTO, 2004a) de norte a sul do novo estado do Rio de Janeiro, ou seja, de Campos dos Goytacazes à Resende. Até o final de fevereiro de 1976, além do Rio de Janeiro, antiga Guanabara, Chagas Freitas já contabilizava quinze cidades e/ou, pelo menos uns quinze novos deputados aliados, sem contar com os candidatos a vereadores e a prefeitos apadrinhados.

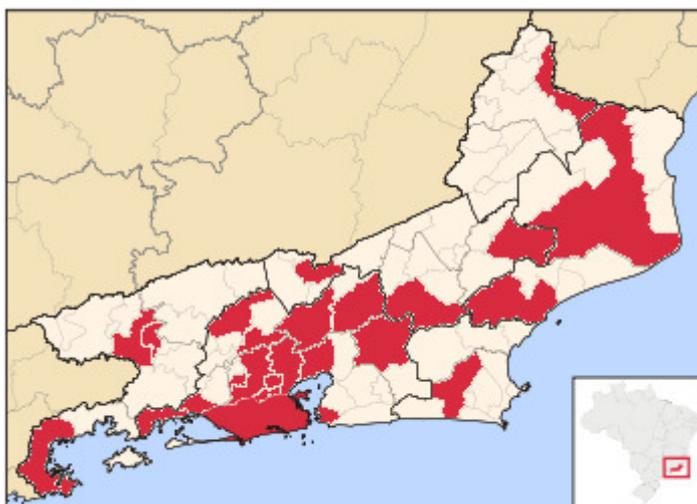
Obcecado pelo voto, como mostra Carlos Sarmiento (2004b, p. 113), Chagas Freitas precisava agir rapidamente no interior fluminense, visto que a liderança política do MDB no novo estado estava se decidindo, como em uma queda de braços entre ele e o senador Amaral Peixoto. Chagas Freitas precisava dos votos, mas também de novos aliados políticos para lhe garantir a vitória sobre o seu principal adversário em relação ao controle do partido no novo Rio de Janeiro.

Como mostrou Karina Kuschnir (2000, p. 56) para um político obter sucesso nas eleições, é preciso ter um patrimônio a oferecer, sejam os seus contatos que facilitem a intermediação entre os que solicitam a solução de um problema e os que podem solucioná-los, ou, como no caso de Chagas Freitas, oferecer espaço em suas empresas de comunicação jornalística – os jornais “O Dia” e a Notícia. Assim, contribuindo para que políticos do interior fluminense tivessem acesso aos seus jornais, sobretudo o jornal “O Dia”, com maior circulação entre os populares, Chagas Freitas avançava politicamente sobre o território fluminense.

Nos demais meses do ano os municípios “conquistados” pelo MDB chaguista foram quase que diariamente noticiados no formato já mencionado. Outros municípios entraram nesse grupo como Queimados, Duque de Caxias, Parati, Mangaratiba, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Teresópolis, Três Rios e Vassouras, como podemos acompanhar pelo mapa 3. Vale destacar que muitos dos municípios citados até aqui já eram governados por prefeitos do MDB, conforme publicado no jornal de domingo de 15 de março de 1976:

[...] O presidente do MDB Deputado Erasmo Martins Pedro, examinou com a Comissão Executiva os critérios, que orientarão as instruções a serem baixadas aos Diretórios zonais e municipais de acordo com o Diretório Nacional, para a campanha municipal, inclusive a escolha dos candidatos, de forma a serem conquistadas outras prefeituras, além das de Bom Jesus de Itabapoana, Araruama, Macaé, Mangaratiba, Miguel Pereira, Friburgo, Parati, Petrópolis, Madalena, Meriti, Teresópolis, Três Rios e Vassouras que já são do MDB. (JORNAL “O DIA”, 14-15/03/1976, Primeiro Caderno, p. 2).

**Mapa 3**  
**Avanço do MDB chaguista pelo novo estado do Rio de Janeiro II<sup>40</sup>**



O que temos visto é que Aires Abdalla, logo, o diretório municipal do MDB de Rio Bonito, não tinha relações com Chagas Freitas. Com aproximadamente 34.400

<sup>40</sup> Além da Guanabara estão em destaque os municípios de Macaé, Duque de Caxias, Cachoeira de Macacu, Magé, Petrópolis, Bom Jesus do Itabapoana, Itaguaí, Niterói, Nilópolis, Campos dos Goytacazes, Resende, Volta Redonda, Araruama, São João do Meriti, Belford Roxo, Queimados, Duque de Caxias, Parati, Mangaratiba, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Teresópolis, Três Rios e Vassouras.

habitantes na década de 1970<sup>41</sup> o município era governada por um prefeito da Arena, Alcebíades Moraes Filho, popularmente conhecido como Bidinho. O partido que representava a oposição tinha na cidade em 1975 um total de 231 filiados contra uma esmagadora maioria do partido da Arena, que somava um total de 1.034 filiados<sup>42</sup>.

Pertencente a uma família de tradição política, Bidinho era sobrinho do ex-prefeito Inácio Vieira de Moraes, nomeado em 1935 e eleito posteriormente em 1937. Antes de ganhar a sua primeira eleição para prefeito em 1972, Alcebíades Filho tinha sido eleito por duas vezes vereador pelo partido da UDN (União Democrática Nacional), chegando a assumir a presidência da câmara por quatro vezes (SOARES, 1988).

A Câmara Municipal eleita em 1972 era composta<sup>43</sup>, na sua maioria pelo partido do prefeito, a Arena, que, de maneira geral, representava os interesses dos segmentos mais conservadores do país. Rio Bonito era comandado pela Arena, tanto no executivo quanto no legislativo, formado por dez vereadores da Aliança Renovadora Nacional e dois do MDB<sup>44</sup>, Aires Abdalla e José Francisco de Sá.

Para as eleições de 1976 concorreram à prefeitura os candidatos apoiados pelo prefeito Bidinho, os arenistas Niraldo Moraes e Nelson Mendonça, e, pelo MDB, o jovem vereador Aires Abdalla. Entendemos que a pequena expressão do Movimento Democrático Brasileiro na cidade de Rio Bonito não tenha despertado o interesse de Chagas Freitas e, por isso, o representante do partido de oposição local não contou com o apoio direto do ex-governador da Guanabara e nem ganhou espaço em seus jornais.

Os dois grupos políticos formados pela Arena e pelo MDB de Rio Bonito disputavam os votos de 17.261 eleitores cadastrados para o pleito de 1976<sup>45</sup>. Aires Abdalla, candidato da oposição, conseguiu o maior número de votos e, com ele, pela

---

<sup>41</sup> Dados do Censo demográfico de 1980.

<sup>42</sup> Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1979, p. 584.

<sup>43</sup> Composição da Câmara Municipal de Rio Bonito eleita em 1972: Aires Abdalla Helayel – MDB; Cid de Aguiar Félix – ARENA; Délio Maia Barbosa – ARENA; José Francisco de Sá – MDB; Júlio Romero Cordeiro – ARENA; Luiz Gonzaga Campello – ARENA; Marinoni Nicolau – ARENA; Paulo Roberto de Mello Gonçalves – ARENA; Vanésio Borges – ARENA; Wilson da Silva Belgues – ARENA; Zely Miranda – ARENA; Suplente que atuou: Geraldo Solano Damasco – ARENA.

<sup>44</sup> Sobre a composição da Câmara Municipal de Rio Bonito destacamos as contribuições do prof. Arnupho Dobbin Ferro, grande interessado e colecionador de fatos sobre a Câmara Municipal.

<sup>45</sup> Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1979, p. 455.

primeira vez, o partido do Movimento Democrático Brasileiro conquistou a prefeitura que antes era controlada pelo partido da Arena.

Foi nesse contexto de disputas pelo controle do diretório estadual do MDB e avanço da “máquina chaguista” (SARMENTO, 2004a) pelo interior fluminense que Aires Abdalla do MDB venceu as eleições municipais em Rio Bonito, interior fluminense, com a promessa de priorizar dois problemas: a saúde e a educação. Veremos nos próximos capítulos que para realizar as propostas de campanha, e consequentemente ampliar a rede escolar pública municipal da cidade foi preciso uma aproximação do governo municipal com a principal liderança do seu partido no estado, Chagas Freitas. Veremos também que o diretório municipal do MDB de Rio Bonito não apoiava inicialmente o ex-governador da Guanabara, mas que os interesses de obter o maior número de aliados pelo interior do novo estado de Chagas Freitas de um lado, e o interesse de capitanear verbas estaduais para a realização do maior número de obras possíveis na cidade de Rio Bonito, aproximou Aires Abdalla e/ou o diretório municipal do MDB de Chagas Freitas.

Apesar do caminho do MDB no Rio de Janeiro ter sido de disputa entre duas importantes personalidades políticas da região sudeste, a influência sobre o processo eleitoral em Rio Bonito durante a campanha municipal de 1976 foi nula. A vitória do Movimento Democrático Brasileiro local aconteceu a partir de uma personalidade com certa influência em seu município, que buscou pautar sua campanha política com promessas de melhoras na educação escolar e na saúde da cidade, o que ia em direção a reivindicação de uma parcela da população, como veremos adiante. Vale ressaltar que Aires Abdalla, a tomar pelas publicações do jornal “O Dia”, estava fora do círculo de influências de Chagas Freitas durante as eleições municipais de 1976.

### **1.3 – Aires Abdalla compõe a “máquina chaguista” e figura no jornal “O Dia” em 1982**

O que verificamos até o presente é que o prefeito Aires Abdalla não fazia parte do grupo de influências do governador Chagas Freitas mesmo durante o período eleitoral de 1976, momento que coincide com a “queda de braços” entre o ex-

governador da Guanabara e o senador Amaral Peixoto, onde o vencedor dessa disputa passaria a comandar o MDB no novo estado do Rio de Janeiro.

Segundo informações do ex-prefeito Aires Abdalla, o seu primeiro contato com o governador Chagas Freitas aconteceu durante o seu primeiro mandato à frente da prefeitura, por intermédio do deputado federal José Maurício Linhares do MDB que, segundo Aires Abdalla, marcou uma reunião, em 1979, para apresentação dele e do prefeito de Araruama Altevir Barreto, também eleito em 1976 pelo MDB. Podemos notar que a intermediação feita pelo deputado federal José Linhares confirma, mais uma vez, a divisão dos “territórios políticos” (KUSCHNIR, 2000).

Nas palavras do ex-prefeito rio-bonitense, a partir dessa reunião, onde faz questão de destacar que foi bem recebido no Palácio das Laranjeiras, Aires Abdalla afirmou que: “tudo que eu pedia, ele [Chagas Freitas] me dava”. As palavras do ex-prefeito são enfáticas e entendemos que, na verdade, ele quer mostrar é que manteve uma boa relação com o governador e que o grau de proximidade era tanto que “tudo” que fosse pedido ao Chagas Freitas, por ele “ele dava”. A representação (CHARTIER, 1991) que o prefeito fez desse passado lhe é favorável e, entendemos que essa é a imagem que ele quis deixar registrado com esse depoimento.

A parceria entre as duas esferas de poder, a municipal e a estadual, foi registrada no material de divulgação do prefeito Aires Abdalla, onde em 1979 ele agradeceu as parcerias e autoridades do estado, incluindo o governador Chagas Freitas como podemos acompanhar a seguir.

[...] Voltado para o desejo de realização e de harmonia para o trabalho produtivo, pelo bem comum, expressamos nossos agradecimentos às autoridades Executivas, Legislativas e Judiciárias que têm compreendido nosso esforço e os sentimentos do nosso povo, e externamos nossa confiança no Governo do Doutor Antonio de Pádua Chagas Freitas e no seu propósito de marcar o novo período governamental, que iniciou a 15 de março, por uma nova era de participação do Estado, retribuindo ao esforço de Rio Bonito pela grandeza econômica do novo Estado do Rio (A Tribuna Especial de Rio Bonito, 1979, p. 3).

Como é possível perceber, Aires Abdalla reconhece a importância das parcerias para garantir “o desejo de realização e de harmonia para o trabalho produtivo, pelo bem comum” ao estender os seus agradecimentos às autoridades executivas, legislativas e judiciárias incluindo o governador Chagas Freitas, que tinha acabado de assumir o governo estadual por volta de dois meses. Neste caso específico, o prefeito rio-bonitense externa a sua confiança no novo governador e no “seu propósito de marcar

o novo período” para o estado do Rio, e neste novo período, Aires Abdalla esperava que Rio Bonito fosse contemplado com a atenção merecida, haja vista o “esforço” e contribuição econômica do município para a “grandeza” do seu estado.

Veremos no próximo capítulo que em 1981 foi publicado na “A Tribuna Especial de Rio Bonito” uma lista de reivindicações dirigidas ao Governo do Estado, cujo objetivo era angariar fundos para realização de algumas obras no município, solicitações atendidas, como constataremos. Ao atender as reivindicações do prefeito de Rio Bonito, as relações de “proximidade” entre Chagas Freitas e Aires Abdalla se confirmam.

A máxima de que Aires Abdalla se alinhou ao governador Chagas Freitas e, passou a figurar como um apadrinhado ou mais um membro da “máquina chaguista” (SARMENTO, 2004a) foi à presença do governador na inauguração do Colégio Municipal de Rio Bonito em 07 de maio de 1982. Finalmente, não que saibamos que ele esperava, mas a “administração Aires Abdalla” foi noticiada no jornal “O Dia” no dia seguinte a visita do “ilustre” chefe do executivo estadual. Logo na primeira página do jornal, acima de uma fotografia que mostrava Chagas Freitas cercado de autoridades no meio da população, a manchete dizia: “Chagas inaugura obras no aniversário de Rio Bonito”.



Fotografia 01. Visita de Chagas Freitas a Rio Bonito. Fotografia publicada no Jornal “O Dia”. Acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1982, p. 01.

A legenda da foto dizia:

O governador Chagas Freitas esteve, ontem [07/05/1982], em Rio Bonito, para participar com a população local – da qual recebeu carinhosa recepção (foto) – das solenidades de comemoração de mais um aniversário do município. Recebido por autoridades, líderes políticos, comunitárias e representantes de todas as atividades, Chagas fez entrega de uma série de obras de grande interesse para o povo (Na página 11). (JORNAL “O DIA”, 1982, p. 1).

O evento mereceu destaque tendo em vista que foi publicado na primeira página do jornal. A fotografia não é muito informativa sem a ajuda de uma legenda, tendo em vista que a foto não é muito boa e o prefeito Aires Abdalla não aparece nela. É possível notar que Chagas Freitas não está no palanque montado para receber autoridades, o que não significa que permaneceu junto a população durante toda a solenidade.

A legenda da fotografia apresentada anteriormente complementa a imagem retratada e esclarece que Chagas Freitas esteve em Rio Bonito para participar dos festejos comemorativos do aniversário do município e foi recebido, com “carinhosa recepção”, por autoridades de todas as esferas da sociedade local. A legenda esclarece ainda que o objetivo da viagem não foi só comemorativo, mas também de cumprir uma agenda de entrega/inauguração de obras executadas pelo Governo do Estado e/ou em parcerias com o município.

No interior do jornal, página 11, agora sem foto, o texto traz mais informações sobre a visita do líder do executivo estadual, como podemos acompanhar na íntegra a seguir:

O Governador Chagas Freitas presidiu ontem as solenidades comemorativas do 135º aniversário de emancipação político-administrativa de Rio Bonito que também marcaram o quinto ano de administração do prefeito do município, Aires Abdalla Helayel.

Uma multidão de cerca de 15 mil pessoas concentradas ao longo da Rua Getúlio Vargas, aplaudiu entusiasmadamente a chegada do Governador que fez questão de percorrer a pé as ruas centrais da cidade até a Praça Fonseca Portela, onde, dispensando o palanque oficial, permaneceu no meio do povo assistindo a um desfile escolar de mil alunos das redes estadual e municipal de ensino.

O Governador chegou a Rio Bonito em companhia do Secretário de Transportes Adhyr Veloso de Albuquerque, do senador Vasconcelos Torres, e do professor Eurico Leon Rodrigues, coordenador de assuntos Municipais do Governo. Foi recebido pelo Prefeito Ayres Abdalla, Secretário de Obras Arthur Cesar, engenheiro João Carlos Vieira, diretor geral do DER-RJ, deputados Max Dowel Leite de Castro, Leônidas Sampaio e Felipe Pena,

além de prefeitos, vereadores, líderes comunitários, e membros do diretório municipal do PMDB.

Participaram também das solenidades o prefeito de Araruama, Altevir Pinto Barreto, o Presidente Municipal do PMDB, Kingston Mota, os líderes políticos Genecy de Andrade, Tarquínio Freire Ribeiro e Honesto de Almeida Carvalho, Waldir Costa e Leir de Souza Moraes, os vereadores José Sá, Felipe de Paula, João Evangelista Monteiro e Adílio José Alves, o vice-prefeito de Rio Bonito, Luiz Nédio Magalhães, o líder jovem Rosalvo Torres, além de delegações dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Silva Jardim, Araruama, Saquarema, Maricá e Cabo Frio, esta última tendo a frente o ex-prefeito Hermes Barcelos.

Após o desfile, o Governador dirigiu-se ao palanque, onde o prefeito Aires Abdalla, em discurso agradeceu as obras que o Governo do Estado realizou em Rio Bonito, estando entre elas a iluminação pública, calçamentos de ruas, asfaltamento das ruas de acesso a entrada do município, equipamentos para estabelecimentos escolares e outros melhoramentos.

Dirigindo-se a multidão que o aplaudia, o Governador disse que pretende até o último dia do seu mandato cumprir as metas de ação estabelecidas no programa de seu Governo e que compareceria as concentrações populares com alegria, porque era um meio de prestar contas ao povo como tem feito em toda sua vida pública.

#### INAUGURAÇÕES

A primeira obra inaugurada pelo Governador em Rio Bonito foi a pavimentação e ajardinamento da Avenida Manuel Duarte, iluminada com luz a vapor de mercúrio. Em meio a uma concentração popular, animados pela Escola de Samba Canarinhos da Bela Vista, o Governador assinou no local, ato autorizando a instalação de mais 44 luminárias, além de postes de concreto.

O Prefeito Aires Abdalla voltou a agradecer as obras que o Governo do Estado levou para o município, dizendo que Chagas Freitas foi o primeiro Governador a visitar Rio Bonito após a Revolução de 1964.

As 19 horas, em meio a centenas de professores e alunos, Chagas inaugurou o moderno Centro Educacional Desembargador Navega Cretton, que em uma primeira etapa, reúne um prédio de dois pavimentos e em dezenas de salas de aula, o Colégio Municipal Dr. Astério Alves de Mendonça e o Jardim de Infância Professora América Abdalla Helayel.

Antes de retornar ao Rio de Janeiro, já nas últimas horas de ontem, o Governador foi homenageado com um coquetel que reuniu na churrascaria Gaúcho mais de 300 líderes políticos e comunitários da região (JORNAL "O DIA", 07/05/82, p. 11).

Confirmamos a hipótese de que o governador Chagas Freitas não esteve em Rio Bonito para participar apenas de uma solenidade, mas para cumprir agenda de inaugurações e, por que não, de reforçar e criar novos contatos. A tomar pela matéria do jornal a solenidade contou com boa parte da população local e muitas autoridades da região como prefeitos, vereadores, deputados etc.

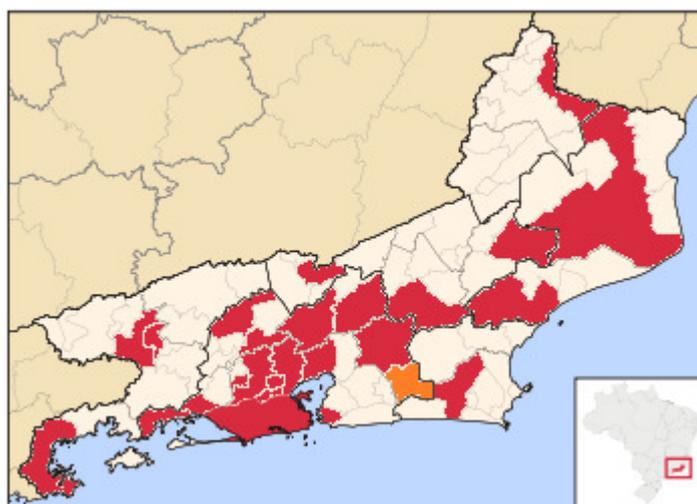
As duas obras em destaque são a pavimentação e iluminação pública da Avenida Manuel Duarte, uma das principais do Centro da cidade e, a inauguração do Centro Educacional Desembargador Navega Cretton e, nele, o Colégio Municipal Dr. Astério Alves de Mendonça e o Jardim de Infância América Abdalla Helayel. Parte da solenidade foi o desfile cívico escolar, inaugurações e, por fim, um coquetel servido

para trezentos convidados, que nos parece ser todos, ou grande parte, simpatizantes ou membros do antigo MDB.

Além das autoridades locais ou da região, o governador Chagas Freitas chegou a Rio Bonito acompanhado do Secretário Estadual de Transportes Adhyr Veloso de Albuquerque, do senador Vasconcelos Torres, e do professor Eurico Leon Rodrigues. O prefeito Aires Abdalla, o Secretário de Obras Arthur Cesar, engenheiro João Carlos Vieira, diretor geral do DER-RJ e os deputados Max Dowel Leite de Castro, Leônidas Sampaio e Felipe Pena, além de prefeitos, fizeram as “honras da casa” para receber a ilustre visita, que segundo declarou na época o prefeito Aires Abdalla, o município não recebia um governador desde a “Revolução de 1964”, se referindo ao Golpe Militar de 64.

Com a apresentação do prefeito Aires Abdalla ao governador do Estado Chagas Freitas, por intermédio do deputado Maurício Linhares em 1979, o diretório municipal do MDB de Rio Bonito e o prefeito Aires Abdalla Helayel passaram a figurar no “grupo chaguista”, fazendo, dessa maneira, crescer o número de aliados do “dono” do MDB fluminense e sua influência pelo interior fluminense como mostra o mapa a seguir.

**Mapa 4**  
**Avanço do MDB chaguista pelo novo estado do Rio de Janeiro III<sup>46</sup>**



<sup>46</sup> Além da Guanabara estão em destaque os municípios de Macaé, Duque de Caxias, Cachoeira de Macacu, Magé, Petrópolis, Bom Jesus do Itabapoana, Itaguaí, Niterói, Nilópolis, Campos dos Goytacazes, Resende, Volta Redonda, Araruama, São João do Meriti, Belford Roxo, Queimados, Duque de Caxias, Parati, Mangaratiba, Miguel Pereira, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Teresópolis, Três Rios, Vassouras e Rio Bonito (na cor mais clara para facilitar a localização no mapa).

## 2 – A DIVULGAÇÃO DE UMA IMAGEM: AIRES ABDALLA NO PODER

Surge um novo fenômeno político no Estado do Rio  
(Jornal “Correio do Grande Rio”, dia 19 a 25 de novembro de 1976)

Neste capítulo conheceremos um pouco sobre a trajetória política do prefeito Aires Abdalla e o processo eleitoral que o levou a prefeitura em 1977 pelo MDB rio-bonitense. Veremos que a partir da elaboração de um material de divulgação chamado “A Tribuna Especial de Rio Bonito<sup>47</sup>” a “administração Aires Abdalla” buscou propagar pelo município as suas obras e realizações, construindo com isso, uma imagem de um político que não vive na mordomia do gabinete, mas que está próximo das pessoas ouvindo suas aspirações e trabalhando para minimizar suas necessidades.

Vimos no capítulo anterior que Aires Abdalla não fazia parte do grupo de influências do ex-governador Chagas Freitas, ao menos até 1979 e, que o jornal “O Dia” era um caminho facilitador para promoção política, no entanto, só eram noticiados neste veículo de comunicação os afilhados políticos do ex-governador da Guanabara. Para ganhar as eleições o candidato rio-bonitense de 1976 não contou com a ajuda de nenhuma liderança “de peso” do partido emedebista.

Quatro dias depois da eleição, ocorrida em 16 de novembro de 1976, o nome de Aires Abdalla Helayel foi estampado no exemplar no jornal “Correio do Grande Rio”<sup>48</sup> como um novo fenômeno político no estado do Rio de Janeiro. A primeira página desse periódico não tratou de outro assunto, o novo prefeito eleito do município de Rio Bonito foi destaque com uma grande foto na primeira página.

Veremos ainda neste capítulo a conjuntura política do município de Rio Bonito que possibilitou a vitória de Aires Abdalla e como ele usou a “A Tribuna Especial de Rio Bonito” em busca de estabelecer ou sustentar a sua imagem como um “fenômeno político”.

---

<sup>47</sup> Trataremos sobre o material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” a seguir.

<sup>48</sup> Jornal “Correio do Grande Rio”, 19 a 25 de novembro de 1976, Ano II, nº. XXXII. Temos notícias de que esse jornal circulou no interior fluminense, mas não temos dados sobre sua tiragem e até quando circulou, acreditamos que esse jornal era semanal, tendo em vista o conjunto de datas desse exemplar. O jornal “Correio do Grande Rio” tinha a sede em Niterói/RJ, na Avenida Amaral Peixoto, 286, 11º andar, sala 1.102. O diretor responsável era o jornalista Edilson Gomes. O exemplar a que tivemos acesso é único do acervo particular do prof. Arnupho Ferro.

## 2.1 - Aires Abdalla: um político popular?

### 2.1.1 – Aires Abdalla Helayel

Aires Abdalla Helayel nasceu na cidade de Rio Bonito em 1945, filho de Michel Abdalla Helayel e de Nazareth Rosa Marinho, pequenos comerciantes no bairro do Boqueirão, próximo ao Centro da cidade. Teve cinco irmãos. Seu primeiro trabalho foi como comerciante, na mercearia de seus pais. Antes de ingressar na vida pública trabalhou também como operador de áudio na pequena rádio da cidade. Foi casado com a professora Sheile Mayre Salles Abdalla Helayel (já falecida) com quem teve um casal de filhos.

Em relação à instrução escolar, Aires Abdalla estudou até a 4ª série primária no Colégio Estadual Barão do Rio Branco em sua cidade natal e prosseguiu os estudos no Educandário São José em Niterói até concluir o curso de contabilidade na Faculdade Maria Teresa também na cidade de Niterói. A capital do antigo estado do Rio de Janeiro era a melhor opção para dar continuidade aos seus estudos por conta de parentes que ali residiam e lhe deram abrigo.

Ainda muito jovem Aires Abdalla ingressou no partido do Movimento Democrático Brasileiro de Rio Bonito convidado pelo seu amigo e presidente do partido Kingston Guimarães de Souza Motta, que na época trabalhava para eleger os candidatos José Bezerra Cavalcante e Leir Moraes<sup>49</sup> (prefeito e vice-prefeito respectivamente) nas eleições de 1966. Segundo nos informou o ex-prefeito, o seu trabalho nessa época se limitava aos “bastidores da política” distribuindo santinhos e pedindo votos de porta em porta.

Em 1972, aos vinte e sete anos, entra para a vida pública sendo eleito vereador pelo MDB. Aires Abdalla relata que esse fato se deu porque o seu amigo e presidente do partido Kingston Motta, que mais tarde se tornou seu assessor jurídico, o inscreveu para vereador sem ele saber. A justificativa do amigo foi que o partido precisava de candidatos e as pessoas não queriam. “Um dia cheguei na casa do Kingston e ele me disse que me inscreveu para vereador”. O resultado desse “acaso”, segundo ele, foi sua

---

<sup>49</sup> Segundo informações do Jornal dirigido por Leir Moraes, a candidatura “Bezerra – Leir” obteve 2.228 votos contra 1.714 do outro candidato (Nhozinho Lopes). No entanto, “nove dias depois do pleito o Presidente da República Castelo Branco manda somar os votos das sublegendas, matéria já regulamentada pelo Ato Institucional nº 03”. O que leva à vitória o seu oponente. Ou seja, os primeiros ganharam a maioria dos votos diretos, mas não foram eleitos. Este ato do presidente Castelo Branco aconteceu em 29 de novembro de 1966 e é o Ato Complementar nº 26 (JOBIM, PORTO, 1966, p. 124).

vitória na eleição para vereador, que gosta de dizer “foi minha primeira campanha e fui o segundo mais votado com 284 votos”, sendo o candidato mais votado do MDB. Acreditamos que o presidente do partido entendia que naquele momento Aires Abdalla era a pessoa do partido com alguma possibilidade de ser eleito<sup>50</sup> e, mais, para concorrer a um cargo, o candidato tem que assinar algum documento que autoriza o partido a inscrever a pessoa para concorrer ao cargo público, ou seja, ser escolhido pelo partido para concorrer a vereador pode ter sido uma surpresa para o ex-prefeito, mas não o registro da sua candidatura na época.

Em 1976 foi eleito prefeito, também pelo MDB, vencendo os candidatos Nelson Mendonça e Nivaldo Moraes. É nessa gestão, entre 1977 e 1982<sup>51</sup>, que ampliou a rede de educação pública municipal. Seu antecessor e também sucessor foi o prefeito Alcebíades Moraes Filho (1973 a 1977 e 1983 a 1988)<sup>52</sup>.

Em 1986 foi eleito deputado para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, com 92,8% dos votos de Rio Bonito. O que sugere a aprovação de seu governo por parte da população rio-bonitense. Em 1988 foi eleito novamente prefeito de Rio Bonito e, em 1990 sua candidatura foi cassada pela Câmara Municipal<sup>53</sup>. Após esse acontecimento, perdeu as eleições de 1997 e 2001, voltando à prefeitura como vice-prefeito no pleito de 2004.

Entre as principais realizações de Aires Abdalla quando prefeito estão a construção do Hospital Municipal Loyola, na Mangueirinha; a construção e reforma de escolas, com destaque para a construção do Colégio Municipal de Rio Bonito, na Praça Cruzeiro. Sobre o impacto dessa construção para a população afirma que as pessoas da

---

<sup>50</sup> No livro *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*, Marc Bloch nos alerta sobre a importância “de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos” (BLOCH, 2001, p. 89) e Michel Pollak destaca que a memória é um fenômeno construído (1992, p. 204).

<sup>51</sup> Segundo nos informou Aires Abdalla, houve um acréscimo de mais dois anos nos mandatos dos prefeitos e vereadores para que o período das eleições não coincidissem com as eleições para deputado, governador etc. Na verdade isso aconteceu através da Emenda Constitucional nº 14, de 9 de setembro de 1980 e teve a intenção contrária da informada pelo ex-prefeito, na verdade as eleições passavam a ser realizadas simultaneamente em todo o país, ou seja, na mesma data das eleições gerais para deputados (JOBIM e PORTO, 1966, p. 340).

<sup>52</sup> Moraes Filho foi diretor durante muito tempo do jornal “Folha Fluminense”, fundado em 1977.

<sup>53</sup> Segundo informações publicadas no jornal “Folha Fluminense” “dentre outros” motivos que causaram a cassação do Prefeito foram: “compra de caminhões em um consórcio, sem concorrência, o transporte de mercadorias de entidade particular em carros oficiais, a falta de prestação de contas a Câmara, através da remessa dos balancetes mensais, a negativa de resposta a requerimentos de informações, a não publicação dos atos oficiais como determina a legislação em vigor [...]”. Cf. Jornal “Folha Fluminense”. Rio Bonito, 29 jan. 1990. [s.n.], p.1.

época “acharam o máximo e me diziam que eu poderia ir para casa dormir que não perderia mais nenhuma eleição” (HELAYEL, 2008).

## 2.2 O MDB rio-bonitense e Aires Abdalla: a consagração política

Distante das páginas do jornal “O Dia” e da queda de braços entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto pela presidência do partido no novo estado do Rio de Janeiro, na pequena cidade de Rio Bonito, interior do estado fluminense, o MDB enfrentava o poderio da Arena local, que governava o município desde que o bipartidarismo tinha sido implementado em 1965.

Presidido e fundado pelo advogado Kingston Motta, o Movimento Democrático Brasileiro rio-bonitense tinha pouca expressão política e nenhum contato com Chagas Freitas, que na visão dos políticos de “cá” estava no lado de “lá”<sup>54</sup>. Nesses termos, Amaral Peixoto seria a principal referência do partido em nível estadual, mas o que os políticos mais antigos dizem pela cidade é que o líder emedebista da bancada do senado federal não gostava de Rio Bonito. Neste sentido afirmou veementemente Leir Moraes que:

Amaral tinha horror a Rio Bonito! Tanto que Bidinho quando foi prefeito trocou o nome daquela rua dos bancos que era Avenida Amaral Peixoto. Bidinho tirou e colocou Avenida Castelo Branco, contavam uma história que quando Amaral Peixoto passava aqui de trem mandava fechar a janela do trem para não ver a cara do pessoal de Rio Bonito. Uma vez o pessoal de Rio Bonito foi lá pedir duzentos mil réis pra colocar luz, porque não tinha luz aqui, quem botou luz aqui foi Miguel Couto, aí ele disse que Rio Bonito não valia duzentos mil réis como é que ele ia dar esse valor pra colocar luz aqui. Não sei o que foi, mas ele dizia, os caras mais chegados a ele, que ele não gostava de Rio Bonito porque ia uma turma lá pedir uma coisa a ele num dia e no dia seguinte ia uma turma pedindo pra não dar. Então dizem que o horror dele foi esse (MORAES, 2012).

O depoimento de Leir Moraes nos sugere que Rio Bonito não estava próximo de nenhuma das lideranças do MDB. Além disso, o relato evidencia que Amaral Peixoto não estava preocupado com as necessidades públicas do município de Rio Bonito,

---

<sup>54</sup> Referência a separação natural feita pela Baía de Guanabara entre os antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

somado a isso, o senador, segundo Moraes, não expressava simpatia por esta cidade<sup>55</sup>. Independente da afeição do senador pelo povo rio-bonitense ou sua pouca paciência para os pedidos contraditórios presentes no relato, é preciso destacar que no âmbito da política local o partido da Arena era mais forte e não perdera uma eleição para o Executivo até 1976 e a configuração da câmara municipal era majoritariamente arenista, como apresentamos no final do primeiro capítulo, ou seja, o espaço do Movimento Democrático Brasileiro na cidade era extremamente reduzido. Assim, é possível supor que recusar duzentos mil réis para a iluminação pública da cidade tenha sido uma estratégia política do senador Amaral Peixoto, que possivelmente não queria contribuir com o governo arenista presente no poder no município.

Com a presidência do MDB em disputa no novo estado do Rio de Janeiro por Chagas Freitas de um lado e Amaral Peixoto de outro, os diretórios municipais do partido no estado deveriam se posicionar a favor de um ou de outro para conquistarem os apoios necessários para sua manutenção política a nível local. Em relação a essa questão, Aires Abdalla afirmou que o MDB rio-bonitense estava apoiando o senador Amaral Peixoto, mas que não receberia nada em contrapartida, “apoiamos Amaral Peixoto porque ele era do lado de cá, Chagas Freitas era da Guanabara” (ABDALLA, 2012).

Como vimos no primeiro capítulo, ter espaço nas páginas do jornal “O Dia” contribuía bastante para divulgar o nome de qualquer candidato entre os eleitores. Vale destacar que esse jornal era de propriedade de Chagas Freitas e, nele, só eram noticiados, quando havia o intuito de promoção política, de seus apadrinhados políticos. A intenção do ex-governador da Guanabara era eleger o maior número de candidatos do MDB pelo interior do estado e com isso ampliar o número de aliados. No entanto, em relação ao município de Rio Bonito o partido de oposição alcançou a vitória sem ser mencionado no jornal “O Dia” de 1975, ano que antecedeu as eleições municipais, e 1976, ano da eleição, que foi marcada para 15 de novembro. Sem o apoio direto do senador Amaral Peixoto e sem espaço no jornal de maior circulação popular do estado, como o MDB rio-bonitense conseguiu ser vitorioso nas eleições de 1976? Quem foram os candidatos e quais foram as propostas de governo do grupo emedebista?

---

<sup>55</sup> Em uma conversa informal com o professor Arnupho Ferro sobre essa questão do Amaral Peixoto “não gostar” de Rio Bonito, percebi uma “memória herdada” nos moldes destacadas por Michel Pollak (1992). Ele afirma ter ouvido essa história, inclusive do próprio Leir Moraes.

Antes de respondermos a essas perguntas, é necessário entendermos rapidamente como funcionou a eleição municipal no ano de 1976. O processo eleitoral estava regido pela Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965. Esta lei que instituiu o código eleitoral tinha a função de organizar e garantir “o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado” (JOBIM, PORTO, 1996, p. 6) como previa o artigo 1º do próprio código em questão.

A parte quatro da Lei 4.737 tratou “das eleições”, o título nomeado de “sistema eleitoral” foi dividido em cinco artigos que trataram de maneira geral sobre a eleição para os cargos desde vereadores até o de presidente da República. No artigo 83º ficou determinado que para ser eleito o candidato deveria alcançar o maior número de votos, logo, previa o princípio majoritário<sup>56</sup>.

Com o fim dos partidos políticos determinado pelo AI-2 e a aprovação do Ato Complementar nº 4, que dava início ao bipartidarismo no país a situação eleitoral passou por uma mudança aprovada na Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1968<sup>57</sup>. Esta lei instituiu o sistema de sublegendas e dava a possibilidade dos partidos políticos instituírem até três sublegendas para os cargos de governador e prefeito. Em outras palavras, os partidos poderiam indicar até três candidatos para concorrerem às eleições para prefeito ou governador. O partido vencedor era o que recebia o maior número de votos e o candidato mais votado do partido vitorioso estava eleito.

Para as eleições municipais de 1976, em Rio Bonito, foram aprovados em convenção do MDB local os candidatos Aires Abdalla, Kingston Mota e o comerciante Tarquínio Ribeiro. A grande aposta do partido era o candidato Aires Abdalla que havia sido o mais votado do partido no pleito anterior, na ocasião, foi o segundo candidato a vereador mais votado. O partido da “oposição possível” (FERREIRA, 2006, p. 166) foi vitorioso conseguindo somar um total de 7.550 votos<sup>58</sup>. Dos candidatos a prefeito do

---

<sup>56</sup> Para facilitar a compreensão do leitor, reproduzimos nesta nota os dois primeiros artigos da Lei nº 4.737 que tratam diretamente das eleições municipais: Parte Quarta, Título I, do Sistema Eleitoral. Art. 82. O sufrágio é universal e direto; o voto, obrigatório e secreto. Art. 83. Na eleição de presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores dos Estados, senadores federais e seus suplentes, deputado federal nos territórios, prefeitos municipais e vice-prefeitos e juizes de paz, prevalecerá o princípio majoritário. Esta lei está disponível no livro: JOBIM, Nelson e PORTO, Walter Costa (org.). *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996, p. 6-72.

<sup>57</sup> Ibid., 1996, p. 167-170.

<sup>58</sup> Jornal “Correio do Grande Rio”, 19 a 25 de novembro de 1976, Ano II, nº. XXXII, p. 4.

MDB o mais votado foi o jovem Aires Abdalla, como podemos observar na publicação do jornal “Correio do Grande Rio” (19 a 25/11/1976, p. 4),

Placard Eleitoral

As eleições d’O Dia” 15 último, não apresentaram grandes surpresas. As apurações, já encerradas apresentaram os seguintes resultados [...]

**Rio Bonito**

Aires Abdalla (eleito)	4.360
Tarquínio Ribeiro	1.828
Kingston Mota	1.362

Total do MDB	7.550
--------------	-------

Niraldo Moraes	4.644
Nelson Mendonça	2.436

Total da ARENA	7.080
----------------	-------

Já os candidatos da Arena Niraldo Moraes e Nelson Mendonça, apoiados pelo prefeito Bidinho, somaram um total de 7.080 votos como podemos observar na mesma publicação do jornal “Correio do Grande Rio” acima. Embora o candidato Niraldo Moraes da Arena tenha recebido o maior número de votos entre todos os concorrentes, no somatório das sublegendas venceu o MDB, assim, de acordo com a determinação contida na lei 5.453 Aires Abdalla foi eleito prefeito de Rio Bonito abalando a hegemonia política da Arena na cidade.

A vitória do candidato da oposição não significou a quebra da força dos candidatos da Arena. Se compararmos a quantidade de votos recebidos pelos grupos políticos, perceberemos que os arenistas foram bem votados. O MDB, com três candidatos recebeu 7.550 votos contra 7.080 votos da Arena que buscava somar mais votos na sublegenda com dois candidatos. Em média os candidatos da Arena obtiveram 3.540 votos contra 2.517 votos dos candidatos Aires Abdalla, Tarquínio Ribeiro e Kingston Mota do MDB.

Em relação à Câmara Municipal houve uma significativa mudança visto que no pleito de 1976, foram eleitos cinco vereadores do MDB mais um suplente, contra seis vereadores da Arena mais um suplente<sup>59</sup>. Percebemos que o crescimento do partido do

---

<sup>59</sup> Composição da Câmara Municipal de Rio Bonito (1977-1982): Adílio José Alves – MDB; Cid de Aguiar Félix – ARENA; Dionísio de Sá Leones – ARENA; Felipe Paula de Oliveira – MDB; Ivanil Ferreira Marins – ARENA; João Evangelista de Almeida Monteiro – MDB; José Francisco de Sá – MDB; Júlio Romero Cordeiro – ARENA; Nilton Kleber de Moraes – ARENA; Paulo Roberto de Mello

Movimento Democrático Brasileiro foi expressivo em relação ao pleito anterior onde apenas duas cadeiras foram ocupadas por políticos do partido de oposição.

Essa configuração política do legislativo que apresentamos passou por uma modificação visto que o MDB local mais que dobrou o número de cadeiras. Se por um lado o MDB alcançou mais cadeiras na câmara municipal de Rio Bonito, por outro lado, a Arena perdeu espaço em relação às eleições de 1972, ou seja, o MDB passou de 2 cadeiras para 5 e a Arena deixou de ter 9 vereadores e passou a ter 6 representantes no legislativo municipal local.

O crescimento do MDB não é exclusivo desse município, mas é decorrente de um crescimento a nível nacional. Vale destacar que o país estava nos últimos anos da ditadura militar e em processo de abertura “lenta, segura e gradual”. O bipartidarismo estava desgastado por conta das últimas vitórias do MDB e o sistema político civil-militar implementado desde 1964 já se encontrava em declínio.

Constatamos que a vitória de Aires Abdalla como candidato a prefeito de Rio Bonito em 1976 e o expressivo número de vereadores eleitos pelo MDB faziam parte de um movimento crescente do partido de oposição em todo o Brasil. Acompanhando os dados da tabela a seguir podemos constatar esse crescimento emedebista de 1966 até 1974<sup>60</sup>.

---

Gonçalves – ARENA; Ruy Macharet – MDB; Suplentes que atuaram: Zely Miranda – ARENA; Agenor Machado – MDB.

<sup>60</sup> Os dados desta tabela foram retiradas da seguinte obra: SARMENTO, Carlos Eduardo. *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Alerj, 1999, p. 273.

**Tabela 9**  
**Comparativo da votação obtida pelo MDB em 1966, 1970 e 1974**

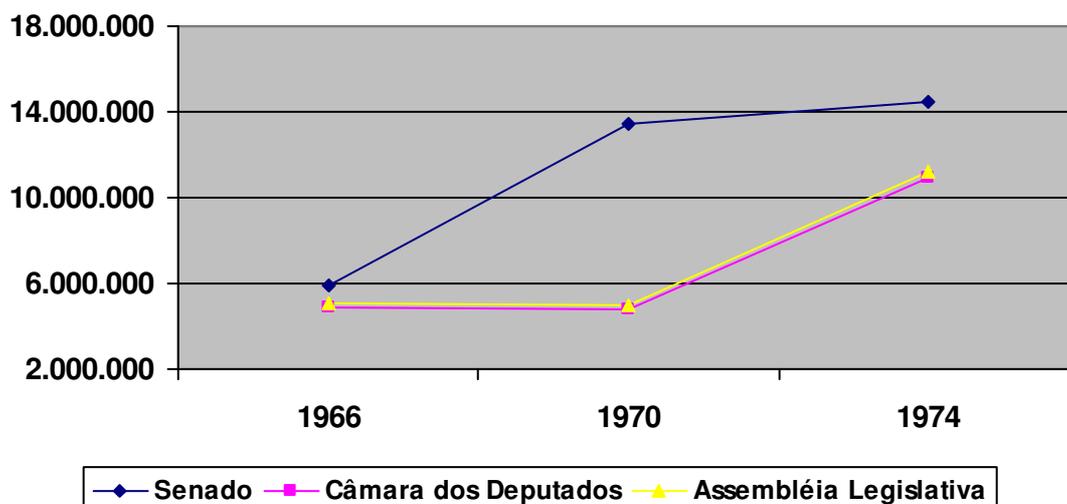
<b>MDB</b>	<b>BRASIL</b>
<b>Senado</b>	
1966	5.911.361 (34,24%)
1970	13.440.875 (28,6%)
1974	14.486.252 (50,08%)
<b>Câmara dos Deputados</b>	
1966	4.915.470 (28,43%)
1970	4.777.928 (21%)
1974	10.954.359 (37,79%)
<b>Assembléia Legislativa</b>	
1966	5.038.761 (29,19%)
1970	4.940.072 (22,04%)
1974	11.209.023 (38,83%)
Fonte: Brasil. TSE. <i>Dados estatísticos</i> . Rio de Janeiro, TSE, 1973 e 1977. V.8, 9 e 11	

Analisando os dados apresentados na tabela 9, notamos que tanto o número de votos para os cargos disputados para a capital federal quanto para as assembleias legislativas no Brasil são crescentes, com exceção do ano de 1970 que sofreu uma pequena alteração negativa para os cargos de deputado federal ou estadual, neste caso específico, nos remetemos ao texto de Marly Motta (1999, p. 128) que afirma ter havido nesse ano cassações a políticos do MDB por conta do endurecimento político institucionalizado pelo AI-5. Segundo a autora, “[...] o processo de cassações e de endurecimento do regime tirou da competição eleitoral um bom número de políticos do MDB, bastante conhecidos do eleitorado” (MOTTA, 1999, p. 128).

Com o auxílio do gráfico a seguir podemos visualizar a crescente votação recebida pelo MDB nos anos de 1964 a 1970, uma representação da tabela 9<sup>61</sup>.

<sup>61</sup> Os dados desta tabela foram retiradas da seguinte obra: SARMENTO, Carlos Eduardo. *Ibid.*, 1999, p. 273.

**Gráfico**  
**Número de votos recebidos pelo MDB nas eleições de 1966 a 1974 no Brasil**



Segundo Zacarias Borges, nas eleições de 1974 houve um refluxo da Arena em favor do MDB, dessa forma afirma o autor que o partido de oposição “triunfara nos chamados grandes estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Paraná e Goiás. Essa tendência foi aos poucos se confirmando nos pleitos seguintes [...]”(BORGES, 2002, p. 26). Com relação à expressiva vitória do MDB no Rio de Janeiro Marieta Ferreira afirma que

o resultado das eleições municipais de 1976 deu de fato uma vitória expressiva ao MDB [...]. Já no interior fluminense, a dinâmica eleitoral mostrou maior complexidade, pois mesmo com o crescimento do MDB, que dobrou o número de prefeituras conquistadas, a Arena permaneceu com a maioria delas (FERREIRA, 2006, p. 185).

Retomando os dados da tabela 9 e do gráfico percebemos que o número de candidatos eleitos pelo MDB crescia nacionalmente, sobretudo para os cargos de senador, deputado federal e deputado estadual. De acordo com Marieta Ferreira as eleições municipais no interior fluminense também foram positivas para o partido emedebista, no entanto, usando as palavras da autora, essa “dinâmica eleitoral mostrou maior complexidade” (2006, p. 185), pois o partido da situação nacional permaneceu com o maior número de prefeituras.

O crescimento do MDB se manteve e, em 1978 o partido passou a ser maioria com uma bancada formada por 42 deputados na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Marieta Ferreira destaca que “na Assembléia Legislativa, o

MDB obteve 74,1% dos votos, e na Câmara dos Deputados, 74,6%. O partido oposicionista saiu, como se esperava, vitorioso das eleições” (FERREIRA, 2006, p. 189)<sup>62</sup>.

A vitória de Aires Abdalla está inserida nesse contexto de expansão da presença do MDB nos poderes legislativos e executivos. Em nível local era a primeira vez que um político do grupo da oposição assumia os rumos do município rio-bonitense. O jornal “Correio do Grande Rio” publicou na primeira página do dia 19 a 25 de novembro de 1976: “Surge um novo fenômeno político no Estado do Rio”; “Aires Abdalla assombra Rio Bonito: venceu o candidato do povo”.

As notícias da eleição de Aires Abdalla correram pelo estado através de alguns jornais. O jornal “Correio do Grande Rio” que cobria os dias compreendidos entre 19 e 25 de novembro de 1976 dedicou toda a primeira página do seu exemplar para divulgar a vitória do jovem eleito. Entre as frases de efeito foi publicada uma grande foto do prefeito no centro da página. A publicação buscou destacar, entre outros assuntos, a juventude do prefeito que assumiria a prefeitura em 1977, que na ocasião era o mais jovem do estado do Rio de Janeiro e o segundo do país. O jornal destacou de maneira a enaltecer a juventude do prefeito eleito:

Pinta um novo líder na história política do Estado do Rio, saudoso e inesquecível Roberto Silveira, parece ter seu espírito encarnado no Prefeito mais jovem do Estado, e o segundo do Brasil, impressionante sob todos os aspectos a popularidade e liderança de AIRES ABDALLA HELAIEL, eleito ontem o novo Prefeito da cidade de Rio Bonito, município do Estado do Rio de Janeiro (JORNAL “CORREIO DO GRANDE RIO”, 19 a 25 de novembro de 1976, p. 01).

O jornal “O Fluminense”<sup>63</sup> publicado no dia 26 de novembro também noticiou a eleição do candidato do MDB rio-bonitense destacando a sua juventude. A matéria publicada em um box no canto direito da primeira página do jornal exibe uma foto do

---

<sup>62</sup> Diante desse crescimento no estado do Rio e também em todo o país, a estratégia adotada pelo governo de Costa e Silva foi, em 1979, acabar com os partidos da Arena e do MDB e permitir o surgimento de outros partidos. Neste caso, vale ressaltar que Argemiro Brum (1988) destacou que a intervenção militar na vida política tem atendido a interesses claros com o objetivo de “conter o avanço das camadas populares no processo político-decisório e consequentemente a ampliação das conquistas democráticas” (1988, p. 100).

<sup>63</sup> Esse jornal só tem as páginas 1, 2, 7 e 8, faz parte do acervo pessoal do prof. Arnupho Ferro. O nome em destaque no alto da página é “O Estado do Rio” seguido de “Edição Magé, Itaboraí e Rio Bonito”, e, em um tamanho menor ao lado dessas informações o nome “O Fluminense”. O diretor responsável foi o jornalista Alberto Torres. Não temos notícias sobre a sua tiragem, localização e circulação.

candidato eleito com a seguinte legenda em negrito “Abdalla: o mais novo”<sup>64</sup>. A notícia inicia-se da seguinte maneira: “considerado o segundo prefeito mais jovem do País, Aires Abdalla Helayel, de 32 anos, já definiu seu programa de Governo durante a caminhada eleitoral [...]”.

O MDB local foi vitorioso. No entanto, analisando os dados publicados pelo jornal descrito anteriormente notaremos que a vitória de Aires Abdalla em número de votos não foi maior do que o número de votos recebido pelo seu adversário mais votado do partido da Arena, portanto entendemos haver um exagero do jornal “Correio do Grande Rio” ao dizer que surgia “um novo fenômeno político no Estado do Rio” (p. 1), mais exagero ainda ao publicarem que “Aires Abdalla assombra[va] Rio Bonito<sup>65</sup>” (p. 1). Nesses termos, mais do que uma vitória de Aires Abdalla, foi uma vitória do MDB, visto a soma das sublegendas, sem a qual, ele não teria conseguido.

Os jornais, de maneira geral, buscaram exaltar, sempre que possível, a eleição de um jovem vereador. No jornal “Correio do Grande Rio” (19 a 25 de novembro de 1976, p. 1), no meio das notícias da eleição daquele ano, foi publicado um texto onde o prefeito eleito Aires Abdalla se dirigiu ao “povo de Rio Bonito”, onde se limitou a dizer que

Com o coração cheio de amor e o pensamento voltado para cada companheiro que me ajudou, envio a minha saudação fraterna aos conterrâneos e a todos que trabalham para o progresso e bem-estar social de minha terra. Tenho certeza, Deus vai me iluminar para que eu não falte às esperanças dos humildes nem aos sonhos de desenvolvimento de todos. Não esquecerei: Esta é a minha terra, onde com os pés descalços pisei o meu chão e os olhos de menino pobre viram as primeiras estrelas. Hei de lutar por ela e pela nossa gente, é o meu pensamento, quando eu vejo com humildade, a consagração de meu nome nas urnas mais uma vez.

Desejaria ter os braços bem mais longos para poder abraçar, com amor os riobonitenses, porque só tenho um desejo, servir a vocês todos.

Obrigado gente por tudo.

Aires Abdalla Helaiel

A partir dessa mensagem não é possível perceber as metas e linha de trabalho de Aires Abdalla. De maneira genérica, no calor da hora, afirma que não pretendia faltar “às esperanças dos humildes nem aos sonhos de desenvolvimento de todos”. Os sentimentos de felicidade e os agradecimentos pela vitória estão presentes praticamente em cada frase como, por exemplo, “o coração cheio de amor”, “minha saudação

---

<sup>64</sup> Foto em anexo E.

<sup>65</sup> *Grifo* nosso.

fraterna”, “Deus vai me iluminar”, “esta é a minha terra”, “consagração de meu nome”, “poder abraçar, com amor os riobonitenses” e “obrigado gente por tudo”.

Ainda nessa perspectiva de agradecimento Aires Abdalla declarou ao jornal “O Fluminense” de 26 de novembro de 1976 que “não considero minha a vitória, nem do MDB; a vitória foi do povo, ao qual não decepcionarei” (p. 1). E continuou declarando o reconhecimento e o valor dos votos recebidos mencionando os adversários da campanha.

[reconheço] ‘o valor desta vitória porque reconheço o valor de meus adversários, tanto do MDB como da Arena. Para Kingston Motta, Tarquínio Freire, Nelson Mendonça e Nivaldo Moraes mando meu reconhecimento pela lealdade demonstrada na luta e pela grandeza de espírito demonstrada ante a derrota’<sup>66</sup> (JORNAL O FLUMINENSE, 26 de novembro de 1976, p. 1).

Encontramos algumas propostas mais específicas para a futura administração do prefeito Aires Abdalla eleito para o executivo rio-bonitense publicadas em poucas linhas no jornal “O Fluminense”.

O programa de governo de Aires Abdalla prevê a eletrificação rural, assistência da faixa produtora; abertura da Avenida Manoel Duarte, da Fazenda São Joaquim até a BR-101; escola profissional para menores abandonados; realizações de mesas redondas com as lideranças comunitárias para coleta de subsídios para melhorar a máquina administrativa; instalação do núcleo do Corpo de Bombeiros e criação do serviço de Divulgação e Turismo da Prefeitura. (JORNAL O FLUMINENSE, 26 de novembro de 1976, p. 1).

O nosso objetivo específico é analisar a ampliação e melhoria da rede escolar pública municipal a partir das ações desse novo governo emedebista, nos deteremos à única proposta para a educação publicada e reproduzida acima. Assim, em termos educacionais, Aires Abdalla declarou a intenção de construir uma escola profissional para menores abandonados.

Ao ser indagado sobre quem eram esses “menores abandonados” Aires Abdalla afirmou ser as “crianças pobres que sempre eram abandonados pela prefeitura”. Neste sentido, justifica que queria criar uma escola profissional para os alunos pobres tendo em vista que “eles não conseguiam entrar pra faculdade, se tivessem uma profissão já ajudava bastante”.

---

<sup>66</sup> *Grifo* nosso.

Observaremos no terceiro capítulo, que a rede escolar pública municipal de Rio Bonito passou por uma ampliação significativa e que foi criada uma escola profissional, menos para os “menores abandonados” e mais para os segmentos populares e médios da população que buscavam atendimento na rede pública municipal escolar.

O jornal “O Fluminense” mencionado anteriormente também publicou algumas expectativas populares em relação ao governo emedebista que se iniciaria a partir de março de 1977. Assim, reproduzimos a seguir a enquete publicada na primeira página desse jornal.

### **O que você espera do novo Prefeito da sua cidade?**

A pergunta foi formulada nos municípios de Magé, Itaboraí e Rio Bonito. Muitos esperam que se olhe para a zona rural, pelas crianças pobres, calçamentos de ruas, iluminação, etc. Nos três municípios, os prefeitos eleitos são do MDB. Em Magé, vai governar Olívio de Mattos; em Itaboraí, Milton Rodrigues e em Rio Bonito, Aires Abdalla Helayel. Veja agora o que espera o povo de seus novos governantes.

**Nos três municípios, o que o povo espera dos seus prefeitos eleitos [...]**

#### **Rio Bonito**

\_\_ Espero que o nosso prefeito não só olhe pela região urbana como também pela rural, que não se esqueça das crianças pobres sem condições de estudar (**Francisco Carlos Kleinsorgen de Sousa Motta, 20 anos, estudante - Centro**).

\_\_ Sei lá, o homem tem que ser muito bom pra trabalhar. Mas um ginásio para filhos de pobre, calçamento de ruas e não decepcionar o povo são algumas coisas que espero do novo prefeito Aires Abdalla (**José de Oliveira, 33 anos, motorista de táxi – Caixa D’água**).

\_\_ Mais atendimento aos lavradores, melhores estradas, mais escolas e que seja legal (**Laudicénio Gremias, 49 anos, lavrador – Catimbau Grande**).

\_\_ Mais luz na Praça Cruzeiro e calce as ruas. Lá só tem buracos e lama (**Maria Arruda da Silva, 30 anos, comerciária – Praça Cruzeiro**).

\_\_ Que ele faça por Rio Bonito o que o prefeito Alcebíades Moraes Filho está fazendo (**Carlos Alberto Carvalho, 38 anos, motorista – Basílio**).

\_\_ Que dê assistência aos desamparados, abra mais escolas e bote Rio Bonito pra frente (**Heleise Ribeiro de Oliveira, 12 anos, estudante – Praça Fonseca Portela – Centro**).

\_\_ Que faça tudo o que prometeu durante sua campanha. No mais, tudo jóia (**Arléia Leite da Silva, 19 anos, doméstica – Boqueirão**)<sup>67</sup> (JORNAL O FLUMINENSE, 26 de novembro de 1976, p. 1).

Como afirmado no fragmento acima, a enquete realizada pelo jornal “O Fluminense” aconteceu em três municípios onde os prefeitos foram eleitos pelo partido

---

<sup>67</sup> *Grifos do original.*

do Movimento Democrático Brasileiro, Itaboraí, Magé e Rio Bonito. No caso de Rio Bonito, sete pessoas responderam à pergunta proposta pelo jornal, sendo quatro homens, três mulheres e uma menina de 12 anos. As sete pessoas possuíam algum tipo de ocupação, dentre os homens havia um estudante, um lavrador e dois motoristas; em relação às mulheres inquiridas pelo jornal havia, incluindo a menina, uma comerciária, uma estudante e uma doméstica. Houve um cuidado em escolher para publicação pessoas de diferentes bairros do município, neste caso estiveram representados, além do Centro, os bairros ao seu redor como Caixa D'Água, Boqueirão e Praça Cruzeiro e bairros mais afastados como Basílio e Catimbau Grande.

De maneira geral as pessoas expressaram a vontade de ter um prefeito “bom pra trabalhar”, que fosse “legal” e que não buscasse “decepcionar o povo”. As dicas para que o futuro prefeito fizesse um bom governo foram expressas no que deveria ser as necessidades básicas daquelas pessoas e que expressava, de certa maneira, os desejos da população rio-bonitense. Com isso, o novo governante deveria dar mais atenção para a região rural e aos lavradores, ou seja, não priorizar apenas a região urbana, que não se esquecesse dos pobres, sobretudo das crianças, além disso, para fazer um governo “legal”, o novo prefeito deveria criar escolas, calçar ruas, melhorar estradas, providenciar iluminação pública, dar assistência aos desempregados.

Ao analisar as respostas dadas à enquete sobre o que se esperava do novo governo de Rio Bonito, em razão das expectativas afloradas por conta dos resultados das eleições municipais ocorridas em 15 de novembro de 1976, percebemos que, das 7 pessoas entrevistadas, 4 pessoas declararam esperar do novo prefeito algum investimento em educação. Neste sentido, afirmou o estudante Francisco Motta a necessidade de que o novo prefeito “não se esqueça das crianças pobres sem condições de estudar”, ainda nessa perspectiva o motorista José de Oliveira falou da necessidade de mais um “ginásio para filho dos pobres” e o lavrador Laudicénio Gremias e a estudante Heleise Oliveira falaram da necessidade de “mais escolas”. Diante dessas expressivas solicitações em prol de mais investimentos em educação escolar buscaremos refletir, no próximo capítulo, sobre como a educação escolar pública municipal foi tratada pelo primeiro governo emedebista da cidade.

Mas retomemos a questão lançada no início deste capítulo. Como o MDB rio-bonitense conseguiu ser vitorioso nas eleições de 1976 não tendo o apoio de Chagas Freitas e nem o apoio do senador Amaral Peixoto as principais referências e lideranças do Movimento Democrático Brasileiro no estado do Rio de Janeiro?

O que percebemos no capítulo 1 foi que após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro a presidência do MDB do novo estado do Rio passou a ser disputado por Chagas Freitas e Amaral Peixoto. Os “donos” do partido de oposição nos antigos estados intensificaram o uso de suas “máquinas políticas” para se promoverem e alcançarem o objetivo final que era o domínio do MDB estadual. Amaral Peixoto rapidamente buscou aproximação com a liderança nacional e Chagas Freitas ampliou os espaços do jornal “O Dia” para políticos do interior fluminense e segundo o jornalista Pedro do Couto, “o sujeito que estivesse com Chagas Freitas tinha uma certeza: seu nome saíria no dia, e naquela ocasião era fundamental sair no “O Dia” para se eleger<sup>68</sup>. Nessa perspectiva Marly Motta afirmou que o “grande cabo eleitoral [de Chagas Freitas] foi, sem dúvida, o jornal “O Dia”, já que, ao mesmo tempo que lhe garantiu a massa de votos que o transformou em um dos parlamentares mais votados da cidade do Rio de Janeiro, ainda conseguia eleger candidatos que tinham destaque em suas páginas” (1999, 127).

O que vimos até aqui é que o MDB rio-bonitense não teve o apoio direto de nenhuma das duas forças do MDB estadual, dessa forma entendemos que na eleição de Aires Abdalla Helayel para a prefeitura de Rio Bonito em 1976 não se aplica essa afirmativa do jornalista Pedro do Couto. Então, o que explica essa vitória emedebista em Rio Bonito? Acreditamos que três motivos tenham contribuído para tal feito. Primeiro a crescente aceitação dos candidatos do MDB a nível nacional como vimos anteriormente, segundo, a conjuntura política que possibilitou a soma das sublegendas do partido através da Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1968 e, por último, o carisma e o trabalho de campanha do jovem prefeito eleito.

Segundo o candidato vitorioso, sua campanha rendeu êxito por conta da insatisfação popular em relação ao governo anterior, que estava desgastado e não cumpria mais com as promessas de campanha. Assim, afirmou Aires Abdalla, “nossas promessas eram as que o prefeito não cumpria, dizia que ia construir escolas e não construía, dizia que ia asfaltar e não asfaltava”. A campanha transcorreu sem muitos recursos e a principal estratégia utilizada foi o “corpo a corpo”. O contato direto com o eleitor, possivelmente, possibilitou o surgimento de uma confiança que os candidatos e o próprio partido da oposição local precisavam para despontar na cidade.

---

<sup>68</sup> Depoimento de Pedro do Couto em Crônica política do Rio de Janeiro (1998:150). *Apud*: MOTTA, Marly. Rumo ao governo da Guanabara. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Alerj, 1999, p. 126.

Como podemos notar em Marly Motta (1999, 127) a falta de recursos políticos materiais nem sempre prejudicou a possibilidade de um candidato alcançar a vitória. Ao tratar da falta de habilidade com as palavras de Chagas Freitas e a importância dos jornais para este, a autora afirma que a força política de Carlos Lacerda e de Leonel Brizola era em boa medida, o poder de sedução de uma oratória contundente e demolidora.

Aires Abdalla nos informou que quando estava insatisfeito com alguma política ou ação do governo ou da própria câmara municipal “eu ia para a Praça Fonseca Portela<sup>69</sup> e discursava para as pessoas falando tudo o que tinha vontade” (2012). Ainda segundo o ex-prefeito ele não era o único e quando precisava tinha o apoio de José Francisco de Sá, do seu partido e de Vanézio Borges e de Wilson Belgues, ambos da Arena.

Além do recurso da oratória que Aires Abdalla demonstrou ter, e da “rede de apoios” era preciso ter “acesso”. De acordo com as observações que Karina Kuschnir (2000) fez acompanhando o “cotidiano da política” da vereadora Marta de Roseiral<sup>70</sup> é imprescindível para qualquer político ter acessos no meio político e, a melhor maneira para isso, é a conquista de um mandato. Conclui a autora que “uma vez de posse do mandato, o parlamentar pode ampliar consideravelmente os seus acessos” (2000, p. 88). Assim, Aires Abdalla já havia conseguido o seu espaço em 1972 quando foi eleito vereador pela primeira vez. A sua vitória em 1976 para prefeito também se dá por conta de já ter sido vereador e, de certa maneira, ter sido avaliado pela população.

Como vimos anteriormente Aires Abdalla trabalhou no comércio, numa rádio e, tudo isso pode ter contribuído para facilitar sua candidatura, visto o número de pessoas que passou a conhecer, em uma cidade pequena. Além disso, nos disse durante entrevista que o contato com os amigos da escola, da igreja, do futebol, os vizinhos, os parentes e as pessoas que procurava pedindo todo tipo de ajuda lhe renderam a fama de ser popular e ter uma cidade para administrar.

O resultado foi positivo para o MDB local, visto que foi eleito um prefeito e a situação política na Câmara Municipal passou por uma significativa mudança, haja vista que no pleito de 1976 foram eleitos cinco vereadores do MDB mais um suplente, contra seis vereadores da Arena mais um suplente. Vale lembrar mais uma vez que três

---

<sup>69</sup> A Praça Fonseca Portela é a praça central da cidade e fica ao lado da prefeitura e da câmara municipal.

<sup>70</sup> Nomes fictícios de uma vereadora do Rio de Janeiro e sua “área” de atuação, que na verdade é a Zona Oeste do Rio.

candidatos a prefeito concorriam ao pleito para o executivo municipal pelo MDB, assim, não foi o trabalho de um, mas de três de uma mesma região.

Apoiados numa campanha que buscava exaltar a corrupção e o mau uso do dinheiro público pela administração municipal, o grupo do MDB rio-bonitense alcançou a vitória em 1976, afirmando ter solicitado de porta em porta o voto do eleitorado e prometido melhores condições de vida para a população da cidade.

Em uma reflexão a respeito do “tempo da política”<sup>71</sup> Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010) analisam os perfis dos discursos de um candidato oposicionista e de um candidato governista do Rio Grande do Sul. Neste caso os autores não identificam muitas diferenças nos discursos proferidos pelos políticos e destacam que há no começo uma

[...] abertura, ocupada por formalidades de praxe; um corpo, onde se sucedem a afirmação do contraste entre o que seria uma campanha referida a um programa de governo e uma campanha (a do adversário) cujo tônica seriam as ofensas pessoais, referências às visitas feitas às comunidades rurais, críticas às propostas dos adversários e a apresentação do que seria seu programa de governo; e um fecho, onde se alternam agradecimentos, conclamações ao voto e propostas de união (PALMEIRA e HEREDIA, 2010, 45).

Verificamos que, atualmente, essa “receita” é largamente utilizada por candidatos no “tempo da política” e possivelmente já funcionava no processo eleitoral de 1976. Aires Abdalla ao afirmar “que nossas promessas eram as que o prefeito não cumpria, dizia que ia construir escolas e não construía, dizia que ia asfaltar e não asfaltava” nos dá uma pista de sua linha de argumentação. Ou seja, usava as “críticas às propostas dos adversários” (PALMEIRA E HEREDIA, 2010, p. 45), ou melhor, críticas às propostas não cumpridas, visto que os candidatos da Arena naquela época tinham o apoio do prefeito Alcebíades Moraes Filho.

Dessa maneira, entendemos que a pequena expressão do MDB em Rio Bonito até 1976 não tenha despertado o interesse de Chagas Freitas e, por isso, o candidato do partido de oposição da cidade não contou com o apoio direto do ex-governador da Guanabara e nem ganhou, por conseguinte, espaço em sua principal empresa jornalística, o jornal “O Dia”.

---

<sup>71</sup> Segundo os autores, o termo “tempo da política” serve para designar o entendimento do popular em relação ao início das campanhas eleitorais, tempo dos comícios. Quando não se está em tempo de eleições, as atividades políticas são entendidas pela população como atividades de assistência ou, tão somente, prestações de favores, assim, a política aparece com as eleições.

### 2.2.1 - O uso do material de divulgação como meio de promoção política: “A Tribuna Especial de Rio Bonito”

Aires Abdalla ficou à frente da prefeitura de Rio Bonito de 1977 a 1983. Como já vimos, foi durante esse mandato que a Emenda Constitucional nº 14, de 9 de setembro de 1980<sup>72</sup> entrou em vigor possibilitando mais dois anos de mandato aos governos municipais. Por esta razão, ao invés de um mandato de 4 anos, o prefeito eleito em 1976 governou por 6 anos.

Foi nos últimos quatro anos do governo de Aires Abdalla que a “A Tribuna Especial de Rio Bonito” começou a circular pela cidade tendo o seu primeiro número publicado em 7 de maio de 1979 e o último na mesma data do ano de 1982. Segundo informou o ex-prefeito, a distribuição desse material se dava, pelo “pessoal do gabinete”, que distribuía no comércio e para a população local nos dias 6 e 7 de maio. Mas por que essa data? Esse é o dia em que se comemora o aniversário da cidade, assim durante as solenidades de comemoração se distribuía para a população presente esse material, que tinha o formato de um jornal, com os feitos da administração Aires Abdalla.

Na primeira página desses materiais de divulgação é omitido, com exceção do exemplar de 1980, o nome “A Tribuna Especial<sup>73</sup>”, sobressaindo o nome “Rio Bonito: 1846 - 7 de maio - 1980”. O ano de 1846 mostra o ano da emancipação política e administrativa da cidade, o dia 7 de maio faz referência ao dia do aniversário da cidade e, 1980, por exemplo, o ano da publicação do referido material de divulgação. Além dessas informações, no lado direito desses dados do nome desse material de divulgação é possível perceber o tempo de duração do governo “3 anos de Governo Aires Abdalla”, que completava no ano de 1980 e, imediatamente abaixo dessas informações se lê o tempo de existência da cidade. Com a ajuda do recorte a seguir podemos observar que o município completava “134 anos de cultura e vida”.

---

<sup>72</sup> Ver nota 51.

<sup>73</sup> Este material de divulgação é uma publicação encomendada pela “administração Aires Abdalla” ao Jornal “A Tribuna”, dirigido pelo jornalista Jourdan Amora. O jornal tinha sua sede situada na Rua Barão do Amazonas, nº.81, Niterói no Estado do Rio de Janeiro. Foram impressos quatro números para serem distribuídos especificamente no município de Rio Bonito, neles não foi informada a tiragem, mas segundo informações do Jornal A Tribuna, este material tinha uma tiragem de 15 mil exemplares. É possível encontrar em bom estado de conservação os números de 1979 a 1981 na Casa de Cultura Hélio Nogueira em Rio Bonito e o exemplar de 1982 nos arquivos do Jornal “A Tribuna” em Niterói.

**Figura 1**  
**Identificação do material de divulgação: “A Tribuna Especial de Rio Bonito”**



Fonte: “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1980, p. 1).

Segundo Márcia Silva e Gilmara Franco (2010) em relação aos jornais é possível identificar duas características diferentes para tais fontes de pesquisas, cada um com dimensões e com elementos próprios. Existem os jornais de temática livre e os jornais de temática específica, sendo os primeiros os periódicos afinados com a indústria cultural<sup>74</sup> “com diversidade temática, tamanho considerável, várias colunas com teor informativo, anúncios, propagandas, notícias, reportagens, opiniões e análises profissionais quanto às questões culturais, políticas e econômicas de quaisquer ordens” (2010, p. 7) e o segundo, são os jornais “editados como porta-vozes de um grupo com princípios comuns, a exemplo de *A Plebe*, jornal anarquista que circulou no Brasil nas primeiras décadas do regime republicano” (2010, p. 8). Vale destacar que ambos os tipos de jornais podem ser de circulação nacional, estadual ou local e com periodicidade regular.

Não classificamos a “A Tribuna Especial de Rio Bonito” como um jornal de temática livre ou de temática específica, como sugerem as autoras, pois este material foi fruto de uma encomenda pessoal do prefeito Aires Abdalla ao jornalista Jourdan Amóra, em seu desejo de transmitir à população rio-bonitense as realizações de sua administração. Neste sentido podemos entender essa publicação como sendo um material de propaganda, com formato de um jornal, ou seja, criado por um grupo que possuía intenções de divulgar as obras do prefeito e com isso, promovê-lo politicamente. Como material de divulgação transmutado em jornal, esse material se

<sup>74</sup> As autoras assim explicam Indústria Cultural: “a produção e disseminação de produtos culturais para consumo em massa, ou seja, o consumo de um grande número de pessoas em diferentes lugares, independentemente das particularidades culturais. Tal produção é realizada em geral pelos meios de comunicação e está interligada à atividade industrial propriamente dita. Jornais, revistas, periódicos, programas de TV, livros, revistas em quadrinhos, músicas, filmes são exemplos de produtos culturais que passaram a fazer parte da sociedade de consumo (...)”. (SILVA; SILVA, 2005, 225-226, *apud* SILVA; FRANCO, 2010, p. 2).

aproxima dos de temática específica, mas não se caracteriza como tal por não possuir uma periodicidade, além de ser uma iniciativa isolada e paga por um prefeito.

Os quatro exemplares publicados da “A Tribuna Especial de Rio Bonito” receberam escrita profissional, possuíam as mesmas dimensões e tinham em média 12 páginas. Os exemplares estavam recheados com muitas fotografias, traziam mensagens do prefeito e seus aliados políticos, a estrutura do governo, além de, nas páginas internas, apresentarem algumas propagandas do comércio local. A estruturação desse material de divulgação sofreu pouquíssimas alterações de um número para o outro, normalmente o acréscimo de uma nova obra ou inauguração.

Apresentaremos algumas fotografias publicadas na “A Tribuna Especial de Rio Bonito” e outras que compõe o acervo do Jornal “A Tribuna” de Niterói. Vale destacar que esse material fotográfico que analisaremos tinha o objetivo de divulgar os feitos do prefeito e enaltecer a sua imagem como um homem do “povo” dedicado a resolver os problemas da cidade, com destaque para a educação escolar municipal o que lhe possibilitará ficar na memória de alguns atores dessa história como sendo o “prefeito da educação”. Como vimos o investimento feito para ampliar a rede escolar pública municipal de Rio Bonito favoreceu o prefeito Aires Abdalla politicamente.

O uso de fotografias para promoção política não foi uma novidade idealizada pelo prefeito Aires Abdalla ou do município de Rio Bonito nos últimos anos da década de 1970, neste sentido, Ângela Gomes (1988) mostra em seu trabalho “A invenção do trabalhismo” que o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, durante o Estado Novo, tinha a função, além de “controlar os instrumentos necessários à construção e implementação de um projeto político destinado a se confirmar como socialmente dominante” (1988, p. 206), de projetar a figura do presidente Getúlio Vargas como a de um presidente voltado para as “necessidades” dos trabalhadores brasileiros. A autora destaca que a partir de

1938, a máquina política do Estado, tendo como cabeça o DIP, começou a articular, possivelmente uma das mais bem sucedidas campanhas de propaganda política de nosso país. Getúlio Vargas era seu personagem central, e desde este ano até 1944 o empreendimento não cessou de crescer (GOMES, 1988, p. 238).

O crescimento da política de propaganda do Estado Novo só foi possível porque surtia efeitos positivos para Getúlio Vargas. Além do uso das fotografias, Ângela Gomes destaca que a rádio foi um instrumento valioso nessa estratégia de

promoção política do presidente estado-novista<sup>75</sup>. Não temos a pretensão de afirmar que Aires Abdalla buscou fazer como Getúlio Vargas, mas de enfatizar que essa política de propaganda utilizando fotografias como meio de se aproximar da população já havia sido largamente utilizada pelo presidente que ficou marcado na memória popular como o “pai dos pobres”, através, sobretudo, do DIP.

Com os desdobramentos da História Cultural o historiador se viu diante de um leque infinito de fontes escritas, orais e iconográficas, dentre esses, a fotografia que surgiu no início do século XIX. Segundo Ana Mauad (1996) a fotografia foi marcada, desde sua invenção, “por polêmicas ligadas aos seus uso e funções” (MAUAD, 1996, p. 74), onde:

Ainda no século XIX, sua difusão provocou uma grande comoção no meio artístico, marcadamente naturalista, que via o papel da arte eclipsado pela fotografia, cuja plena capacidade de reproduzir o real, através de uma qualidade técnica irrepreensível, deixava em segundo plano qualquer tipo de pintura (MAUAD, 1996, p. 74).

Segundo Ana Mauad, muitos artistas e intelectuais do século XIX, achavam que a fotografia possuía, por um lado, um caráter de “prova irrefutável do que realmente aconteceu” e, por outro lado, a fotografia “libertou a arte da necessidade de ser uma cópia fiel do real, garantindo para ela um novo espaço de criatividade”. Ou seja, a fotografia, para os artistas naturalistas reproduzia o real e servia como instrumento para uma memória documental da realidade. Nas palavras da autora, “a fotografia foi utilizada como prova infalsificável”, passando a figurar, como verdade, a partir do século XX, para o controle social através da identificação em “identidades, passaportes e os mais diferentes tipos de carteiras de reconhecimento social” (1996, p. 74-75).

Estamos de acordo com a autora ao afirmar que

[...] entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver. A fotografia – para além da sua gênese automática, ultrapassando a idéia de *analogon* da realidade – é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive o controle de um determinado saber de ordem técnica (MAUAD, 1996, p.76).

---

<sup>75</sup> A respeito do rádio, Ângela Gomes destaca que “desde 1934, Vargas criara um programa oficial – inicialmente a “Voz do Brasil” e, em seguida, “Hora do Brasil” –, no qual se transmitia uma programação centrada nas “realizações políticas” de seu governo” (GOMES, 1999, p. 64).

Entendemos que as fotografias dispostas na “A Tribuna Especial de Rio Bonito” não representam a realidade dos fatos por entender que são produtos humanos e, como tais, estão sujeitas ao “ponto de vista” do fotógrafo, que no ato de fotografar terá a liberdade para escolher um ângulo que atenda às suas expectativas, em nosso caso uma preocupação para fazer uso político da fotografia. Neste sentido afirma Ana Mauad que “há que se considerar a fotografia como uma determinada escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis, guardando esta atitude uma relação estreita entre a visão de mundo daquele que aperta o botão e faz ‘clic’” (MAUAD, 1996, p.77).

As fotografias dispostas no material de divulgação da “administração Aires Abdalla” variam de tamanho, sobretudo, quando se referem às propagandas comerciais. São fotos, em sua grande maioria, com um grau de nitidez satisfatório, uma boa iluminação e, possivelmente tiradas por um fotógrafo profissional do Jornal “A Tribuna”. Acreditamos que os estabelecimentos comerciais que apareceram nos materiais de divulgação ajudaram a pagar a impressão desse material como patrocínio.

Neste sentido, no exemplar de 1979, aproximadamente 40% da página 4 foi disponibilizada para a empresa “Cal Comercial LTDA”, fornecedora, segundo a legenda da foto que mostra os veículos estacionados em frente a empresa<sup>76</sup>, “de charques, cereais, frios e artigos correlatos”. Outra empresa que mereceu destaque foi a concessionária de veículos “Nacional Diesel S. A. Veículos” que também ocupou aproximadamente 40% da página 5, do exemplar de 79. Essa empresa era uma concessionária da Mercedes-Benz, segundo informações da legenda que estava abaixo de uma fotografia aérea da empresa localizada no bairro da Praça Cruzeiro, às margens da Br.101, Km 54.

A empresa “Revepil – Revendedora de veículos e peças [nome ilegível] Ltda” teve um espaço maior que as empresas anteriores ocupando uma área de aproximadamente 70% da página 10. Uma foto da empresa, localizada na Praça Cruzeiro também as margens da Br. 101, buscou dar destaque ao nome da fachada “Volkswagen Revepil”. A julgar pelo espaço ofertado pela “A Tribuna Especial de Rio Bonito” de 1979, entendemos que esse estabelecimento comercial tenha dado uma boa contribuição/patrocínio para a elaboração desse material encomendado pela “administração Aires Abdalla”, sugerindo apoios recíprocos.

---

<sup>76</sup> Segundo a legenda a empresa Cal Comercial Ltda estava localizada na Rodovia BR. 101, Km 64,5, Posse, Rio Bonito.

Na página 11, ainda do exemplar de 1979, recebeu destaque a empresa “Franauto” revendedora de caminhões novos e usados. Localizada na Rua Manoel Duarte, 713, no Centro da cidade, a referida empresa também recebeu aproximadamente 40% da página e disponibilizou uma foto que apresentou a fachada da empresa com veículos estacionados a sua frente.

Essas foram as únicas empresas que apareceram/patrocinaram o material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” do ano de 1979. Nos exemplares seguintes, a propaganda comercial dessas empresas voltou a aparecer com um espaço menor, na realidade, todas as propagandas comerciais tiveram menos espaço. Entre as novas empresas que apareceram destacamos “Hotel Fazenda Pedras Negras”, “Doces Ojuara”, “Depósito de Retalhos Rio Bonito Ltda”, “O Gauchão Churrascaria”, “Albernaz & CIA Ltda”, “Hospital Colônia Rio Bonito”, “Auto Posto Mug Ltda”, “Dindon: Indústria e Comércio de Doces Ltda”, “A. A. Ferreira Neto Automóveis”, “Retífica de Motores: Oficina Rex Ltda”, “Drogaria Cruzeiro”, “Depósito de Papel Rio Bonito”, “Bazar Progresso Ltda”, “Lojas Richo Material de Construção Ltda”, “Tom Pneus”, “Luiz A. Melo Automóveis”, “H.S.J. Carvalho Distribuidora de Produtos Skol Caracu” e “Beltec Implementos Agrícolas”.

Vinte e duas empresas diferentes foram divulgadas nos materiais de divulgação, dessas apenas a “Beltec Implementos Agrícolas” estava situada no município vizinho de Itaboraí, distrito de Tanguá<sup>77</sup>. Os espaços não eram padrão, variando de empresa para empresa, normalmente as concessionárias de veículos possuíam maior espaço. Desconfiamos que todas as empresas que se dispuseram a patrocinar o material de divulgação, só o fizeram porque tinham alguma afinidade com o prefeito ou ganhavam alguma vantagem da prefeitura.

Entendemos que essas empresas ao patrocinarem a publicação da “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, contribuíram para construir uma representação de Aires Abdalla como sendo o prefeito “eminentemente popular”, isso é, um “signo” para a educação. Segundo Roger Chartier existem algumas categorias de signos “(certos ou prováveis, naturais ou instituídos, aderentes a ou separados daquilo que é representado, etc.)” (CHARTIER, 1991). Nesta perspectiva entendemos que o prefeito Aires Abdalla se tornou um signo instituído por ele mesmo.

---

<sup>77</sup> Atualmente Tanguá, que faz fronteira com Rio Bonito, é um município independente de Itaboraí.

Na primeira página<sup>78</sup> de todos os exemplares da “A Tribuna Especial de Rio Bonito está disposta uma foto da cidade de Rio Bonito tirada do alto da Serra do Sambê<sup>79</sup>. Nos dois primeiros números há um texto sobre o município que varia de posição de um exemplar para o outro. Como podemos observar a seguir, o texto busca enaltecer a cidade, sua história e sua gente citando as belezas naturais, personalidades, localização etc.

Rio Bonito, terra de poetas, do primeiro carro brasileiro a gasolina (o jipe “sou pequeno, mas sou brasileiro” que transportou Getúlio Vargas e Ademar de Barros); Rio Bonito, das cachoeiras de Braçanã, Bagres e Rio Seco; do Parque da Caixa D’Água; da Serra do Sambê; Amar e Querer; terra do doce de banana, do leite e do suco de laranja; único produtor, na América Latina, de máquinas para retífica de eixo comando (virabrequim), de famosas cerâmicas, da boa laranja. Rio Bonito de Manoel Duarte, B. Lopes, Renato Lacerda, Julia Cortines. Terra de camponeses, operários, estudantes, de povo amável que acolhe imigrantes e turistas, com ardor. Rio Bonito, de 462 Km<sup>2</sup>, 50 mil habitantes, caminho do Brasil, pela BR-101. Rio Bonito, da água mineral, da bauxita, do feldspato, ametista, berilo e fluorita, que tempera o aço. Rio Bonito de Boa Esperança e Basílio (“A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1979 e 1980, p. 1).

Diante da conjuntura de crescimento do partido do Movimento Democrático Brasileiro no estado do Rio de Janeiro e no país e, do contexto de abertura “lenta, gradual e segura”, o prefeito Aires Abdalla se auto-declarava, através dos quatro exemplares do seu material de propaganda “um governo aberto ao povo”, essa mensagem está acompanhada de uma foto do prefeito, como podemos observar no recorte a seguir.

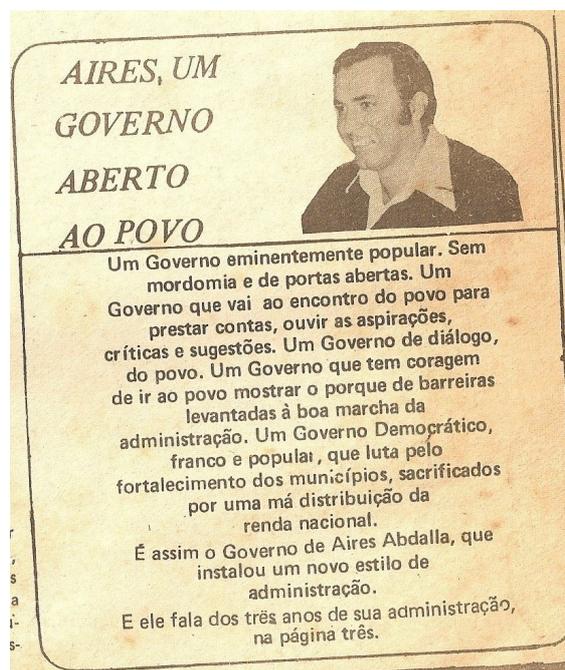
---

<sup>78</sup> Disponibilizamos em anexo F a imagem da primeira página do material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” de 1980.

<sup>79</sup> Bairro próximo ao Centro da cidade onde fica localizado o ponto mais alto do município e de onde se tem uma visão panorâmica da cidade.

Figura 2

## Aires Abdalla: um governo aberto ao povo



Fonte: “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1979, p. 1).

Após a apresentação orgulhosa sobre o município, suas belezas naturais, poetas, políticos, bairros e distritos, o material de 1980 apresenta um texto único em relação aos outros exemplares, que normalmente trazem o nome do jornal A Tribuna no alto da página, a foto da cidade, o texto que apresenta o município e uma mensagem do prefeito reproduzida anteriormente e que se repete em todos os números. Unicamente no exemplar de 1980 foi feito um texto em poucas palavras, do que chamaram de “um balanço positivo”, em tom de prestação de contas:

Em todos os campos, Rio Bonito apresentou, desde a última festa pela sua emancipação político-administrativa, índices de progresso. Sua prefeitura deu ênfase à Educação, ao Saneamento Básico, à Defesa do Meio Ambiente, à assistência ao interior, e a estruturação interna, para dar maior agilidade à máquina administrativa, voltando-se para o Homem. Grandes projetos estão em andamento e, na esfera da iniciativa particular, o turismo ganhou novo alento com a instalação do seu primeiro hotel-fazenda (MATERIAL DE DIVULGAÇÃO “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980, p. 1).

De maneira geral é possível perceber já na primeira página da “A Tribuna Especial de Rio Bonito” que se trata de um material que se aproxima em um aspecto do jornal de “temática específica” (SILVA; FRANCO, 2010), visto que o objetivo é tratar do andamento do governo Aires Abdalla pela ótica do próprio governo. As mensagens e

fotos expostas na primeira página deixam o leitor situado quanto ao tempo, local e conteúdo a ser tratado nas demais páginas desse material propagandista.

A mensagem do prefeito dá o tom da administração que se auto-declara um governo “democrático, franco e popular”. Ao se declarar um “governo eminentemente popular, sem mordomias e de portas abertas”, o prefeito queria mostrar que estava a disposição da população e trabalhando, deixando claro que esse tempo de privilégios ficou para trás visto o “novo estilo de administração” implementado por ele e sua equipe. A imagem que se pretende passar com esse texto, e em todo o material, como veremos, é a de um prefeito trabalhador, que coloca a mão no arado e não um político que vive das mordomias da administração pública.

Segundo Marialva Barbosa, os jornais são poderosas armas políticas, “[...] responsáveis pela idolatria ou pelo descrédito de figuras públicas e notórias. Através das duras campanhas que promovem podem demolir reputações, derrubar ministros ou nomear políticos<sup>80</sup>” (2010, p. 179). Acreditamos que Aires Abdalla buscou com a publicação do material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” criar ou manter a imagem do jovem prefeito como um novo “fenômeno político” no município, seguindo a linha da publicação feita pelo jornal “Correio do Grande Rio” em novembro de 1976.

A relação do MDB rio-bonitense com o diretório estadual do partido modificou-se com Aires Abdalla no poder e Chagas Freitas no governo do novo estado do Rio de Janeiro. Terminado o governo estadual de Faria Lima, responsável por concretizar a fusão dos estados da Guanabara e do antigo estado do Rio a pedido do presidente Geisel, Chagas Freitas se tornou o primeiro governador eleito do novo estado do Rio de Janeiro em 1978 (SARMENTO, 2008). Segundo informou Aires Abdalla, o seu primeiro contato com o governador Chagas Freitas, como vimos no primeiro capítulo, aconteceu apenas no seu primeiro mandato à frente do novo estado, por intermédio do deputado federal José Maurício Linhares do MDB que, segundo Aires Abdalla, marcou uma reunião para apresentação dele e do prefeito de Araruama Altevir Barreto, também eleito em 1976 pelo MDB. Nas palavras do ex-prefeito rio-bonitense, a partir dessa reunião, em que faz questão de destacar que foi bem recebido, “tudo que eu pedia, ele [Chagas Freitas] me dava”.

---

<sup>80</sup> *Grifo nosso.*

Um sinal dessa parceria iniciada com Chagas Freitas, por intermédio do deputado José Maurício Linhares, foi publicada no material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” de 1979 na mensagem intitulada “Ao povo de Rio Bonito”, assinada pelo próprio prefeito. Nessa mensagem Aires Abdalla agradeceu a presença de todos nas festividades de aniversário da cidade, fez um balanço dos dois anos de governo, das dificuldades decorrentes da má distribuição da renda nacional e por último, agradeceu às autoridades incluindo o governador Chagas Freitas.

Como é possível perceber, Aires Abdalla reconhece a importância das parcerias para garantir “o desejo de realização e de harmonia para o trabalho produtivo, pelo bem comum” ao estender os seus agradecimentos às autoridades executivas, legislativas e judiciárias incluindo o governador Chagas Freitas, que tinha acabado de assumir o governo estadual há cerca de dois meses. Neste caso específico, o prefeito rio-bonitense externa a sua confiança no novo governador e no “seu propósito de marcar o novo período” para o estado do Rio, e neste novo período, Aires Abdalla esperava que Rio Bonito fosse contemplado com a atenção merecida, haja vista o “esforço” e contribuição econômica do município para a “grandeza” do seu estado.

Em relação ao reconhecimento de Aires Abdalla, após sua eleição, como novo aliado da “máquina chaguista” (SARMENTO, 2004a), fica indicada na publicação de 1981, onde foi dedicado um espaço para tratar sobre “o que espera[vam] do Estado e da União<sup>81</sup>” a proximidade entre as duas esferas políticas e entre os dois partidários do partido de oposição:

O que esperamos do Estado e da União

[...] Entre importantes reivindicações formuladas ao Governo do Estado, a equipe de Governo do Dr. Antônio de Pádua Chagas Freitas, selecionou sete [projetos] que se constituem num Plano de Ação para o Município, com promessa de execução a partir desse ano que são:

- 1) Solução do abastecimento d'água para a cidade. O Secretário de Obras Dr. Emílio Imbrahim, visitando o município, optou por uma Estação de Tratamento no Rio Bacaxá, como solução definitiva.
- 2) O reasfaltamento da entrada da cidade, desde a Praça Cruzeiro;
- 3) Implantação da iluminação pública na Bela Vista, desde o viaduto do Rio do Ouro até a Praça do Boqueirão.
- 4) Construção de um refeitório e de um auditório no Colégio Municipal;
- 5) Terraplanagem e pavimentação de 6 km da Estrada Vicinal ligando a sede a Basílio;

---

<sup>81</sup> *Grifo* nosso.

6) Asfaltamento de 2 km de Estrada Estadual que vai de Basílio ao Salto de água de Braçanã.

7) Pavimentação da Rodovia Estadual, de 11 km, Palmital a Bacaxá, de Saquarema.

Espera-se ainda o apoio estadual para a implantação do Distrito Industrial de Rio Bonito, pela nossa posição privilegiada, a uma hora do Rio de Janeiro e a existência de água, luz, telefones, além de sermos servidos pela BR-101 e pela Rede Ferroviária Federal, sendo o trem o mais econômico sistema de transportes [...] (A Tribuna Especial de Rio Bonito, 1981, p. 3).

O título do texto publicado no material publicitário de 1981 já dá o tom de seu conteúdo. Foram expressas as expectativas do governo municipal frente aos possíveis investimentos do governo estadual no município. Segundo o material de divulgação de 1981, foram encaminhadas reivindicações ao Governo do Estado a fim de conseguir financiamento para realização de sete obras e mais o apoio para a implantação do Distrito Industrial da cidade. Dentre as solicitações estavam o abastecimento de água, reasfaltamento, iluminação pública, ampliação de um colégio, pavimentação e outros. Verificaremos ao longo deste capítulo que muitas dessas reivindicações foram atendidas, mostrando mais uma vez, a proximidade partidária que passou a existir entre Aires Abdalla e Chagas Freitas.

Outro aspecto comum em todos os materiais de divulgação é uma página com a publicação do brasão e a bandeira do município no topo, estando entre as duas figuras a seguinte mensagem “Rio Bonito: o brasão, a bandeira, os números”. Nesta página o leitor tem acesso a tabelas que informam o número da população local, o número de propriedades e áreas ocupadas, projeções das populações urbanas, rural e total, evolução da densidade do município, da região e do estado, número de hospitais e a evolução da população municipal de acordo com os distritos. Todos os dados devidamente embasados em fontes oficiais como o IBGE, Censo Agropecuário, Sistema de Informações para o Planejamento Estadual – SIPE e outros.

Normalmente duas páginas seguidas são dedicadas ao tema “As obras e os serviços públicos”. Neste caso as fotografias, sem identificação do fotógrafo, estão em maior número do que os textos e as páginas não dividem espaço com as propagandas comerciais, destacando com prioridade os feitos da “administração Aires Abdalla”. Em quase todas as fotos o prefeito aparece como um operário comum no meio dos materiais de construção ou dos próprios funcionários da obra o que nos remete ao texto de abertura disposta na primeira página dos materiais de divulgação onde o prefeito declara não trabalhar na “mordomia”, mas fazer um “governo eminentemente popular”, que

“vai de encontro ao povo”. Ou seja, as fotografias estão dispostas de maneira a reiterar que o prefeito não vive na mordomia do seu gabinete e sim, como a população comum, no trabalho diário.



As obras de saneamento, apesar de não se destacarem, porque ficam abaixo do solo, tem sido um dos destaques da administração Aires Abdalla.

Fotografia 2: Saneamento básico. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1979, p.7.

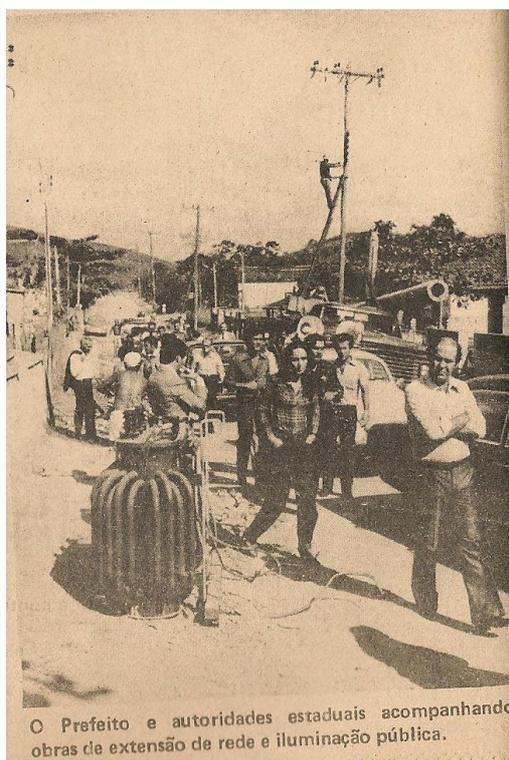
A foto publicada tem o objetivo declarado na legenda de mostrar que na Administração Aires Abdalla também há investimentos em saneamento básico. Mesmo que a população não saiba, porque esse tipo de obra, segundo eles, fica “abaixo do solo”, a “A Tribuna Especial de Rio Bonito” nos mostra uma rua<sup>82</sup> não asfaltada recebendo os preparos para receber o saneamento. De costas, descendo a rua, o prefeito Aires Abdalla inspeciona a obra enquanto trabalhadores cavam e acertam o posicionamento das manilhas do lado esquerdo, visto que o lado direito já estava concluído.

Ao fazer uso das reflexões de Lorenzo Vilches (1992), Ana Mauad adverte que as fotografias são “um jogo de expressão e conteúdo que envolvem, necessariamente, três componentes: o autor, o texto propriamente dito e um leitor” (MAUAD, 1996, p. 80). Neste sentido, o autor é o fotógrafo profissional ou não, o texto é o conteúdo da fotografia e o leitor é a quem a fotografia se destina, neste caso, a leitura pode ser feita de acordo com o contexto histórico/social em que o indivíduo está inserido. A este

<sup>82</sup> Não foi publicada o nome e o bairro dessa rua.

respeito Henrique Silva (2000) destaca que a “recepção da imagem como campo perceptivo não é, segundo o mesmo autor [Schaeffer (1996, p. 62)], a recepção da mensagem em si, mas da visão eventualmente correspondente a um olhar motivador [...] ao conhecimento da *arché* fotográfico” (SILVA, 2000, p.140). Ou seja, a interpretação da foto nem sempre vai ser, dependendo do leitor, o que o autor espera, podendo haver interpretações diversas, às vezes totalmente equivocadas em relação ao interesse de quem fotografa ou encomenda a fotografia.

Em outra foto do material publicado em 1982 (p. 8) o prefeito aparece ao lado de autoridades do estado inspecionando uma obra de iluminação pública, possivelmente a que foi solicitada em forma de “reivindicação” mostrada anteriormente. A imagem mostra em primeiro plano além de um objeto que parece ser um transformador, as “autoridades estaduais” acompanhadas do prefeito. Do lado direito da foto alguns automóveis estacionados e um caminhão com o material para a obra, mais ao fundo, um homem no alto de uma escada prepara um poste para receber os cabos elétricos.



Fotografia 3: Extensão de rede e iluminação pública. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1982, p.7.

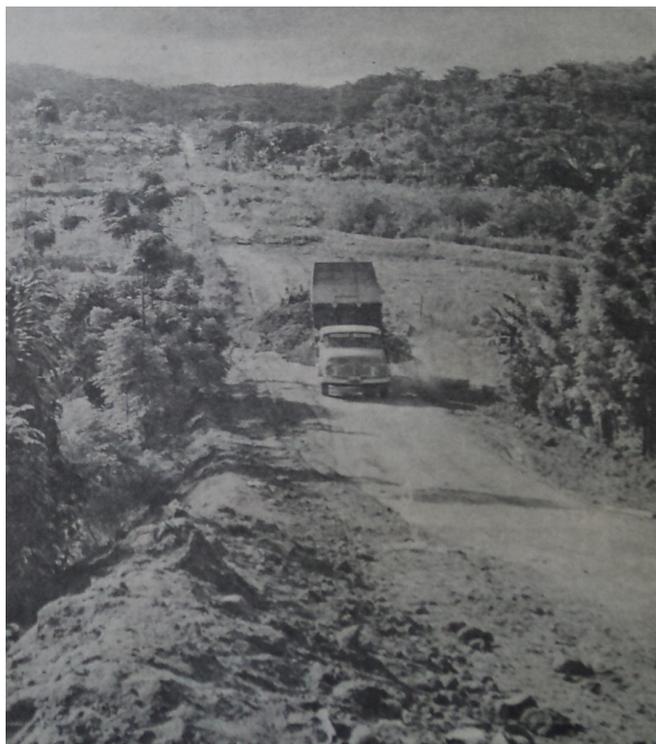
Ainda no lado direito da foto podemos notar por trás de algumas pessoas um fusca com auto-falantes em cima, o que indica que um carro de som pode ter passado

pelo bairro que recebeu a melhoria, no caso a iluminação pública, anunciando a presença do prefeito e demais autoridades. A propaganda pode garantir o reconhecimento da população ao político que realiza uma determinada obra (KUSCHNIR, 2000, p. 134), neste sentido, tanto o carro de som como o material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” possuem uma função semelhante, a função de propagar para a população as obras e realizações da administração Aires Abdalla.

Além das fotos apresentadas nas páginas que tratam sobre “As obras e os serviços públicos”, muitas outras podem ser vistas dando a impressão ao leitor de que se realizava obras por todo canto da municipalidade, como o calçamento da Bela Vista, a ponte que liga a Praça B. Lopes ao Centro da cidade, a ponte do bairro de Rio Seco, a substituição do encanamento em Boa Esperança, além das fotos que mostram a aquisição de tratores e caminhões no material publicitário de 1979. O município estava sendo apresentado como um verdadeiro canteiro de obras, onde o prefeito trabalha sem “mordomias”.



Fotografia 4: Galeria para evitar inundações. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1981, p.6.



Fotografia 5: Reparo em estrada para escoamento da produção rural. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1981, p.7.



Trator Fiat-AD-7 adquirido pela administração Aires Abdalla.

Um caminhão totalmente recuperado pelos trabalhadores municipais.

Fotografia 6: Trator e caminhões. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1979, p.6.

Quando a intenção é justificar a falta de investimentos ou prevenir-se de futuras críticas por não realizar uma obra, a gestão Aires Abdalla se antecipa afirmando ser uma administração “de diálogo” e que “tem coragem de ir ao povo mostrar o porquê de barreiras levantadas à boa marcha da administração”.

No espaço dedicado ao “Desafio das Finanças” encontramos alguns indícios que podem ter contribuído para explicar o crescimento das receitas municipais. Esclarece o material que a prefeitura realizou uma reforma tributária acompanhada de um recadastramento que identificou sonegadores “voluntários ou involuntários”. Criou o carnê para que o imposto predial pudesse ser pago na rede bancária e realizou uma revisão nos alvarás de licença e localização. Com isso, diz o material de divulgação que “combatendo a sonegação, possibilitou um gradativo aumento da receita” (“A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980, p. 5).

Vale destacar que o discurso laudatório com o objetivo de engrandecer a “boa marcha da administração” do jovem prefeito rio-bonitense eleito em 1976 estava presente por todo o material, incluindo a parte que tratava sobre as verbas públicas compondo “O Desafio das Finanças”. Neste sentido destaca o texto que:

A realidade econômico-social foi interpretada, com profunda sensibilidade pela Administração Municipal, que se empenhou numa política de *eliminação do supérfluo* e numa nova dinâmica operacional, dotando-se de instrumentos básicos para uma ação equilibrada e voltada para a justiça fiscal: o Código Tributário foi acompanhado de um recadastramento que identificou sonegadores voluntários ou involuntários, ao mesmo tempo que ensejou correções fundamentais como, por exemplo, evitar que o mais pobre pagasse um impostos igual ou mais elevado que aquele de melhor nível de renda (“A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980, p. 5)<sup>83</sup>.

Mais uma vez o texto apresenta a impressão de um governo que buscou se aproximar do “povo” se identificando como “eminente popular” e sem “mordomias” ao mostrar que, para favorecer o bem comum, era preciso “eliminar o supérfluo”. A reforma tributária, segundo eles, foi uma correção fundamental, visto que corrigia uma injustiça econômica onde, os mais pobres pagavam mais impostos ou a mesma coisa que pessoas com melhores condições de vida.

Foi divulgado que o novo Código Tributário também buscou eliminar possíveis injustiças em relação ao pequeno e grande empresário. Desta forma, foi publicado no material que:

---

<sup>83</sup> *Grifo* nosso.

No setor comercial, o mesmo espírito de justiça foi implementado, com o alvará de licença e localização sendo arbitrado segundo a área do imóvel da atividade, evitando-se, por exemplo, que uma simples “tendinha” pague o mesmo valor cobrado a um supermercado (“A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980, p. 5).

Retomando a idéia de que Rio Bonito era um pequeno município do interior do estado do Rio de Janeiro, a prefeitura era uma grande oportunidade de trabalho, neste sentido, o material de divulgação também deu destaque à questão salarial dos funcionários públicos da prefeitura de Rio Bonito. Mereceu destaque na mensagem “O Desafio das Finanças”.

Merece destaque o tratamento que tem sido dado ao funcionalismo, com aumentos salariais além dos índices oficiais e que embora a Lei de Reajuste Semestral dos Salários, não determinasse sua adoção para os servidores municipais, Rio Bonito aplicou o percentual previsto sobre os vencimentos daqueles servidores remunerados com o salário-mínimo, evitando assim, uma situação de desigualdade (“A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1981, p. 4).

Na tentativa de evitar as desigualdades salariais, a imagem do “bom prefeito” aparece mais uma vez, quando o material destaca o tratamento dispensado aos funcionários da prefeitura de Rio Bonito, que recebem aumentos salariais que vão além dos índices oficiais e das determinações legais.

Diante das melhorias pela cidade, com construção de novas pontes, saneamento básico, calçamentos, ampliação da iluminação pública, instalação hidráulica e outras melhorias, se justifica para o prefeito, o reajuste do imposto predial calcado no Código Tributário aprovado pela Câmara Municipal em 0,5% do valor venal do imóvel. A publicação do material de divulgação visa informar ao leitor que, por conta dessas correções aplicadas à arrecadação do imposto, o reajuste e os investimentos foram capazes de alavancar a arrecadação municipal. Como podemos acompanhar com os números abaixo, publicados no material de divulgação de 1981.

Para ilustração, apresentamos aqui dados indicando a evolução da Receita Municipal nos últimos cinco anos, bem como a Previsão Orçamentária para o mesmo período, inclusive para o corrente exercício

	Previsto	Corrigido (IGP-DI) <sup>84</sup>
Exercício de 1976 .....	Cr\$ 6.091.066,00	Cr\$ 42.858.331,89
Exercício de 1977 .....	Cr\$ 9.988.000,00	Cr\$ 50.542.525,52
Exercício de 1978 .....	Cr\$ 16.272.436,00	Cr\$ 58.136.909,64
Exercício de 1979 .....	Cr\$ 30.296.371,00	Cr\$ 64.540.085,12

<sup>84</sup> Para facilitar o entendimento, preferimos omitir a coluna “realizado” do original.

Exercício de 1980 ..... Cr\$ 47.833.387,00 Cr\$ 47.833.387,00

[...] O Orçamento Municipal, em cinco anos do Governo Aires Abdalla foi multiplicado em praticamente seis vezes, sem onerar demasiadamente o contribuinte, visto que “quando todos pagam, todos pagam justo” (“A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1981, p. 4).

Considerando a inflação que castigava o Brasil nesse período, sobretudo a partir da crise mundial de 1973 e a propaganda de que a economia rio-bonitense estava crescendo “a passos largos”, o que verificamos, ao atualizarmos os valores é que a arrecadação municipal foi expressiva apenas em 1978 e 1979, momento da aproximação de Aires Abdalla com o governador Chagas Freitas. Percebe-se que em 1977, o primeiro ano da administração Aires Abdalla, os gastos com a administração municipal foi de mais de cinquenta milhões de cruzeiros e, curiosamente não chegou, ao longo de três anos, aos quarenta e oito milhões de cruzeiros em 1980, não houve um crescimento contínuo, mas uma oscilação, hora para mais, hora para menos, nas finanças municipais, o que contradiz a idéia expressa de que o orçamento municipal foi “multiplicado em praticamente seis vezes”.

Se olharmos apenas para os números disponibilizados pelo material de divulgação, sem considerarmos a variação inflacionária, verificaremos que houve um salto na arrecadação municipal, e isso, era o que o governo municipal queria que a população acreditasse. A justificativa velada para esse “salto” estava no trabalho do prefeito que não teve suas preocupações voltadas para as “mordomias” de um cargo e trabalhava ao lado do “povo” para o “bem comum”, ou seja, ele não onerava os cofres públicos. Entendemos que a construção de uma imagem de bom administrador está presente por todo o material de divulgação e, neste caso específico, ignora os reais valores da arrecadação para influenciar a opinião pública a favor do prefeito.

Nos quatro números da “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, depois das duas páginas que tratavam sobre “As obras e os serviços públicos” e as finanças públicas, chegava-se às páginas que tratavam sobre a educação escolar, considerado prioridade ao lado da saúde segundo declaração do ex-prefeito e registro na “A Tribuna Especial de Rio Bonito” de 1979 (p. 9). Vale destacar que a página que trata sobre a saúde é composta de aproximadamente 80% de propaganda comercial, o que é uma contradição, visto que a saúde e a educação são bandeiras de investimento desse governo. Enquanto a educação é divulgada em duas páginas, a saúde ocupa aproximadamente 20% de uma página.

Ao ser perguntado sobre as obras que realizou na saúde, destaca como a mais importante a construção do Hospital Loyola localizado no bairro Mangueirinha, próximo ao Centro da cidade. Entre outras ações voltadas para a saúde afirma ter investido em contratação de médicos, enfermeiros, construção de postos de saúde, atendimento dentário e outros.

Nas últimas páginas dos exemplares de divulgação, aparecem informações variadas, como a questão da natureza, plantio de mudas distribuídas às crianças, a história do município, pontos turísticos, belezas naturais e saúde, todos esses temas não parecem ter recebido a mesma importância dos demais, a medir pelo espaço e lugar conferidos na página dos materiais de divulgação.

Com relação à educação, considerada como prioridade governamental, o material em 1979, na página 9, tratou do assunto com a chamada: “A arrancada, com novas escolas”. Em 1980 a matéria sobre educação ocupam as páginas 6 e 7 com a chamada: “Em 3 anos mais escolas que em 131 anos de emancipação”. A quantidade de páginas se mantém para o ano de 1981 onde foi publicado na página 5: “O Colégio, a Faculdade e a Cidade Mirim”, seguida da publicação feita na página 7: “Escolas: a arrancada secular”. Em 1982 a página 8 que tratou sobre a educação escolar buscou chamar a atenção do leitor com a frase: “Assim eram nossas escolas” e na página 9: “A administração Aires Abdalla e o ensino de Rio Bonito”.

O material de propaganda da prefeitura de Rio Bonito que circulou entre os anos de 1979 a 1982 foi encomendado diretamente pela “administração Aires Abdalla” ao jornalista Jourdan Amora, responsável pelo jornal “A Tribuna” de Niterói. Foi uma encomenda explícita do prefeito Aires Abdalla, haja vista o seu conteúdo que buscava enaltecer todo o investimento realizado por ele e, assim, contribuir para construir a sua imagem e uma memória sobre ele como um homem público popular, bom, “aberto ao povo” e um “prefeito fenômeno”.

Não temos dúvidas que o material “A Tribuna Especial de Rio Bonito” deu continuidade às notícias acerca da vitória do jovem prefeito eleito pelo MDB, ainda em novembro de 1976, quando o jornal “Correio do Grande Rio” publicou, de maneira exagerada, que nascia um “fenômeno político no novo estado do Rio” (“Correio do Grande Rio”, 19 a 25 de novembro).

Apesar de o prefeito ter declarado que a saúde e educação eram a sua prioridade, verificamos através do material de divulgação que o carro chefe de sua gestão foi à educação, a tomar pelo espaço na “A Tribuna Especial de Rio Bonito” que

esta área recebeu. Tendo em vista que a educação escolar foi divulgada como sendo uma das prioridades de atuação do governo de Aires Abdalla, o que ia de encontro com a necessidade de boa parte da população local e, que a ampliação e melhoria da rede escolar pública municipal ocuparam um espaço significativo nos materiais de divulgação, veremos no próximo capítulo como se deu essa ampliação e melhoria da rede educacional pública municipal depois da administração emedebista eleita em 1976 e, o porquê de algumas pessoas lembrarem ou falarem no ex-prefeito como “o prefeito da educação” ou “o prefeito que foi muito bom para a educação”.

### 3 - A AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE RIO BONITO

#### 3.1 – Um panorama da rede escolar municipal de Rio Bonito antes de 1977

Em Rio Seco a gente estudava até a 4ª série e depois não tinha onde estudar, eu fiquei dois anos sem estudar até que o prefeito colocou a 5ª série lá no Duque de Caxias. (Ediléia Moares)<sup>85</sup>

Em todas as páginas que trataram sobre a educação escolar pública municipal de Rio Bonito os textos estão acompanhados de fotografias de velhas e novas escolas. As escolas velhas, segundo o material de divulgação, são as fotografias das “condições que foram encontrados os prédios escolares” quando assumiu a administração Aires Abdalla e, as fotos das novas escolas mostram as construídas para substituir as velhas, que chamavam de “velhos barracos”.

**Figura 3**  
**A arrancada, com novas escolas**



Fonte: “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1979, p. 9.

<sup>85</sup> Ediléia Moraes é rio-bonitense, professora, tem 47 anos e foi moradora do interior do município. Foi aluna das séries iniciais do Colégio Estadual da Mata (interior do município). Rio Bonito, 19 set. 2011.

Os textos do material examinado dedicados à educação, de modo geral, induzem o leitor a fazer uma comparação entre o antes e o depois da administração Aires Abdalla, embalados por uma frase como “a arrancada com novas escolas”. Como podemos observar no recorte do material de 1979, a imagem da escola construída e inaugurada pela prefeitura de Rio Bonito após 1977 é bem mais atraente do que a escola retratada como velha, pequena e sem manutenção.

A comparação se mantém no texto disposto ao lado das fotografias e traz o número de alunos encontrados no início de sua gestão pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o número de matrículas existentes no ano de publicação do material de divulgação, assim como o número de salas de aulas encontradas em março de 1977 e o número de escolas construídas. Além disso, publicam as melhorias promovidas na educação municipal como, por exemplo, a reestruturação da secretaria, legalização da vida funcional dos professores e merendeiras junto ao Ministério de Trabalho, foi criado o arquivo escolar, a implementação dos treinamentos periódicos dos professores etc.

As fotografias das construções de escolas também sobressaem nas páginas desse material de divulgação e o prefeito aparece em quase todas elas, as vezes, em meio aos trabalhadores tal como um operário, como podemos observar na foto em que ele está em cima da laje do futuro Colégio Municipal de Rio Bonito, onde posa para a fotografia enquanto os trabalhadores concluem a concretagem da laje.



Fotografia 7: Concretagem da última laje do Colégio Municipal de Rio Bonito. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1981, p. 5.



Fotografia 8: Construção do Colégio Municipal. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”. Arquivo do jornal A Tribuna, Niterói, s/a.

Pelas dimensões da obra retratada na fotografia podemos afirmar que não se tratava de uma construção qualquer. A página 9 do material de 1981 estava dedicada a construção do “O Colégio, a Faculdade e a Cidade-Mirim”, na verdade a construção do “gigantesco complexo educacional”, depois chamado de Centro Educacional

Desembargador Navega Cretton e, nesse centro funcionariam todas as etapas do ensino escolar, incluindo a educação infantil, o 1º grau, o 2º grau profissionalizante e a faculdade.

Na busca incessante pela construção de uma imagem “fenomenal” a obra foi tratada pelo material como um “desafio audacioso”, tendo em vista os gastos previstos para executá-la e suas dimensões. Segundo informações do material propagandístico, a arrecadação do município no ano de 1980 tinha sido de 63 milhões de cruzeiros e o colégio custaria 60 milhões.

Esse audacioso empreendimento educacional, divulgado na “A Tribuna Especial de Rio Bonito” com destaque em uma página exclusiva, teria capacidade para abrigar até 10 mil alunos e deveria ser, além de um gigantesco complexo educacional, um centro cultural e um complexo esportivo. Os investimentos nessa obra “faraônica” para a realidade rio-bonitense à época, renderam ao jovem prefeito rio-bonitense eleito pela primeira vez em 1976, a popularidade esperada e, de certa maneira, procurada com a divulgação de seus feitos.

Dados do IBGE publicados em 1980 indicam que Rio Bonito possuía uma população com mais de cinco anos de 34.911 habitantes, desse total 11.882 pessoas não tinham nenhuma escolarização, ou seja, o município tinha 34% de sua população analfabeta<sup>86</sup>. Da população total com idade entre 15 e 49 anos 22% não eram alfabetizadas.

Com relação ao censo anterior, tendo como base a população total do município que em 1970 era de 34.420, os dados do IBGE indicam que 3.576 pessoas tinham o curso elementar completo, 552 o I Ciclo do Ensino Médio completo (5ª a 8ª séries), 603 pessoas possuíam o II Ciclo do Ensino Médio completo (2º Grau) e, 73 pessoas completaram o Ensino Superior. Os números relativos a pessoas com algum tipo de escolarização no município evidenciam que as escolas de Rio Bonito nas décadas de 1960 e 1970 eram frequentadas por aproximadamente 14% da população<sup>87</sup>.

Segundo o Anuário Estatístico (1978) em todas as redes escolares (municipal, estadual e particular) Rio Bonito somava 43 unidades escolares. A rede estadual possuía

---

<sup>86</sup> IX Recenseamento geral do IBGE, 1980, p. 97 – 115

<sup>87</sup> Os números apresentados não levam em consideração as pessoas que cursaram a escola em outras cidades.

26 escolas, a municipal 15 e a particular 2 escolas<sup>88</sup>. A rede escolar pública municipal de Rio Bonito não contava com nenhuma unidade pré-escolar antes da gestão do prefeito Aires Abdalla.

Das quinze escolas de 1º Grau existentes em 1978, doze possuíam apenas uma sala de aula. A rede pública local não contava com nenhuma escola de 2º Grau. Além disso, as escolas municipais existentes só ofereciam até a 4ª série do 1º Grau e, assim mesmo, nem todas as escolas. 228 alunos estavam matriculados em toda a rede municipal em 1976<sup>89</sup> e 732 em 1977, tendo o município nesses anos uma média de 37.235 habitantes.

**Tabela 10**

**Número de alunos matriculados em Rio Bonito, por série, em 1976**

<b>Rede Escolar</b>	<b>CA<sup>90</sup></b>	<b>1ª</b>	<b>2ª</b>	<b>3ª</b>	<b>4ª</b>	<b>5ª</b>	<b>6ª</b>	<b>7ª</b>	<b>8ª</b>	<b>Total</b>
Municipal	71	59	52	39	7	-	-	-	-	228
Estadual	1683	1132	945	686	628	-	-	-	-	5074
Particular	28	38	56	59	119	244	305	253	256	1358

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1978.

A rede municipal atendia ao menor número de alunos entre a estadual e a particular. A rede pública não oferecia o 1º Grau completo. Seguramente muitos alunos matriculados na rede pública não davam continuidade aos estudos ao concluir a 4ª série visto as suas condições financeiras para arcar com as despesas relativas à matrícula em uma escola particular.

Causa estranheza a diminuição no número de alunos na rede pública, e em especial na municipal, nas séries iniciais do 1º Grau. Em parte, essa diminuição aponta para um gargalo existente à época, devido ao alto índice de reprovação e evasão<sup>91</sup> ao final da série destinada à alfabetização. Os números referentes à rede municipal

<sup>88</sup> Cf. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1978, p. 341, 345 e 353.

<sup>89</sup> Ibid., 1978, p. 353. Vale destacar que não temos o objetivo de tratar sobre a educação escolar estadual, mas segundo Yolanda Lobo e Lia Faria, ao contrário da Guanabara que tinha uma longa tradição escolar o Rio de Janeiro tinha, ao contrário, uma tradição escolar precária (LOBO; FARIA, [s.d.]).

<sup>90</sup> Classe de Alfabetização (CA) era o nome utilizado para designar a alfabetização, com a nova nomenclatura chamamos de primeiro ano do ensino fundamental.

<sup>91</sup> Não temos a intenção de tratar sobre os motivos da evasão ou reprovação escolar.

mostram o pequeno número de vagas e a existência da evasão escolar ou transferência para outras unidades de ensino. De setenta e um alunos que ingressaram na alfabetização apenas sete chegaram à 4ª série. Como veremos a seguir, os prédios escolares funcionavam em condições precárias, o que também poderia estar contribuindo para o esvaziamento da escola municipal. Vale destacar que as escolas da rede estadual também sofreram com a evasão ao longo das séries de 1º Grau.

Diferente desse processo de esvaziamento na rede pública, a rede particular cresceu gradativamente a partir da CA, aumentando quase que 100% o número de alunos da 3ª para a 4ª série. De 4ª para 5ª série o total dobra de fato. Ou seja, 123 alunos, ou metade do contingente que ocupava as vagas da 5ª série na escola particular possivelmente foram remanescentes da escola pública. Por outro lado, 512 alunos que concluíam a escola pública não continuavam seus estudos na cidade, talvez por não terem a expectativa de continuidade nos estudos, como também é possível pela inexistência de vagas em escolas na rede pública<sup>92</sup>.

A rede municipal de ensino oferecia aos alunos a possibilidade de estudarem até a 4ª série do 1º Grau, como podemos observar na tabela a seguir, que apresenta a rede escolar municipal em 1980<sup>93</sup>, o município de Rio Bonito possuía dezessete escolas municipais, sendo duas delas construídas em 1980. Uma delas não estava em funcionamento por falta de alunos<sup>94</sup>. Com exceção de uma escola, que passou a ministrar até a 5ª série neste ano, as demais unidades escolares ministravam apenas o primeiro segmento do 1º Grau. Cinco delas, até a 3ª série e dez até a 4ª série. Segundo a legislação da época (Lei 5.692/71) os governos municipais passaram a ser obrigados a ministrar o Ensino de 1º Grau completo. Assim, evidencia-se a insuficiência da rede municipal para atender sua clientela, visto que o censo demográfico do IBGE (1980) informa que havia 9.491 habitantes em idade escolar.

Ao analisarmos a rede escolar pública municipal de Rio Bonito até 1977, notamos uma rede escolar inexpressiva em relação à rede escolar privada que crescia

---

<sup>92</sup> A rede estadual passa a oferecer o ensino da 5ª série em diante a partir de 1976. Cf. Anuário Estatístico do RJ, 1978, p. 362.

<sup>93</sup> Esta tabela é uma reprodução adaptada do documento “Rede Escolar Municipal”. Foram suprimidas do original as colunas referentes ao Grau, Modalidade de Ensino, porque não consideramos informações relevantes no momento. Este documento, localizado na Secretaria do Colégio Municipal Dr. Astério Alves de Mendonça, não foi assinado e não possui data e mês de sua elaboração, apenas o ano de 1980. Tabela completa em anexo G.

<sup>94</sup> Ver observação ao final da tabela Rede Escolar Municipal.

significativamente em razão, inclusive, do não atendimento de suas obrigações por parte da municipalidade, haja vista a determinação contida na reforma da educação de 1º e 2º Graus de 1971. Diferente das orientações nacionais, a rede escolar pública municipal caminhava a passos lentos. É certo que as mudanças determinadas pelas leis levariam um tempo para serem executadas pelas prefeituras, no entanto a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a 4.024 já havia entrado em vigor desde 1961 e a obrigatoriedade de investimentos mínimos na educação estava presente na constituição desde 1946.

**Tabela 11**  
**Rede Escolar Municipal**

<b>Unidade Escolar</b>	<b>Localização</b>	<b>Séries</b>
01. E. M. Alvorada	Jacundá	Alf. 1ª, 2ª e 3ª
02. E. M. Alda de Mello Cunha	Lagoa Verde – Basílio	Alf. 1ª, 2ª e 3ª
03. E. M. Casimiro de Abreu	Catimbau Grande	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
04. E. M. Castro Alves	Catimbau Pequeno	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
05. E. M. Celina Mathias de Mello	Duas Barras	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
06. E. M. Claudionor José da Rosa	Tomascar	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
07. E. M. Cesarina Rangel Pinheiro	Lavras	*
08. E. M. Duque de Caxias	Rio Seco	Alf. 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª
09. E. M. Francisco A. de Mendonça	Rio Mole – Castelo	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
10. E. M. Imbiara	Nova Cidade	Alf. 1ª, 2ª e 3ª
11. E. M. Luís José de Moraes	Chavão	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
12. E. M. Manuel Duarte	Morro das Moendas	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
13. E. M. Mª. Ferreira de S. Carvalho	Lavras	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
14. E. M. Munir Abdalla Helayel	Prainha	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
15. E. M. Gov. Roberto Silveira	Vertentes	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª
16. E. M. de Tatus	Tatus – Braçanã	Alf. 1ª, 2ª e 3ª
17. E. M. Tiradentes	Braçanã de Cima	Alf. 1ª, 2ª e 3ª

\* Por conta do espaço, transpusemos a coluna Séries da linha 07 aqui: “Não está funcionando, [porque o] número de colonos da fazenda diminuiu devido a venda da mesma. [acréscimo do autor].”

Como é possível perceber através do documento completo anexo G, a coluna destinada a tratar sobre as condições dos prédios escolares nos indica que das 17 escolas municipais, uma não recebeu nenhuma intervenção do executivo eleito em 1976, outra escola funcionava em um prédio cedido e duas em um prédio alugado, mas com a construção prevista. Com isso, 12 escolas foram construídas ou reformadas. Mas por que praticamente todas as escolas passaram por algum tipo de intervenção? Acreditamos que dois motivos foram determinantes, o primeiro porque os prédios escolares não tinham boas condições de funcionamento devido à falta de conservação e

de espaço, segundo porque a lei 5.692/71 determinava um investimento mínimo em educação por parte dos municípios. Ou seja, havia recursos para isso.

Os quatro números da “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, destinados a propagar pelo município os feitos da administração emedebista, como vimos no capítulo anterior, apresentam ao leitor fotografias de prédios mal conservados, aparentemente sem condições de abrigar nenhuma escola. Na publicação de 1979 a fotografia da Escola Municipal Roberto Silveira é apresentada próxima do texto: “todas as Unidades Escolares estavam com seus prédios em condições precárias de funcionamento, a maior parte nem possuíam instalação sanitárias”<sup>95</sup> tinham a intenção de impactar o leitor.



Fotografia 9: Escola Municipal Roberto Silveira: antes da reforma. Arquivo do Jornal “A Tribuna”, Niterói/RJ, [1981].

Salvo o caráter propagandista do governo ao publicar essas fotografias ao lado das novas escolas construídas ou reformadas, podemos afirmar, ao observar as fotos, que os prédios não estavam efetivamente em boas condições. A foto da Escola Roberto Silveira localizada em Vertentes, no segundo distrito, foi utilizada para deixar claro para a população rio-bonitense que as escolas estavam em condições inadequadas de

---

<sup>95</sup> Material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1979, p. 09.

conservação, com paredes rachadas e quebradas, portas e janelas velhas que não garantiam a segurança. A vegetação na frente da escola sugere o estado de abandono dessa unidade de ensino que estava recebendo, na ocasião, a visita de uma comitiva conduzida pelo prefeito Aires Abdalla, posicionado ao lado da última porta da escola.

Ao nos determos um pouco mais sobre os dados disponibilizados nos exemplares dos materiais de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, mantendo o devido cuidado ao trabalhar com esse tipo de fonte, descobrimos detalhes que a pesquisa quantitativa não nos possibilita perceber. Neste sentido, observamos que até 1980 não existia nenhuma escola municipal no Centro da Cidade ou perto dele, isso é, as escolas existentes antes eram todas rurais. Segundo o material de divulgação publicado em 1980 (p. 6) as escolas municipais estavam divididas entre os bairros de Rio Seco, Catimbau, Braçanã (Tatus e Erimanto), Lavras, Rio dos Índios, Thomascar, Duas Barras, Catimbau Grande, Prainha, Boqueirão, Jacundá, Chavão, Vertente e Morro das Moendas<sup>96</sup>.

O material de divulgação publicado em 1979 na página 9 informava ao rio-bonitense que ao assumir a prefeitura, a administração Aires Abdalla tinha encontrado no município 14 unidades escolares, 16 salas de aula e, a grande maioria delas “não possuíam instalações sanitárias”. Ainda nessa publicação de 79 o governo emedebista afirmava que “criamos todo o ARQUIVO ESCOLAR em todas as escolas municipais” (*grifos do jornal*), com isso, entendemos que a intenção nos exemplares do material de divulgação era fazer o leitor concluir que as escolas da rede antes de 1977 não possuíam “arquivos escolares” nem “fichas individuais”, “históricos escolares”, “boletins”, “mapas estatísticos”, “ata de resultados finais”.

Ainda na página nove deste material de divulgação é possível ver a foto de uma das escolas encontradas pelo novo governo municipal eleito em 1976. As fotos publicadas no final da década de 1970 apresentam ao leitor escolas que não aparentam estar em condições de funcionamento, como podemos observar a seguir.

---

<sup>96</sup> O Mapa de Rio Bonito está disponível no anexo H.



Fotografia 10: Foto de uma escola municipal. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1979, p. 9<sup>97</sup>.

Em 1981 o material de divulgação do governo municipal mantinha o tom depreciativo em relação à rede escolar encontrada pela administração eleita em 1976, dizia o texto que as escolas eram formadas por “velhos barracos e modestas casas alugadas, em número insuficiente de salas e de unidades” (p. 9) afirmaram ter encontrado 16 salas de aulas e publicaram a foto de mais uma escola em condições precárias com paredes esburacadas, janelas aparentemente frágeis, um telhado em condições duvidosas de conservação, além do mato presente na frente e na lateral da escola, inclusive na calçada.

---

<sup>97</sup> Legenda da foto: “Esta era uma das 8 ‘escolas’ alugadas pela Prefeitura”



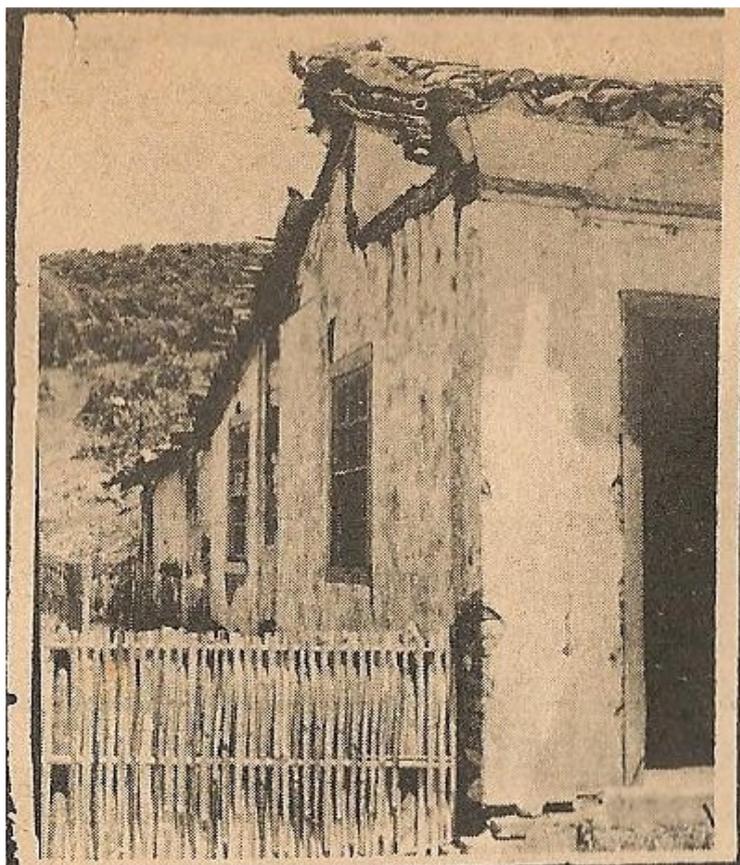
Fotografia 11: Escola Municipal Oscar Moreira Soares: antes da reforma. Foto do arquivo do Jornal A Tribuna, Niterói/RJ, [1980]<sup>98</sup>.

O texto publicado em 1982, último ano do governo Abdalla, logo, o último número do material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” reitera o quadro escolar anterior ao governo assumido em 1977. Assim, volta a afirmar o número de alunos encontrado, e que a rede municipal era “constituída por 17 Escolas – apenas quatro em prédios próprios, quatro estavam fechadas e 9 em precárias condições” (p. 4). Nessa fotografia podemos observar a Escola Municipal Oscar Moreira Soares localizada no bairro Lagoa Verde, interior do município. A plantação ao fundo da foto dá o tom da localização da escola em um bairro do interior do município que mantém as condições precárias com paredes mal conservadas e mato ao redor da escola e subindo pelas paredes. As crianças que observam o veículo e/ou as pessoas que nele chegam nos fazem notar que a escola poderia estar em funcionamento no momento em que a fotografia foi tirada ou que havia residências próximas a escola, assim as crianças podem ser moradores observando a movimentação e/ou alunos.

---

<sup>98</sup> Foto publicada no Jornal A Tribuna Especial. Legenda da publicação: “Nesta casa funcionava a Escola Oscar Moreira Soares, que ganhou o prédio da foto abaixo” – apresentaremos foto da nova escola no próximo capítulo.

A fotografia de outro ângulo da Escola Municipal Roberto Silveira, também localizada muito próxima de uma plantação, tem o objetivo de causar perplexidade no leitor que tem em suas mãos acesso a fotografias e ângulos selecionados para esse fim. A escola é mostrada com uma estrutura física deficitária e que não parece ter condições de funcionamento aparentando ser uma casa abandonada, ou como foi apresentada pela legenda, uma “velha” escola. O teto poderia cair a qualquer momento vitimando alunos e professores haja vista as rachaduras na parede e a exposição ao tempo de parte dos caibros.



Fotografia 12: Escola Municipal Roberto Silveira: antes da reforma – outro ângulo. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1982, p. 4<sup>99</sup>

De maneira geral os números apresentados pelos materiais de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” (1979-1982) não são muito diferentes dos apresentados pelos Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro<sup>100</sup>, com exceção para o número de matrículas. Segundo os materiais de divulgação foram encontrados

---

<sup>99</sup> Legenda da publicação: “outro comparativo: a velha Escola Roberto Silveira, e suas novas instalações” – apresentaremos foto da nova escola no próximo capítulo.

<sup>100</sup> Anuários Estatísticos do Rio de Janeiro disponibilizam dados quantitativos e não qualitativos.

644 alunos matriculados em toda a rede municipal em 1977, já no Anuário Estatístico (1978, p. 353) encontramos 228 alunos, um número bem diferente. O que nos parece é que os dados do Anuário estão mais próximos da realidade se compararmos com o número de alunos matriculados nos municípios da mesma região. São Pedro da Aldeia tinha 112 alunos, Cachoeiras de Macacu tinha 393 e Macaé 845 alunos matriculados na rede municipal.

Com relação ao número de escolas e de salas de aulas podemos encontrar pequenas variações nos referidos exemplares dos materiais de divulgação, por exemplo, o exemplar de 1979 divulga que a administração Aires Abdalla havia encontrado 14 escolas e 16 salas de aulas (p. 9), o de 1980 (p. 6 – 7) 15 salas em 14 prédios, já o de 1982 (p. 4) os números apontam para 17 escolas. Já o Anuário Estatístico (1978, p. 345), uma fonte mais confiável, publica que havia 15 escolas e 12 salas de aulas.

Tendo em vista as condições dos prédios escolares apresentados pelos materiais de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” e o número reduzido de salas de aula, onde as crianças dos segmentos populares ou outros segmentos estudavam depois que terminavam a 4ª série do 1º Grau em Rio Bonito na década de 1970? Havia duas opções para os que estavam em idade escolar, a primeira seria estudar em outras cidades, e a segunda solicitar bolsas de estudos para estudar nas escolas particulares.

Estudar em outras cidades não deveria ser comum entre os segmentos populares, visto que a cidade vizinha mais próxima que oferecia a segunda parte do 1º Grau era Niterói<sup>101</sup> que estava a 60 km do Centro de Rio Bonito. A família da criança deveria arcar com as despesas referentes à passagem ou, ter um familiar morando lá. Percebemos com Maria Soares (1988) que essa era uma prática que se estendia desde o início do século XX entre “as crianças que quisessem prolongar seus estudos”<sup>102</sup> (SOARES, 1988, p. 38).

---

<sup>101</sup> De acordo com os dados disponibilizados no Anuário Estatístico do Rio de Janeiro de 1978 Niterói passa a oferecer a 5ª série na rede municipal a partir de [1974] não tendo nenhuma cidade da região com uma escola que tivesse a 8ª série em 1977. Com relação a rede estadual Niterói tinha todas as séries do 1º Grau já em 1976. A partir da Lei 5.692/71 os municípios passaram a oferecer gradativamente o ensino de 1º Grau completo.

<sup>102</sup> Entendemos que a criança deveria ter apenas o “querer”, mas sua família teria que ter condições financeiras para arcar com despesas diversas conseqüentes da decisão de continuar os estudos em outras cidades, apontadas pela autora como Niterói e Rio de Janeiro.

Parar de estudar era o mais comum entre as crianças oriundas dos segmentos populares. Em entrevista<sup>103</sup> Ediléia Moraes<sup>104</sup> afirma: “Em Rio Seco a gente estudava até a 4ª série e depois não tinha onde estudar, eu fiquei dois anos sem estudar até que o prefeito colocou a 5ª série lá no Duque de Caxias<sup>105</sup>”. De acordo com a entrevistada ela, seu “irmão e colegas ficaram sem estudar” por falta de uma escola com o 1º Grau completo e só foi possível retomar os estudos quando “o prefeito colocou a 5ª série lá”.

Edson Jorge<sup>106</sup>, estudante de origem popular lembra que não havia a possibilidade de dar continuidade aos estudos a partir da 4ª série, e diz que

estudar era muito difícil porque eu tinha que ajudar minha mãe a cuidar dos meus cinco irmãos, parei de estudar na 3ª série para trabalhar, mas não tinha muito mais o que estudar porque eu só poderia estudar até a 4ª série, que terminei só em 1989, escola era para quem podia pagar uma escola particular [...].

Podemos observar com a fala de Edson Jorge uma das causas da evasão escolar quando ele diz “parei de estudar para trabalhar”, mas esse não é nosso objeto. O que nos interessa no momento é perceber que ele “não tinha muito mais o que estudar porque eu só poderia estudar até a 4ª série”. Verificamos que parar de estudar era uma prática comum entre as crianças das camadas populares devido à falta de expectativa ou ausência de oferta de vagas causada, entre outras coisas, pelo não cumprimento, por parte do poder público, da obrigatoriedade da oferta de escolas.

Nesse momento específico da educação de Rio Bonito surgem vários problemas para os governantes municipais, e, um deles, de acordo com a nossa hipótese é o aumento da procura por vaga escolar, que pode ter contribuído para agilizar o processo da ampliação da rede escolar pública municipal. Essas solicitações ficaram ainda mais fortes a partir da segunda metade da década de 1970 com um governo que se

---

<sup>103</sup> Ao usarmos as entrevistas temos em mente as observações feitas por Pierre Bourdieu, que argumenta que a distância entre o relato biográfico e o discurso traz incoerências, visto que o entrevistado usa valores de hoje para dar coerência ao passado e, além disso, o entrevistado omite informações para preservar e construir uma “trajetória” biográfica. Cf. BOURDIEU (2005).

<sup>104</sup> Ediléia Moraes foi aluna das séries iniciais do Colégio Estadual da Mata (interior do município) e concluiu a 8ª série em 1984 no Colégio Municipal Duque de Caxias, Rio Seco (bairro ao lado da Mata). Rio Bonito, 19 set. 2011.

<sup>105</sup> A entrevistada se refere ao Colégio Municipal Duque de Caxias localizado em Rio Seco, bairro do interior do município.

<sup>106</sup> O entrevistado Edson Jorge tem 50 anos e foi aluno no 1º Grau no Colégio Estadual Dyrceu Rodrigues da Costa. Morador do Centro de Rio Bonito, nasceu no Rio de Janeiro. Concluiu em 1973 a 3ª série primária. Rio Bonito, 20 set. 2011.

declarava “popular” e “aberto ao povo”. Então como conciliar, nas décadas de 60 e 70, as necessidades educacionais crescentes de escolarização da população, com a realidade escolar presente? Qual seria a saída para o governo municipal, antes e durante a administração Aires Abdalla para manter essa população “tranqüila” e afastada de possíveis reclamações públicas mais explícitas? Inicialmente, a concessão de bolsas de estudos.

Existiam na cidade dois tipos de bolsas de estudos com o mesmo objetivo, mas com origem e destinos diferentes, um era para os “desprovidos de recursos” e outro para “filhos de funcionários públicos”<sup>107</sup>. No entanto, o primeiro, diferente do segundo, não era uma novidade nem mesmo uma criação da cidade de Rio Bonito ou de nenhum governante local, mas um direito garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional desde 1961 (Art. 93 e 94) e mantido pela Lei 5.692/71 (Art. 46).

O texto da lei em vigor é claro ao garantir um amparo do Poder Público através da concessão de bolsas de estudos “a quantos demonstrarem aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos” para prosseguirem nos estudos, que nesse momento não se limitavam, para os desprovidos, às quatro séries do antigo “ensino primário”. E a Lei faz uma observação importante ao afirmar que “somente serão concedidas bolsas de estudo gratuitas no ensino de 1º grau quando não houver vaga em estabelecimento oficial que o aluno possa frequentar com assiduidade”.

O município não dispunha de um número de escolas suficientes para atender aos seus moradores em idade escolar, sobretudo a partir da 5ª série, visto que as bolsas de estudos eram correntes, e como afirma o prefeito, estavam em “número sempre crescente de candidatos”<sup>108</sup>. Mas quem deveria custear as bolsas de estudos? O prefeito declarou que, além dos encargos com a manutenção das escolas, contribuía com a concessão de bolsas de estudos, o que sugere um “fardo” aos cofres públicos da cidade, mas uma boa moeda de troca política visto que as solicitações eram pessoalizadas, feitas a ele, e crescentes na cidade.

---

<sup>107</sup> Com exceção do documento de divulgação “Implantação do Colégio Municipal”, todos os outros documentos e os exemplares do material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” que também tratam sobre as bolsas de estudos não esclarecem por se referirem a elas como se fossem uma coisa só. Tornaria mais claro para esta pesquisa se estivessem classificadas como “bolsas federais” e “bolsas municipais”. Nos parece que a vaguidão faz parte de uma estratégia política de trazer para si o crédito pelas bolsas concedidas.

<sup>108</sup> Afirmativa presente no documento “Implantação do Colégio Municipal”, em anexo I. Este documento está no arquivo da secretaria do Colégio Municipal de Rio Bonito. É um documento que foi elaborado pelo gabinete do prefeito para ser dirigido ao grande público rio-bonitense em 08 de março de 1980.

Vejamos o que diz a lei 5.692/71. O artigo 56 diz que “cabe à União destinar recursos para a concessão de bolsas de estudo” e no parágrafo primeiro, deste mesmo artigo, é possível constatar uma observação bastante pertinente, “aos recursos federais, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios acrescerão recursos próprios para o mesmo fim”.

Em entrevista, o prefeito declara que, para “as bolsas de estudo o Governo Federal fornecia um formulário de duzentos cruzeiros por ano e esse valor deveria ser dividido por doze, no final, não pagava uma mensalidade”.<sup>109</sup> Não percamos de vista a lei, que afirma que a complementação para as bolsas deveria ser feita pelas prefeituras.

Parece-nos que houve uma tentativa de atender a um maior número de pessoas com bolsas, e dessa maneira, amenizar possíveis solicitações mais explícitas. Neste sentido, não eram dadas bolsas de estudo integrais para os “desprovidos de recursos”, o que evidencia a contradição. A prefeitura era, desde 1971, obrigada por lei a oferecer o 1º Grau completo e se não o fizesse, deveria fazê-lo através da concessão das bolsas de estudo. Oferecer para o “desprovido de recursos” uma bolsa parcial não adiantava, visto que ele poderia não ter condições de custear a diferença da própria mensalidade e dos custos de transporte e alimentação. Desta forma, entendemos que havia uma seleção “natural” dos beneficiados, visto que só quem tinha melhores condições buscava as bolsas.

Os gastos com as bolsas de estudos em Rio Bonito eram bastante significativos porque existia outro tipo de bolsa reservada para os filhos dos funcionários da prefeitura. Em 27 de dezembro de 1963, a “Deliberação n° 240”<sup>110</sup> foi aprovada pela Câmara Municipal de Rio Bonito garantindo a poucos o direito de continuar os estudos nas escolas particulares da região.

As despesas geradas com a complementação das bolsas de estudo garantidas pela Lei 5.692/71 foi uma das motivações declaradas pelo prefeito para realizar obras e construções na educação escolar pública municipal do município realizando uma substituição de gastos como mostra o trecho do documento: “[...] a Administração AIRES

---

<sup>109</sup> Entrevista concedida por Aires A. Helayel em 08 de maio de 2008.

<sup>110</sup> Este documento está arquivado no Arquivo da Câmara Municipal de Rio Bonito, reproduzido em anexo J.

ABDALLA (...), resolveu substituir totalmente as bolsas de estudo pela criação de uma unidade de ensino – COLÉGIO MUNICIPAL DE RIO BONITO – destinada ao 1º e 2º graus (...)”<sup>111</sup>.

Visando garantir educação pública municipal completa, que atendia certamente aos anseios populares, mas também semeando a aprovação popular para suas ambições políticas, os gastos ampliados com o aumento da concessão de bolsas de estudo fizeram “surgir”, segundo o prefeito, a idéia da criação do Colégio Municipal, como veremos a seguir.

Vejamos alguns números publicados acerca das bolsas de estudo. Em maio de 1979 o exemplar do material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” divulgava os seguintes números, que reproduzimos na tabela seguinte:

**Tabela 12**  
**Valores gastos com as bolsas de estudo**  
**Atendimento médio de 420 alunos anualmente**<sup>112</sup>

<i>Ano</i>	<i>1º Grau</i>	<i>2º Grau</i>	<i>Total em Cr\$</i>	<i>Total atualizado (IGP-DI)</i>
1977	209.400,50	114.800,00	324.200,50	770.110,71
1978	240.698,00	194.340,00	435.038,00	729.604,73
1979	300.000,00	200.000,00	500.000,00	500.000,00

Fonte: Material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Rio Bonito, 07 de maio. 1979, p. 09.

O que podemos observar acompanhando os dados apresentados na tabela 12 é que os recursos destinados à bolsa de estudos diminuíram gradativamente de 77 a 79 tendo como referência os valores atualizados segundo o IGP-DI. Se levarmos em conta as receitas municipais apresentadas na página 86 verificaremos que os investimentos em bolsas de estudo em 1977 representaram um gasto de 1,52% da previsão atualizada, 1,25% em 1978 e 0,77 do orçamento previsto para 1979. Entendemos que os gastos com as bolsas de estudo não eram um fardo para os cofres municipais, ainda mais se levarmos em conta que a origem desses recursos não eram exclusivamente municipais.

A Lei 5692 no artigo 63 previa também bolsas de estudos para alunos do “2º Grau” e destacava que as bolsas deveriam ser substituídas progressivamente por concessões sujeitas a restituições. Já a Lei Municipal garantia bolsas para filhos de funcionários apenas completarem o “curso fundamental comum”, que entendemos ser o

<sup>111</sup> Documento – Implantação do Colégio Municipal.

<sup>112</sup> Não há distinção entre os gastos gerados pela complementação feita às bolsas federais e as bolsas concedidas apenas com o dinheiro da prefeitura dirigidas aos filhos de funcionários. Os dados referentes ao ano de 1979 estão indicados como “previstos”.

mesmo que ensino de “1º Grau completo”.<sup>113</sup> Assim, a municipalidade estava obrigada a dar conta do Ensino de 1º Grau. Por que as bolsas para o 2º Grau? Uma demanda da população? Ou a busca pela ampliação do eleitorado do prefeito?

No final de 1979 foi elaborado pelo gabinete do prefeito o “Quadro de Detalhamento de Despesas: orçamento programado para 1980 – Q.D.D.”<sup>114</sup>, onde, para nossa surpresa, foram destinados Cr\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil cruzeiros) para as despesas com a “concessão de bolsas de estudo”, um valor que consideramos expressivo, haja vista que o Colégio Municipal, que começou a funcionar no início de 1980, foi criado para substituir os gastos “cada vez mais crescentes” com as bolsas de estudos como veremos a seguir.

Segundo explicações do ex-prefeito, as bolsas de estudo não acabaram de uma hora para outra<sup>115</sup>. O pai de aluno é que escolhia onde seu filho ia estudar, não era obrigado a estudar em uma escola particular da cidade, muitos estudavam em Niterói ou no Rio de Janeiro, “porque dava *status*”, “se o filho de um funcionário quisesse ir estudar na Sorbonne, a prefeitura é que pagava todas as despesas”.<sup>116</sup> A lei não previa o local ou cidade onde os alunos deveriam estudar.

Nos dados apresentados na tabela 12 observamos que foram previstos gastos de Cr\$ 500.000,00 na concessão de bolsa de estudos para o ano de 1979. No entanto, segundo informações contidas no documento “Implantação do Colégio Municipal”, foram gastos Cr\$ 600.000,00 com bolsas de estudos no ano de 79, já para 1980 o “Q.D.D.” apresenta um valor de Cr\$ 950.000,00, ou seja, a procura pela educação escolar através de bolsas em Rio Bonito estava cada vez maior, superando as expectativas do administrador como aconteceu em 1979. Desta forma, entendemos que a procura pelas bolsas de estudo, independentemente da origem dos recursos para seu financiamento, evidencia uma procura por parte da população que desejava dar continuidade aos estudos a partir da 4ª série. Por conta desta demanda, se ampliou a

---

<sup>113</sup> Vale ressaltar que não apuramos até que ponto esses recursos se misturavam.

<sup>114</sup> Infelizmente não encontramos outros exemplares deste documento, referente a anos anteriores e posteriores, visto que segundo os responsáveis pelo “Arquivo da Prefeitura” estes documentos não existem mais, preferimos acreditar que não sabem onde estão. Este exemplar utilizado foi encontrado na Secretaria do Colégio Municipal de Rio Bonito. Dados referentes à página 05.

<sup>115</sup> A rede municipal passa a oferecer o 2º Grau completo em 1981.

<sup>116</sup> Entrevista concedida por Aires A. Helayel em 08 de maio de 2008.

rede de ensino de 1º Grau e se criou o ensino de 2º Grau Profissionalizante, o que agradou, como veremos, boa parte da população.

O que concluímos ao analisar a rede escolar pública municipal de Rio Bonito antes de 1977, através, sobretudo, dos materiais de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” é que ela apresentava escolas em condições precárias de funcionamento. Somado a isso o número de pessoas que não podiam dar continuidade aos estudos no município de Rio Bonito era crescente, assim, investir na educação era um bom caminho para o prefeito Aires Abdalla se tornar popular, ainda mais conhecido e conseguir, com isso, aumentar o número de eleitores em eleições futuras.

### **3.2 – Construções, reformas e a ampliação da rede escolar pública municipal de Rio Bonito**

#### **3.2.1 - O financiamento da educação e gastos com a rede pública municipal de Rio Bonito**

Não é novidade dizer que as décadas de 1970 e 80 viviam momentos propícios para o crescimento da educação escolar no Brasil, visto que o país colhia frutos de políticas de longo prazo, de há pelo menos uns cinquenta anos. Dentre algumas conquistas podemos citar a mobilização em torno do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932<sup>117</sup>, a obrigatoriedade de um investimento mínimo previsto na constituição, a criação de um ministério exclusivo para a educação, a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (Lei nº 4.024), e, após dez anos, durante a ditadura militar, a aprovação da reforma de 1º e 2º Graus com a Lei nº. 5.692/71.

Todas essas leis e ações deram início à ampliação no rumo da universalização da escolarização brasileira. Para isso, os governantes desencadearam uma quantidade significativa de investimentos no setor educacional. Avistando recursos do governo federal, os municípios passaram a investir um mínimo na educação escolar, o que

---

<sup>117</sup> O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um documento feito em 1932 por educadores liberais, seu principal representante foi Fernando de Azevedo. Dentre as principais idéias do manifesto se destaca o fim de escolas separadas por sexo, uma escola laica, obrigatória e gratuita dos sete aos doze anos.

passou a ser obrigatório, primeiro na constituição de 1934 e depois na primeira Lei de diretrizes e bases da educação nacional. O descumprimento desta obrigação tornava os municípios inadimplentes e os impedia de receber recursos do governo federal, como veremos a seguir.

Segundo dados apresentados por Vieira e Farias os recursos e gastos com a educação no Brasil eram, cada vez mais, crescentes, o que “permitiu ampliar o número de escolas e de matrículas” (VIEIRA; FARIAS, 2003, p. 101). Mas de onde vinham os recursos que possibilitavam esses investimentos tão importantes, que buscavam entre outras, alcançar a universalização do ensino de 1º Grau?

Em Valnir Chagas (1980, p. 293, et seq.) encontramos a resposta para esta questão. Segundo ele<sup>118</sup>, a fonte de recursos para a educação brasileira nas décadas de 1960 e 1970 provinha da Receita Geral e de Receitas Específicas, como o salário-educação, os fundos especiais das loterias e esportiva e outros itens, considerados pelo autor, menos significativos. A Receita Geral era formada por impostos diversos. No orçamento da união vinha do imposto sobre exportação, imposto sobre serviços de transporte, imposto de renda, imposto sobre produtos industrializados. Com relação aos orçamentos estaduais, as fontes provinham do imposto de circulação de mercadorias (ICM), do imposto territorial e de imóveis e do fundo de participação dos estados. Já nos orçamentos municipais, a Receita Geral se forma com o imposto sobre a propriedade territorial e predial urbana, o imposto sobre serviços, a quota do ICM, a quota do imposto territorial e o fundo de participação dos municípios.

Previsto na constituição de 1946, o salário-educação deveria ser mantido pelas empresas que tivessem mais de cem pessoas no seu quadro de funcionários. Segundo o art. 168, item III “as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes”. Como era grande o número de empresas inadimplentes, em 1965 o governo federal regulamentou o salário-educação através da lei nº 4.440/64 e determinou uma taxa de 1,4% sobre o salário mínimo. Com essa iniciativa, Valnir Chagas afirmou que “alcançaram-se desde logo todas as empresas privadas” e que essa

---

<sup>118</sup> “Valnir Chagas foi um dos responsáveis pela regulamentação do sistema brasileiro de educação, por meio de sua atuação no Conselho Federal de Educação de 1962 a 1976, com a idealização da Lei de Diretrizes e Bases n.º 5.692/1971 em favor da reforma do ensino de primeiro e segundo graus. Foi um dos principais autores também da reforma universitária de 1968 e um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB) tendo lecionado por várias décadas na Faculdade de Educação”. Site HELB – História do Ensino de Línguas no Brasil. Disponível em: <[www.helb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4:professor-valnir-chagas&catid=1065:1957&Itemid=2](http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4:professor-valnir-chagas&catid=1065:1957&Itemid=2)>. Acesso em 30/12/12.

iniciativa foi uma “solução prática e mesmo engenhosa para um problema que se transformara em autêntico desafio” (CHAGAS, 1980, p. 294).

Com relação aos recursos oriundos das loterias vale destacar que não é uma novidade da década de 60, visto que o Império Brasileiro já teria usado dinheiro oriundo dessa fonte, embora, “com resultados pouco satisfatórios”. Em 1969 o governo nacional passa a taxar em 30 % a Loteria Esportiva Federal com o principal objetivo de financiar programas educacionais, como foi o caso do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral<sup>119</sup> (CHAGAS, 1980, p. 295).

Só em 1934 é que apareceu pela primeira vez numa constituição brasileira, a obrigação da União aplicar um mínimo de 10% da arrecadação de impostos em educação, o Distrito Federal e estados deveriam repassar para o sistema educacional 20% e os municípios não menos que 10%. Diferente da obrigatoriedade presente na segunda Constituição da República, a de 1937 não fez nenhuma referência a um mínimo a ser investido na educação, o que só vai reaparecer na Constituição de 1946 recuperando os 10% mínimos para a União, mantendo os 20% dos estados e, ampliando de 10 para 20% o mínimo a ser investido pelos municípios (WEREBE, 1994).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reserva um capítulo para definir a distribuição dos recursos voltados à educação. Segundo a LDB 4.024/1961 cabe à União aplicar anualmente, no mínimo, 12% de sua receita de impostos em educação. Os Estados, Distrito Federal e os Municípios devem destinar 20%, no mínimo, de sua receita de impostos. Além de determinar um mínimo de recursos a ser aplicado na manutenção do ensino é criada a possibilidade de sanção aos que deixarem de investir os recursos definidos pela nova lei, neste sentido, dizia o texto que “Os Estados, o Distrito Federal e os municípios, se deixarem de aplicar a percentagem prevista na Constituição Federal para a manutenção e desenvolvimento do ensino, não poderão solicitar auxílio da União para esse fim” (LDB, 1961, art. 92).

A constituição de 1967, aprovada pelos militares, passou a proibir qualquer vinculação de recursos provenientes de impostos a qualquer órgão. Nesse período de autoritarismo político, apenas os municípios tinham a obrigação de manter um investimento mínimo, conforme determinação presente no artigo 69 da lei 5.692/71. Esse quadro instituído pela lei de reforma do ensino de 1º e 2º graus só foi alterado em

---

<sup>119</sup> O Mobral propunha a alfabetização de jovens e adultos na faixa etária de 15 a 35 anos. Sobre o Mobral ver Chagas (1980), Freitag (1980), Werebe (1994).

1983 quando a União e os Estados passam a ser novamente obrigados a investirem um mínimo em educação.

Maria Werebe (1994) acrescenta em suas análises, além dos impostos como fonte dos recursos, com destaque para o salário-educação, os empréstimos externos como fonte de recurso complementar. Nesta direção Otaíza Romanelli (1985) aponta vários acordos assinados ao longo de 1964 a 1968 entre o Ministério da Educação (MEC) brasileiro e o United States Agency for International Development (USAID), acordos que ficaram conhecidos como MEC-USAID<sup>120</sup>.

Um novo quadro da educação nacional vinha se formando desde os anos de 1934 com o surgimento de uma obrigatoriedade mínima de investimentos nos sistemas educacionais. Evidentemente, a prática efetiva não se modifica tão rapidamente, como mostrou Maria Werebe em 1968 e é um problema que ainda persiste atualmente, como vêm mostrando os resultados das pesquisas de Nicholas Davies<sup>121</sup>. Nesta mesma direção Valnir Chagas (1980, p. 293) salienta que a obrigatoriedade imposta a União, Distrito Federal, estados e municípios “tratava-se mais de um objetivo a alcançar que de algo rigorosamente cumprido; tanto que assim poucas vezes aconteceu.”

### 3.2.2 - A educação pública municipal rio-bonitense despontando como prioridade

Sensíveis às diretrizes do Governo Aires Abdalla, que tem como metas prioritárias Saúde e Educação, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura vem elaborando um programa de desenvolvimento comunitário com os objetivos de expandir e divulgar nossos valores, dinamizar o esporte estimular o desenvolvimento de um complexo de Educação e Cultura a ser compartilhado por todos. (“A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1979, p. 9).

---

<sup>120</sup> Segundo Otaíza Romanelli a ajuda internacional serviria para o desenvolvimento da educação brasileira, no entanto os termos do contrato assinado entre os dois países resultavam em mais benefícios para o “país fornecedor do que para o país beneficiário” (1985, p. 215).

<sup>121</sup> Além dos problemas causados pela falta do cumprimento legal, ou seja, do investimento mínimo de 20% da receita tributária dos municípios no Ensino de 1º Grau, outras questões apontadas por N. Davies, como os mecanismos de financiamento das escolas privadas, causaram e continuam causando perdas significativas de dinheiro público que poderiam ser investidos em construções de escolas, melhoramento dos salários dos profissionais da educação etc. De acordo com Davies, esses problemas estão presentes desde a Constituição Federal de 1934, dificultando direta e indiretamente o avanço da educação nacional. Cf. DAVIES, Nicholas. Disponível em: <<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/nic7.htm>>. Acesso em 23/05/2008.

Lamentavelmente não conseguimos ter acesso a documentos que nos permitissem verificar se Rio Bonito cumpria a legislação em vigor, no que tange ao investimento mínimo de 20% de sua receita de impostos em educação. Ainda assim temos dados que nos ajudarão a compreender as prioridades de investimentos e quanto se gastava com a educação nos anos de 1975 e 78-80.

**Tabela 13**

**Receita total e Despesas do Município de Rio Bonito com a Educação: 1975 e 1978-1980**

Valor em Cr\$ 1.000					
Ano	Receita total	Valor atualizado (IGP-DI)	Despesa com a educação	Valor atualizado (IGP-DI)	% <sup>122</sup>
1975	5.256	34.442	495	3.244	9,4
1978	19.401	48.404	2.831	7.063	14,6
1979	32.131	56.967	4.979	8.828	15,5
1980	62.119	62.119	12.638	12.638	20,3

Fonte: Dados extraídos do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (1978 a 1981)

Como podemos perceber os investimentos destinados à educação municipal foram crescentes. Não devemos perder de vista que as receitas do município também estão percorrendo um caminho de constante crescimento em seu orçamento neste período, como também podemos observar na tabela 2. Constatamos que de 1975 a 1978 houve um aumento significativo nas despesas com a educação.

Em apenas um ano (1978 a 1979) a receita municipal total passou de Cr\$19.401 para Cr\$32.131, o que representou um crescimento de aproximadamente 60% em valores absolutos e 85% em “valores atualizados”. As despesas com a educação também são crescentes e atinge um total de 57% segundo os valores absolutos, o investimento é maior se levarmos em conta os 80% dos “valores atualizados”. Segundo os dados do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (1979, p. 575/576) em 1978 a educação pública municipal de Rio Bonito ocupava a quinta posição em um *ranking* de prioridade de investimentos como observamos na tabela 5. A receita total manteve o crescimento observado nos anos anteriores passando, de 1979 a 1980, de Cr\$32.131 para Cr\$62.119, um salto de 52% segundo valores da fonte, tomando como base os “valores atualizados”, a receita total cresceu 70%, ou seja,

<sup>122</sup> A porcentagem não varia dos valores originais da fonte para os valores atualizados segundo IGP-DI.

só o crescimento das despesas nesse biênio foi superior aos valores gastos com toda a educação no ano de 1975.

Como não temos outros dados, não podemos afirmar que Rio Bonito investisse o mínimo estabelecido na Lei 5.692/71, no entanto, é inegável que a educação municipal estava recebendo cada vez mais verbas para a manutenção do ensino público, acompanhando, dessa forma, o crescimento das receitas municipais como um todo.

Outro dado que podemos observar na tabela 13 é a porcentagem de investimento realizado na educação segundo o valor total da receita municipal. Neste sentido, em 1975 a educação municipal recebeu aproximadamente 9% de verbas em relação às outras áreas de investimento. Já em 1978 e 1979 as verbas destinadas à educação representam um total de 15%, saltando para 20% em 1980.

Esse crescimento não é exclusivo do município de Rio Bonito, estando presente nas demais cidades da Baixada Litorânea. Em 1975 a destinação de verbas nas cidades vizinhas (de fronteiras), para a educação, era mais elevada em Araruama, Cachoeiras de Macacu, Saquarema, seguido de Rio Bonito e Silva Jardim. Como podemos observar na tabela que se segue.

Os municípios observados, ao contrário de Rio Bonito que alcançou em 1980 os 20% de investimento mínimo em educação estabelecido pela legislação, não mantiveram o aumento do repasse de verbas para a educação ao longo dos anos analisados, apresentando algumas oscilações bastante expressivas, como a que podemos observar em relação a Saquarema que passa em 1978 de 12,2% do investimento em educação para 24,5% em 1979 e, no ano seguinte apresentou um decréscimo significativo passando para 14,7%. Em relação aos mesmos anos da comparação anterior, Cachoeiras de Macacu também teve um aumento no repasse de dinheiro passando de 10,4% para 21,1%.

Com base nos dados apresentados até aqui, inferimos que os municípios da região passaram a buscar, ano a ano, cumprir com os preceitos previstos na legislação em vigor, que definia desde 11 de agosto de 1971, através da lei 5.692, um investimento mínimo de 20% em educação, haja vista que o descumprimento da lei poderia gerar a impossibilidade de adquirir recursos para serem aplicados, inclusive na educação. No entanto, aventamos a hipótese que a mudança de prioridades em relação a educação municipal de Rio Bonito possa ter se dado por conta da insatisfação de parte da população que a partir de 1977 passou a cobrar mais investimentos para o setor, o que se traduziu na ampliação de toda a rede escolar pública municipal e, do interesse do

prefeito em ampliar a sua base eleitoral junto a essa parcela da população, o que lhe possibilitaria galgar novos cargos públicos ou facilitar a eleição de apadrinhados em pleitos subsequentes.

Tabela 14

**Despesas com a educação dos Municípios que fazem fronteira com  
Rio Bonito: 1975 e 1978-80**

<i>Municípios</i>		<i>Valores em Cr\$1.000</i>						
		<i>1975</i>	<i>Valor atualizado (IGP-DI)</i>	<i>1978</i>	<i>Valor atualizado (IGP-DI)</i>	<i>1979</i>	<i>Valor atualizado (IGP-DI)</i>	<i>1980</i>
Araruama	Receita	8.609	56.415	41.874	104.473	64.825	114.931	130.053
	<b>Desp. Ed.</b>	<b>1.233</b>	<b>8.080</b>	<b>5.707</b>	<b>14.239</b>	<b>10.790</b>	<b>19.130</b>	<b>14.838</b>
	%	14,3	14,3	13,6	13,6	16,6	17,1	11,4
Cachoeiras de Macacu	Receita	4.484	29.384	9.904	24.710	18.038	31.980	45.633
	<b>Desp. Ed.</b>	<b>638</b>	<b>4.181</b>	<b>1.034</b>	<b>2.580</b>	<b>3.811</b>	<b>6.756</b>	<b>8.788</b>
	%	14,2	14,2	10,4	10,4	21,1	21,1	19,2
Rio Bonito	Receita	5.256	34.443	19.401	48.404	32.131	56.967	62.119
	<b>Desp. Ed.</b>	<b>495</b>	<b>3.244</b>	<b>2.831</b>	<b>7.063</b>	<b>4.979</b>	<b>8.828</b>	<b>12.638</b>
	%	9,4	9,4	14,6	14,6	15,5	15,5	20,3
Saquarema	Receita	4.847	31.763	42.105	105.050	37.492	66.471	83.783
	<b>Desp. Ed.</b>	<b>629</b>	<b>4.122</b>	<b>5.165</b>	<b>12.886</b>	<b>9.211</b>	<b>16.331</b>	<b>12.370</b>
	%	12,9	12,9	12,3	12,3	24,6	24,06	14,7
Silva Jardim	Receita	2.194	14.377	10.215	25.486	16.954	30.059	36.133
	<b>Desp. Ed.</b>	<b>264</b>	<b>1.730</b>	<b>1.294</b>	<b>3.228</b>	<b>1.956</b>	<b>3.468</b>	<b>3.277</b>
	%	12,0	12,0	12,6	12,6	11,5	11,5	9,0

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (1975 e 1978-80).

### **3.3 - Construções, reformas e a ampliação de escolas da rede escolar pública municipal de Rio Bonito na primeira gestão do MDB**

Como vimos anteriormente os investimentos para a educação escolar pública municipal recebeu investimentos significativos na gestão emedebista iniciada em 1977 com a eleição de Aires Abdalla a prefeitura. Segundo informações do prefeito eleito naquele momento, a educação escolar da cidade era ínfima, e as pessoas reclamavam sobre a falta de vagas e escolas para estudarem ou darem continuidade aos estudos para além da 4ª série.

Observando os materiais de divulgação de “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, como mostramos no capítulo anterior, percebemos o esforço da equipe do prefeito “aberto ao povo” de mostrar que os prédios escolares encontrados em 1977 estavam em péssimas condições de uso, sem manutenção e muitos correndo o risco de cair. Mas como isso era retratado nos materiais de divulgação?

Nas páginas da “A Tribuna Especial de Rio Bonito” destinadas a tratar sobre a educação o leitor tinha acesso a imagens das novas escolas reformadas ou construídas e também dos “velhos barracos e modestas casas alugadas, em número insuficiente de salas” (1981, p. 9), cujo objetivo parece tentar convencer o leitor de que a administração Aires Abdalla estava promovendo uma verdadeira “arrancada secular” na educação municipal.

Com o recorte a seguir percebemos como se dava a exposição das fotografias das escolas municipais que funcionavam antes e depois do novo governo iniciado em 1977.



A nova sede da Escola Roberto Silveira, inaugurada o ano passado e como ela era em 1976.



A "Escola Roberto Silveira, em 1976 e a nova sede inaugurada no ano passado.

Fotografia 13: Escola Municipal Roberto Silveira: depois da reforma. "A Tribuna Especial de Rio Bonito", Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1982, p. 5

No recorte das imagens anteriores podemos ver a nova Escola Municipal Roberto Silveira, inaugurada em 1981, e a imagem da escola antes da intervenção da gestão do governo emedebista. O leitor ao fazer a comparação entre as fotos publicadas tomava conhecimento da situação dos prédios escolares antes de Aires Abdalla e depois dele. A disposição das fotografias, com a nova em primeiro plano e a escola velha em tamanho menor ao lado, faziam o leitor entender como as escolas estavam em estado lamentável e que ao mesmo tempo passavam por mudanças, ficando modernas em relação ao que eram na gestão anterior, reforçando a idéia de uma "arrancada secular". A publicação dessas fotografias também nos parece uma estratégia do prefeito eleito em 1976 para mostrar que o governo anterior não investia em educação ou não dava importância a essa área que se mostrava ou procuravam mostrar, como na foto menor, abandonada.

A idéia de que a educação estava passando por uma profunda transformação na cidade estava presente em todos os materiais de divulgação publicados pelo jornal Tribuna a pedido do prefeito Aires Abdalla. Em 1979 a página do material de divulgação que trazia dados da educação escolar informava abaixo das imagens, que trago a seguir, a frase em destaque: "A arrancada, com novas escolas".



Esta era uma das 8 “escolas” alugadas pela Prefeitura.

Aqui uma das sete escolas construídas em apenas dois anos.

Fotografia 14: Uma escola sem identificação e a nova Escola Municipal Munir Abdalla Helayel. “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1979, p. 9.

As fotografias retratam duas escolas municipais, a da esquerda, sem identificação é apresentada em condições aparentes de falta de manutenção e a escola da direita é a Escola Municipal Munir Abdalla Helayel<sup>123</sup> que está novinha, pintada, recém inaugurada pela prefeitura. A apresentação de fotografias buscam fazer com que o leitor compare as duas escolas e perceba como era antes e como ficou depois da “arrancada” promovida pela administração do segundo prefeito mais jovem do país. As legendas das fotos também chamam a atenção e provocam a idéia de um novo tempo e de uma gestão que estava investindo no setor educacional da cidade. O carro parado ao lado da nova escola municipal e a presença de alunos descontraídos em frente a escola contrasta com a imagem de abandono da outra escola mostrada pelo material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” de 1979. Ao lermos a primeira legenda constatamos que havia oito prédios alugados pela prefeitura para funcionarem como escolas. A palavra escolas entre aspas destaca as precárias condições do prédio que funcionava como uma escola. Já a segunda legenda buscou mostrar que foram construídas sete escolas “em apenas dois anos”. Ou seja, ao colocar as fotos das escolas antigas ao lado das novas mostram a intenção de provocar no leitor/eleitor a idéia de que o prefeito anterior investiu pouco ou não investiu em educação, mas que essa nova gestão “em apenas dois anos” já tinha promovido uma “arrancada, com novas escolas”.

<sup>123</sup> Munir Abdalla Helayel era tio do prefeito Aires Abdalla. Segundo o livro “Rio Bonito – RJ: Escolas municipais e seus patronos”, uma publicação organizada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rio Bonito, o homenageado nasceu no Líbano [s.d]. Estudou alguns anos em Rio Bonito, foi o primeiro proprietário do Colégio Rio Bonito (rede particular), foi advogado do Banco do Brasil, diretor do Jornal Folha Carioca e vice-presidente da Liga Libanesa.

Quando o primeiro material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” foi publicado em maio de 1979 já havia se passado dois anos de sua posse, com isso, a publicação número um traz um levantamento das atividades executadas durante os dois primeiros anos dessa gestão. Assim, foi publicado nesse primeiro material de divulgação um balanço do que foi executado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Como diz o próprio texto desse material de divulgação publicado em 1979, a “Secretaria vinha dar ciência aos rio-bonitenses de suas atividades durante os dois anos da atual administração” (p. 9).

I. Modificada e organizada toda a estrutura da Secretaria.

II. Levantamento de toda a vida funcional das professoras contratadas e efetivas e merendeiras desde 1945, com dados colhidos no arquivo da Secretaria de Fazenda.

III. Legalizamos a situação das professoras e merendeiras junto ao Ministério do Trabalho. Agora elas já possuem Carteiras assinadas, INPS, Salário Família, 13º Salário e Férias Remuneradas.

IV. Procuramos elaborar e executar programas para promoções cívicas artísticas, esportivas e culturais [...]

V. Rede Municipal de Ensino

1 – Condições Físicas

- Números de alunos

- Encontrados em 1976: 644
- Atualmente – 1979: 955

- Unidade de Ensino:

- Encontradas: 16 salas de aula
- Atualmente: 27 salas de aula

2 – Condições dos Prédios:

Todas as 14 Unidades Escolares estavam com seus prédios em condições precárias de funcionamento, a maior parte nem possuíam instalações sanitárias.

Ampliamos a Rede Escolar em 12 salas de aula com a construção de 07 prédios escolares e a reforma de 02 outras. Está previsto para este ano a construção de mais 02 prédios escolares e a reforma de mais 01. Equipamos as Unidades Escolares com carteiras individuais novas, armários para a cozinha, fogões industriais e material de cantina.

3 – Setor Administrativo:

- Criamos todo o Arquivo Escolar em todas as Escolas Municipais.

- Fichas Individuais
- Históricos Escolares
- Boletins
- Mapas Estatísticos
- Atas de Resultados Finais

4 – Orientação Psico-pedagógica

- São dados treinamentos periódicos aos professores, cursos de aperfeiçoamento técnico e pedagógico e seminários.
- São desenvolvidas atividades como:

- Planejamento de todas as séries
- Orientação técnica e pedagógica na sede e direta aos professores nas respectivas escolas (visitas semanais)
- Acompanhamento na Recuperação e Promoção. [...]

8 – Plano Proprietário<sup>124</sup> para 1979:

Construção de um COLÉGIO MUNICIPAL que atenda da 1ª a 8ª séries do 1º Grau e 2º Grau, tendo em vista que a procura está muito além da oferta.

[...] As atividades realizadas por esta Secretaria trazem bem o intenso movimento que Rio Bonito tem vivido nos últimos dois anos (Material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1979, p. 9).

Essa lista de realizações do poder municipal sugere que a lei 5.692, que determinou um investimento mínimo em educação pelo poder municipal, passou a ser cumprida. Além da obrigatoriedade de investimentos mínimos, consta no texto desta lei que “os sistemas de ensino deverão desenvolver programas especiais de recuperação para os professores (...) a fim de que possam atingir gradualmente a qualificação exigida”, o que podemos observar no item III e no ponto 4 do texto reproduzido anteriormente do material de divulgação publicado em 1979.

Deduzimos que, para além das “vontades” do prefeito, outra “leitura” do valor da lei, que já estava em vigor desde 1971, começava a ser feita pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Rio Bonito. O que teria provocado essa mudança? No ano de 1980 foi publicado pelo material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” que:

as unidades municipais não são mais casebres e sim prédios dotados das condições básicas de atendimento, com número de salas de aulas compatíveis com a região onde se situam, todas dotadas de banheiros para cada sexo, para alunos e mestres, salas de direção, e de merenda escolar, mobiliário completo, área de recreação coberta e com bancos de alvenaria, fogões industriais etc (p. 6 e 7).

O número de alunos também se tornou expressivo a partir do momento em que se ampliou o número de salas de aula e/ou de escolas. Como aconteceu no primeiro ano em que passou a funcionar o Colégio Municipal de Rio Bonito, que iniciou em 1980 as suas atividades com 600 alunos, como veremos mais detidamente adiante. “A rede escolar municipal, que em 1976 contava com 644 alunos, já [*atendia*], excluído o pré-escolar, 1.631 alunos, sendo 1.026 nas escolas de primeiro grau”. Essas informações

---

<sup>124</sup> Acreditamos ter havido um erro de digitação e no lugar de “Plano Prioritário”, escreveram “Plano Proprietário” e supomos ser Plano Prioritário.

evidenciam que havia uma quantidade significativa de pessoas que aguardavam vagas para dar continuidade aos seus estudos<sup>125</sup>.

Em maio de 1980 passou a circular pela cidade o material de divulgação número dois e nele duas páginas recheadas de fotos de novas escolas com a seguinte mensagem: “Em três anos mais escolas que em 131 anos de emancipação”. Como podemos observar no recorte, da parte superior, das páginas que seguem.

**Figura 4**

**Em 3 anos mais escolas que em 131 anos de emancipação**



Fonte: Material de divulgação A Tribuna Especial de Rio Bonito, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1980, p. 6 e 7.

Com o material de divulgação publicado em maio de 1980, o leitor/eleitor tomou conhecimento acerca de seis escolas. As fotografias foram organizadas nas páginas seis e sete que se complementavam. Na página seis, foram publicadas quatro fotografias, sendo duas da solenidade e palestra que dava início às aulas do Colégio Municipal de Rio Bonito, na ocasião realizada no Colégio Estadual Desembargador José Coelho da Rocha Júnior, que veremos mais adiante. Completando o total de fotografias dessa página, a “escola velha” e a “escola nova” estavam posicionadas de maneira a fazer o leitor comparar as condições dos dois prédios da Escola Municipal Governador Roberto Silveira. Ao lado do prédio que deixava de funcionar como uma escola, a legenda informava as condições do prédio e arrematava destacando o nome do prefeito Aires Abdalla como o responsável pela construção da nova escola: “A escola Governador Roberto Silveira, como a maioria das Escolas Municipais, apresentava o quadro deplorável da foto superior. A administração Aires Abdalla construiu novo prédio, com duas salas de aulas, 500 metros adiante” (1980, p. 7).

<sup>125</sup> “A Tribuna Especial”, (1980), op. cit. p. 6 e 7. Alterações do autor.

Na página 7 do mesmo exemplar do material de divulgação de 1980, mais três escolas foram apresentadas ao público como construídas pela gestão do prefeito Aires Abdalla. As duas primeiras escolas retratadas não foram identificadas na legenda. A escola localizada na parte de baixo da página é a Escola Municipal Celina Mathias de Mello como é possível verificar no letreiro localizado na fachada do prédio.



Fotografia 15: C. M. Celina Mathias de Mello. Publicação da “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito, 1980, p. 6.

Em 1981 as séries finais do 1º Grau começaram a se expandir pelo interior do município, a exemplo do ocorrido nas escolas municipais Duque de Caxias, no bairro do Rio Seco e Kingston G. de S. Mota, em Boa Esperança, isso é, essas escolas passaram a ministrar o ensino de 1º Grau completo, a exemplo do Colégio Municipal de Rio Bonito que, como veremos, passou a funcionar em março de 1980. Ou seja, a administração municipal passou a seguir as determinações da Lei 5.692, especificamente o artigo 75, que determinava, como já dissemos, que “as atuais escolas primárias deverão instituir, progressivamente, as séries que lhes faltam para alcançar o ensino completo de 1º grau”. Isso depois de dez anos da implementação da lei.<sup>126</sup>

Na publicação do material de divulgação de 1982 foi possível conferir a relação das escolas construídas pela administração dita popular e aberta ao povo. Nesta lista encontramos a localização de cada escola como podemos verificar a seguir.

---

<sup>126</sup> LDB/71. op. cit., artigo 75.

## 1. Escolas rurais

- E. M. Muniz Abdalla Helayel (Prainha)
- E. M. Celina Mathias de Mello (Duas Barras)
- E. M. Wilson Kleber Moreira (Tatus)
- E. M. Claudionor José da Rosa (Tomaskar)
- E. M. Gumercindo Esteves Pintas (Jacundá)
- E. M. Cesarina Rangel Pinheiro (B. de Cima)
- E. M. Oscar Moreira Soares (Lagoa Verde)
- E. M. Castro Alves (Catimbau/Ampliação)
- E. M. Duque de Caxias (Rio Seco/Ampliação)
- E. M. Francisco Mendonça (Boqueirão de B. Esperança)
- E. M. Gov. Roberto Silveira (Vertente)
- E. M. Luiz José de Moraes (Chavão)
- E. M. Luiz Felipe de Magalhães (Mineiros)
- E. M. Casimiro de Abreu (Catimbau Grande)

2. Colégio Municipal Dr. Astério Alves de Mendonça (Material de divulgação A Tribuna Especial de Rio Bonito, 1982, p. 5).

Em comparação com a tabela Rede Escolar Municipal em anexo G, verificamos que algumas escolas mudaram de nome a exemplo da E. M. de Tatus, localizada em Braçanã que passou a ser identificada como E. M. Wilson Kleber Moreira, a E. M. Alvorada, localizada em Jacundá passou a ser chamada de E. M. Gumercindo Esteves Pintas e a E. M. Alda de Mello Cunha que mudou o nome para E. M. Oscar Moreira Soares. Na listagem publicada em 1982 uma escola não constou na listagem anterior que é a E. M. Luiz Felipe de Magalhães localizada em Mineiros o que sugere ser uma escola mais recente. Quatro escolas não foram citadas em 82, as escolas municipais Imbiara de Nova Cidade, Manuel Duarte do Morro das Moendas, Maria Ferreira de S. Carvalho de Lavras e a Escola Municipal Tiradentes localizada em Braçanã de Cima o que sugere que foram fechadas por algum motivo. Além dessas escolas rurais aparece uma única unidade escolar localizada na zona urbana do município que é o Colégio Municipal Dr. Astério Alves de Mendonça, ou simplesmente, Colégio Municipal de Rio Bonito como já estava sendo chamado desde 1979, ano de sua criação.

### 3.3.1 - O “gigantesco complexo educacional” e o Colégio Municipal de Rio Bonito

Como vimos no item oito da lista de atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicado no material de divulgação de 1979, apresentado anteriormente, a administração Aires Abdalla tinha como “plano

prioritário” para a educação da cidade naquele ano a construção de um “COLÉGIO MUNICIPAL” que pudesse atender aos alunos da 1ª a 8ª séries do 1º Grau e o 2º Grau que na época era obrigatoriamente profissionalizante, devido as determinação da lei 5.692/71.

O Colégio Municipal de Rio Bonito foi criado pelo Decreto Municipal nº 03 de 11 de junho de 1979, que não seria um simples prédio, mas um “gigantesco complexo educacional”<sup>127</sup>. O prédio construído, uma parte do ambicioso projeto, onde hoje funciona o Colégio Municipal Dr. Astério Alves de Mendonça era realmente “gigantesco” em comparação aos prédios escolares municipais, e mesmo os particulares, da época.

Menos de um ano após a criação do Colégio Municipal, suas atividades escolares iniciaram mesmo sem uma sede própria, que inicialmente, funcionou nos espaços da Escola Estadual Desembargador José Augusto Coelho da Rocha Junior, onde aconteceu uma palestra marcando o início das aulas do novo Colégio. A procura superou as expectativas e, pouco tempo depois, o Colégio Municipal de Rio Bonito teve que passar a funcionar no Colégio Estadual Barão do Rio Branco onde ficou até a construção de sua sede no bairro da Praça Cruzeiro, próximo ao Centro da cidade.

Como podemos observar nas duas fotos seguintes a aula inaugural foi um evento planejado e esperado por muitos, tendo em vista o número de autoridades/convidados presentes na mesa da solenidade e da quantidade de pessoas na cerimônia, que contou com a presença do prefeito Aires Abdalla, da secretária municipal de educação, a professora Sheylle Mary S. A. Helayel e do professor Silvío Macieira, assessor da coordenação de 2º Grau da Secretaria de Estado de Educação, segundo informações contidas na legenda da foto publicada no material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito” de 1980, representante de Chagas Freitas, o Governador do Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>127</sup> Segundo o Projeto Arquitetônico apresentado pelo ex-prefeito Aires A. Helayel, o Colégio Municipal de Rio Bonito seria um complexo educacional que abrigaria, além da Escola de Ensino Fundamental (o único prédio construído, onde durante muito tempo funcionou todas as etapas do Ensino - da Educação Infantil ao Médio); uma Escola de Maternal; uma Escola de Ensino Médio; um auditório; um refeitório; uma Cidade Mirim; um Anfiteatro; uma pista de atletismo; um campo de futebol; quadras de vôlei, basquete, futsal, tênis; uma piscina infantil e outra de adulto; vestiários; banheiros; uma área para serviço médico; baias de gado; arena de exposições; lanchonete; área para polícia militar, corpo de bombeiros, estacionamento; uma quadra de patinação; um play ground; banheiros; um lago; a Casa da Cultura e, finalmente, a administração do Complexo Educacional.



Fotografia 16: Aula inaugural do Colégio Municipal de Rio Bonito no pátio do C. E. Desembargador José Augusto Coelho da Rocha Junior: mesa de abertura. Acervo do Jornal A Tribuna de Niterói publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980, p. 6.



Fotografia 17: Aula inaugural do Colégio Municipal de Rio Bonito: fala do prefeito. Acervo do Jornal A Tribuna de Niterói e publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980, p. 6.

A propaganda da obra não tardou a aparecer na cidade e, em 1981 as fotografias passaram a circular no município através do material de divulgação daquele

ano. Depois da “arrancada com novas escolas”, “em 3 anos mais escolas que em 131 anos de emancipação” era chegado o momento de atender às solicitações de parte da população e prover a cidade do tão sonhado “colégio, a faculdade e a cidade mirim”. As fotografias dispostas na figura 5, dar a idéia de uma administração que não pára de construir, reformar e ampliar escolas.

**Figura 5**  
**O Colégio, a faculdade e a cidade-mirim**



Fonte: “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1981, p. 05.

Ainda com aquela idéia de que a cidade e a rede educacional estavam um verdadeiro canteiro de obras, o material de divulgação de 1981 dedicou uma página inteira para mostrar as obras do novo empreendimento municipal onde se construía o “gigantesco complexo educacional”. A escolha dos ângulos, focos e ênfase nas dimensões e nos detalhes evidencia a intenção de impressionar os habitantes da cidade. Como as fotos que seguem mostrando um buraco de uma coluna, informando na legenda que a profundidade era de nove metros. Do mesmo modo, a presença do

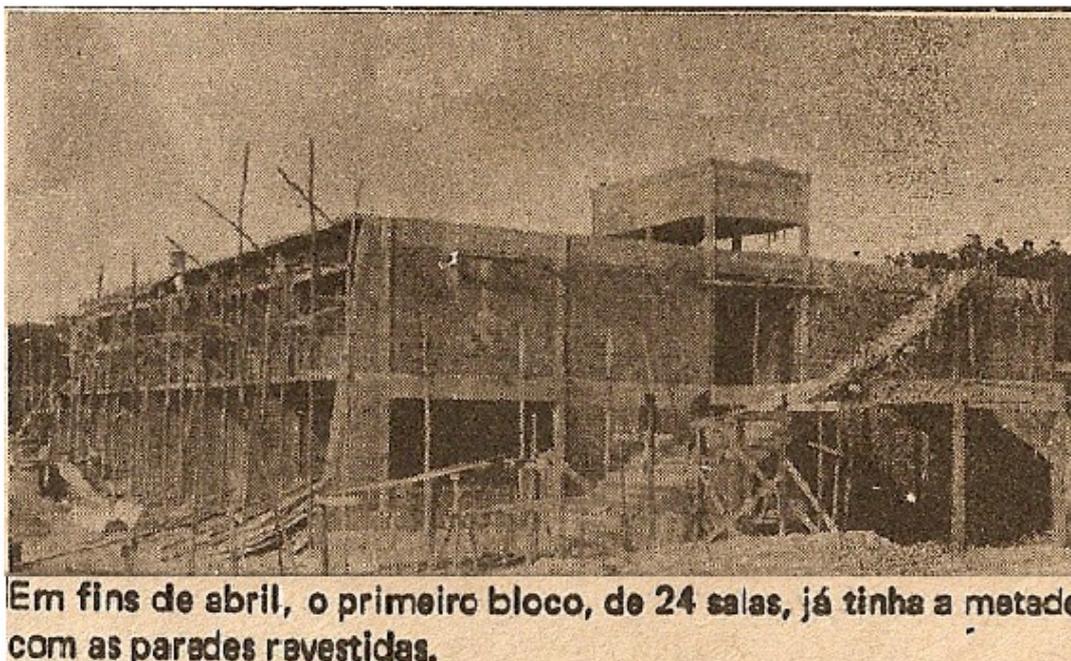
prefeito no canteiro de obras, procurava estabelecer uma forte relação entre ele e o Colégio Municipal de Rio Bonito.



Fotografia 18. Coluna de 9 m de profundidade do Colégio Municipal de Rio Bonito. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1981, p. 05.



Fotografia 19. Visita do prefeito Aires Abdalla à obra do Colégio Municipal. Foto publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1981, p. 05.



**Em fins de abril, o primeiro bloco, de 24 salas, já tinha a metade com as paredes revestidas.**

Fotografia 20. O primeiro e segundo piso do Colégio Municipal em construção. Publicada na “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1981, p. 05.

Nesta foto apresentada anteriormente podemos notar que as dimensões da nova escola eram efetivamente grandes se comparadas às outras escolas existentes e construídas pela própria administração Aires Abdalla. Em 1979 “A Tribuna Especial de Rio Bonito” (p. 9) divulgou que a nova gestão que assumira a prefeitura em 1977 havia encontrado uma rede escolar com 16 salas de aulas e só o Colégio Municipal passava a ter, com o primeiro bloco, 24 salas de aulas, ou seja, apenas uma escola superava o número de salas de aulas de toda a rede escolar anterior àquele ano.

Em 1981 foi publicado que:

um município de 135 anos, mais de 50 mil habitantes e com arrecadação de apenas Cr\$ 63 milhões, no ano passado, que não dispunha de nenhuma Escola Pública de segundo grau, ergueu-se no desafio de uma obra audaciosa: Investir Cr\$ 60 milhões na construção de um gigantesco complexo educacional, cultural e esportivo, com capacidade para atender até a 10 mil estudantes (Material de divulgação A Tribuna Especial de Rio Bonito, 1981, p. 5).

Concordamos que o investimento para a construção do Colégio Municipal foi realmente significativo se levarmos em conta o total de arrecadação do município que não ultrapassava os 63 milhões de cruzeiros e o total previsto para se investir na construção do “gigantesco complexo educacional” com capacidade para atender até 10 mil estudantes chegava bem perto desse valor com 60 milhões de cruzeiros.

Os valores são significativos, mas nos fazem refletir sobre a origem de tantos recursos. Após tratarmos das questões do financiamento e dos recursos que passaram a ser destinados para a educação municipal de Rio Bonito, voltamos às relações do prefeito Aires Abdalla com o governador Chagas Freitas.

No material de divulgação de 1981 foram expressas as expectativas do governo municipal frente aos possíveis investimentos do governo estadual no município, como apresentamos no capítulo anterior. Segundo esse material, foram encaminhadas reivindicações ao Governo do Estado a fim de conseguir financiamento para realização de sete obras e o apoio para a implantação do Distrito Industrial da cidade. Dentre as solicitações encontram-se abastecimento de água, reasfaltamento, iluminação pública, pavimentação e ampliação de um colégio entre outros.

Na busca de outras fontes (BURKE, 1992, p. 25) que nos ajudassem na elaboração deste trabalho, realizamos entrevistas com algumas pessoas que estiveram ligadas direta ou indiretamente com a ampliação de rede escolar pública municipal ocorrida nos anos de 1977 a 1982, para isso, utilizamos a metodologia de História Oral para realização de “entrevistas temáticas”<sup>128</sup> (ALBERTI, 2005, p. 18).

Em entrevista, o ex-prefeito Aires Abdalla (2012) afirmou que a municipalidade recebeu ajuda do governo do estado para a construção do “gigantesco complexo educacional”, o que vai de encontro ao que foi publicado no material de divulgação de 1981. Outra evidência da aproximação do governo de Aires Abdalla com o governador Chagas Freitas foi a presença do professor Macieira, representante do governador, como palestrante no primeiro dia de aula do novo Colégio em 1980. Além disso, o próprio governador Chagas Freitas esteve presente na inauguração do Colégio ocorrida no início de 1982.

O que temos visto até aqui é que a rede escolar pública municipal de Rio Bonito passou por mudanças significativas com a ampliação, reformas e construções de escolas. Segundo o material de divulgação da prefeitura de 1981 só o Colégio Municipal de Rio Bonito passou a ter 600 alunos matriculados, ou seja, quase a mesma quantidade do número total de alunos da rede registrados em 1976 que, segundo a

---

<sup>128</sup> Segundo Verena Alberti, esse tipo de entrevista é adequado para ser realizada com pessoas que participaram do processo histórico que se pesquisa, logo, com pessoas ligadas diretamente ao tema. Ainda segundo a autora, “[...] é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (Alberti, 2005, p. 18)”.

publicação encomendada pela prefeitura, era de 644 alunos para aproximadamente 34.420 habitantes, conforme apresentação da tabela 3.

A ausência de oportunidades de estudos por falta de escolas que oferecessem o 1º Grau completo ou mesmo o 2º grau foi sentida por alunos da época, neste sentido, Telma Rosa<sup>129</sup> (2008) ex-aluna do Colégio Municipal de Rio Bonito nos disse que seu pai “tinha conversado com o prefeito Bidinho e depois o Aires para resolver esse problema de falta de um lugar pra gente estudar de graça. Só pagando é que se estudava na época”. Nessa mesma direção, a ex-aluna Aládia Duarte<sup>130</sup> (2008) nos conta que a procura por uma educação pública municipal “era geral, porque a maioria das pessoas não tinha condições de pagar. Tanto é que quando Aires criou o Municipal, eu sai do Colégio Rio Bonito pra ir estudar lá”.

A ex-aluna Telma Rosa (2008) ressaltou ainda que “os investimentos que o prefeito Aires Abdalla fez na educação ajudou muito as pessoas que queriam estudar e não podiam pagar, como eu”, em relação ao Colégio Municipal lembra a ex-aluna que não tinha escola pública desse porte na região e que “todos queriam estudar lá”. Já Aládia Duarte (2008) lembra que “Rio Bonito não teve um prefeito que investiu tanto em educação como o prefeito Aires Abdalla, ele e a mulher dele, a Sheylle Mary construíram muitas escolas porque Rio Bonito não tinha muitas escolas como tem hoje”.

Helanilza Valgueiro<sup>131</sup> (2008), ex-aluna do curso normal lembra que “Rio Bonito ganhou muito com a construção do Colégio Municipal e com a implementação dos cursos técnicos aqui no Centro e também no interior”. A construção do Colégio Municipal Kingston G. de Souza Motta em Boa Esperança, Segundo Distrito do município e a ampliação do Colégio Municipal Duque de Caxias em Rio Seco, interior do município permitiram a expansão do 2º Grau profissionalizante para essas regiões.

A senhora Deora Pereira<sup>132</sup> (2008), mãe de alunos da época e ex-aluna do curso

---

<sup>129</sup> A entrevistada Telma Rosa é rio-bonitense, tem 49 anos e quando iniciou os estudos no curso de Formação de Professores do Colégio Municipal de Rio Bonito já tinha o curso técnico de contabilidade que havia concluído no Colégio Manuel Duarte (colégio particular). Rio Bonito, 28 mar. 2008.

<sup>130</sup> A entrevistada Aládia Duarte tem 51 anos e foi, inicialmente, aluna do curso de Formação de Professores do Colégio Rio Bonito (colégio particular). Após a inauguração do Colégio Municipal de Rio Bonito ela se transferiu para lá, para concluir o curso. Moradora de Rio Bonito. Rio Bonito, 28 mar. 2008.

<sup>131</sup> A entrevistada Helanilza Valgueiro é rio-bonitense e tem 54 anos. Helanilza foi aluna do curso de Formação de Professores do Colégio Rio Bonito. Rio Bonito, 29 set. 2008.

<sup>132</sup> A entrevistada Deora Pereira tem 61 anos. Foi aluna do curso de enfermagem do Colégio Municipal de Rio Bonito. Mãe de Edson Jorge Pereira da Silva, ex-aluno da escola primária nos anos 70. Rio Bonito, 26 mar. 2008.

de enfermagem foi categórica ao afirmar que “Aires Abdalla só se tornou o político conhecido que é porque trabalhou muito pela educação da nossa cidade, aqui não tinha escola para as crianças estudarem, era tudo longe. Tudo que tem de escola foi ele que deixou, quando ele fez o Municipal até eu fui estudar lá depois de velha”.

O reconhecimento ao investimento feito pelo ex-prefeito na rede escolar pública municipal de Rio Bonito ficou na memória de parte da população como sendo importante para eles e para seus filhos. Além disso, o depoimento do ex-prefeito afirmando que as pessoas o mandavam “pra casa dormir” foi uma manifestação de apoio político ao prefeito que ficou conhecido “porque trabalhou muito pela educação da nossa cidade”, como afirmou Deora Pereira.

Quando a ex-aluna Telma Duarte diz que “meu pai conversou” com os políticos da época, ela está trazendo à tona uma memória que não é só dela, mas foi, possivelmente passada para ela através do pai, como uma memória herdada ou uma memória vivida por tabela (POLLAK, 1992). Isso não significa que o relato tenha menos valor, segundo Pollak (1992) a memória vivida por tabela também deixa sua marca, tanto que “pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (p. 203).

Podemos identificar na ex-aluna Aládia Duarte que sua memória apresenta elementos da atualidade misturados ao tempo em que era aluna. Ao afirmar que “não tinha muitas escolas como tem hoje” a aluna nos faz perceber o quanto a memória é fluida ao passear pelo passado e presente, num movimento constante. Vale destacar que Fernando Catroga (2001, p. 40) salienta que a fonte oral deve ser analisada criticamente pelo historiador, assim como o documento escrito e afirma que:

[...] o certo é que outras características, apresentadas como típicas da memória (seleção, finalismo, presentismo, verossimilhança, representação), também se encontram no trabalho historiográfico, dado que, hoje, este não se cinge à busca de explicações por causalidade eficiente, e a visão linear, acumulativa, homogênea e universalista do próprio progresso dos conhecimentos sobre o passado é contestada (CATROGA, 2001, p. 40).

Reconhecemos, como alerta Fernando Catroga que a memória deve ser entendida como um documento e como tal deve receber um tratamento levando em consideração, como vimos no relato da ex-aluna Aládia Duarte, entre outros, o “presentismo”, que também pode ser percebido no relato de Deora Pereira ao dizer que

“tudo que tem de escola [hoje] foi ele que deixou”<sup>133</sup>.

Perguntamos aos entrevistados se tiveram acesso ao “jornalzinho” “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, apenas três tiveram acesso, mas não aos quatro números. Duas pessoas não lembraram e uma, confundiu com materiais que são distribuídos durante o período eleitoral, que muitas vezes também possuem o mesmo formato de jornais. Com a ampliação da rede escolar pública municipal de Rio Bonito realizada na gestão do prefeito Aires Abdalla no período de 1977 a 1982, muitas pessoas tiveram acesso a escolas de 1º e 2º graus, somado a isso, o material de divulgação funcionou como um material de apoio às ações, cujo objetivo era criar uma imagem, uma representação do prefeito que “sempre esteve de portas abertas para ouvir as aspirações populares”.

Nas eleições municipais de 1982 o prefeito Aires Abdalla apoiou a candidatura dos emedebistas Aguiar Borges, Tarquínio Freire e Jorge Campos que foram derrotados pelo ex-prefeito arenista Alcebíades Moraes Filho que retornava à prefeitura. Nas eleições de 1986 Aires Abdalla foi eleito deputado estadual pelo PMDB e passou a atuar na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Encerrou a vida pública em 2008, como vice-prefeito da cidade. Nas últimas eleições municipais, ele não se candidatou, e limitou-se a apoiar a candidatura de outros candidatos. Para as pessoas que foram beneficiadas pelas melhorias na educação escolar pública municipal de Rio Bonito, Aires Abdalla deixou de ser um simples prefeito para se tornar um símbolo, “o prefeito da educação”.

Assim, acreditamos que todo o investimento para ampliar a rede escolar pública municipal de Rio Bonito e construir uma imagem de homem público dedicado a essa causa surtiu efeito ao verificarmos que a memória de alunos e pais da época busca exaltar o ex-prefeito afirmando que ele “se tornou o político conhecido que é porque trabalhou muito pela educação”. Entendemos que os relatos feitos pelos depoentes foram marcados por uma tentativa de organização de suas lembranças, neste sentido, há uma compreensão de que a memória dessas pessoas são percebidas e pensadas como representações da apreensão do mundo social, tendo em vista que a percepção do mundo não é neutra. Não devemos esquecer que as pessoas constroem narrativas sobre si mesmas e o passado é sempre uma representação (CHARTIER, 1991, p. 17).

Entendemos que a parceria com o governo estadual, a aproximação com

---

<sup>133</sup> Na verdade existiam escolas construídas por outras gestões em 2008, como por exemplo, a Jardim de Infância Municipal Barão do Rio Branco, Escola Municipal Paulo do Couto Pfeil, Colégio de Ensino Médio Márcio Duílio Pinto, Espaço Municipal de Ensino Supletivo etc.

Chagas Freitas, foi fundamental para a realização de obras importantes no município, como a construção do “gigantesco complexo educacional”, que segundo o relato de Aires Abdalla, lhe rendeu a possibilidade de continuar sua trajetória política, visto que, segundo disse, ele poderia “ir pra casa dormir” que estaria eleito.

## 4 – CONCLUSÕES

Esta dissertação teve o objetivo de compreender o momento da trajetória política do prefeito Aires Abdalla Helayel, do MDB, que durante o seu primeiro mandato como prefeito de Rio Bonito (1977 a 1982), realizou uma expressiva ampliação na rede escolar pública municipal da cidade, buscando construir uma memória que o promovesse politicamente. Como vimos no primeiro capítulo sua campanha em direção ao executivo municipal em 1976 não teve apoio das principais lideranças emedebistas do estado do Rio de Janeiro o que só aconteceu a partir de 1979, quando já estava na prefeitura.

Assim, o primeiro capítulo procurou analisar as discussões em torno da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, entendendo ter sido esse o principal fator que desencadeou a queda de braços entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto pela liderança do novo diretório estadual do MDB, partido a que Aires Abdalla estava filiado desde sua juventude. O resultado dessa disputa acirrada foi a vitória de Chagas Freitas quando esse foi eleito o primeiro governador do novo estado do Rio de Janeiro. Longe desses embates e disputas, Aires Abdalla despontava em Rio Bonito como principal liderança do partido prometendo durante sua campanha política, priorizar a saúde e a educação e como vimos através da “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, a educação parece ter sido a principal bandeira dessa administração.

Verificamos que o diretório municipal do MDB rio-bonitense não fazia parte da base aliada, que se formava para garantir a Chagas Freitas o controle do partido a nível estadual. Segundo informações do ex-prefeito Aires Abdalla, ele não conhecia Chagas Freitas pessoalmente, o que só aconteceu em 1979, quando os dois já estavam no poder, ou seja, Aires Abdalla não foi favorecido e nem compôs a “máquina chaguista” (SARMENTO, 2004a) durante as eleições de 1976. Por conta disso, o jovem vereador do MDB de Rio Bonito não foi favorecido com espaços nas páginas do jornal “O Dia”, como muitos outros políticos do interior fluminense, o que só aconteceu em 8 de maio de 1982. Dessa forma, o prefeito criou seus próprios mecanismos de divulgação e auto-promoção.

Ao mesmo tempo, verificamos que o prefeito que tinha a intenção de ampliar a rede escolar pública municipal da cidade não tinha apoio político do senador Amaral

Peixoto, principal liderança do MDB no estado do Rio. Segundo relatos do jornalista Leir Moraes o senador Amaral Peixoto não expressava simpatia pela cidade de Rio Bonito, o que entendemos como uma estratégia política do senador diante do poderio arenista local que se perpetuava no poder desde que o bipartidarismo havia sido implementado em 1965 e, mesmo nas eleições de 76 se manteve forte, como verificamos que os candidatos Niraldo Moraes e Nelson Mendonça só perderam na contagem da sublegenda.

A soma da sublegenda do MDB rio-bonitense venceu pela primeira vez, desde 1965, a Arena local com uma diferença de 913 votos de um universo de 17.261 eleitores cadastrados, segundo dados do Anuário Estatístico do Rio de Janeiro (1978, p. 455). Verificamos, no segundo capítulo, que quatro dias após o dia da eleição, ocorrida em 16 de novembro de 1976, o nome de Aires Abdalla Helayel foi estampado no jornal semanal “Correio do Grande” Rio (19 a 25 de novembro de 1976) como um “novo fenômeno político” no estado do Rio de Janeiro.

Não foi apenas o executivo rio-bonitense que sofreu mudanças significativas, com a eleição de um candidato do MDB, mas a Câmara de vereadores da cidade também passou por uma mudança importante, visto que foram eleitos 5 vereadores mais dois suplentes emedebistas contra 6 vereadores arenistas mais um suplente. No pleito anterior ao de 1976 apenas dois vereadores arenistas tinham sido eleitos. Verificamos que o bom desempenho do MDB local estava condizente com o crescimento do partido a nível estadual e nacional, como bem mostraram Marly Motta (1999) e Marieta Ferreira (2006).

Apesar do exemplar do jornal “Correio do Grande Rio” (19 a 25 de novembro de 1976) não considerar os números da eleição apresentados anteriormente, a idéia de que Aires Abdalla, o segundo prefeito mais jovem do Brasil, era um “fenômeno político” no estado do Rio de Janeiro, foi reforçada com a elaboração e divulgação dos seus atos enquanto prefeito através do material “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, um material em formato de jornal, pago pela prefeitura em parceria com algumas empresas, na sua grande maioria da cidade com o objetivo velado de promover o prefeito e torná-lo um “signo” na memória da população (CHARTIER, 1991).

Nos quatro exemplares da “A Tribuna Especial de Rio Bonito” Aires Abdalla buscou mostrar que era o prefeito “[...] eminentemente popular, sem mordomias e de portas abertas [...] Um governo de diálogo, do povo” (A Tribuna Especial de Rio Bonito, 1979, p. 1). A imagem do prefeito que se buscou mostrar nesses materiais de

divulgação foi a de um homem comum, trabalhador, que coloca a mão na “massa” e não um político que vive das mordomias da administração pública. Na busca de convencer o eleitorado de que Aires Abdalla era um homem “do povo”, esse material de divulgação explorou fotografias que mostravam o prefeito em visita as obras espalhadas por toda cidade, onde ele aparecia misturado aos operários, “sem mordomias”.

Caminhando em direção à ampliação da rede escolar pública municipal da cidade, Aires Abdalla buscava atender as aspirações de boa parte da população que se declarou, dentre outras formas, através da enquete realizada pelo jornal “O Fluminense” de 26 de novembro de 1976, desejosa de melhorias na educação escolar. Os dados apurados indicaram que mais da metade das pessoas da enquete esperavam do novo prefeito mais investimentos em educação. Sendo assim, os quatro exemplares da “A Tribuna Especial de Rio Bonito” não pouparam tinta para mostrar como eram e como estavam ficando as novas escolas.

Para enfatizar a importância dos investimentos que estavam sendo feitos no setor educacional da cidade, foi dedicado uma boa parte do espaço nos materiais “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, para tratar sobre a educação escolar pública municipal da cidade. As manchetes chamavam a atenção do leitor com frases marcantes como: “A arrancada, com novas escolas” (1979, p. 9), “Em 3 anos mais escolas que em 131 anos de emancipação”(1980, p. 6 e 7), “O Colégio, a Faculdade e a Cidade Mirim” (1981, p. 5), “Escolas: a arrancada secular” (1981, p. 7), “Assim eram nossas escolas” (1982, p. 8) e finalmente, “A administração Aires Abdalla e o ensino de Rio Bonito” (1982, p. 9).

No terceiro capítulo buscamos verificar a ampliação da rede escolar pública municipal antes de Rio Bonito, tendo em vista que a educação escolar era uma das prioridades, como já mencionamos, do governo eleito em 1976. Verificamos que, ao assumir a prefeitura, Aires Abdalla encontrou quinze escolas municipais de 1º Grau existentes em 1978, doze possuíam apenas uma sala de aula. A rede pública local não contava com nenhuma escola de 2º Grau. Além disso, as escolas municipais existentes só ofereciam até a 4ª série do 1º Grau e, assim mesmo, nem em todas as escolas. 228 alunos estavam matriculados em toda a rede municipal em 1976 e 732 em 1977 segundo dados do Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (1978, 353), esse quadro foi se alterando ao longo dos cinco anos de mandato do prefeito, que passou a investir um maior volume de recursos na educação escolar.

Para os alunos darem continuidade aos estudos depois da 4ª série, antes das reformas e construções de novas escolas, deveriam solicitar bolsas de estudos as

autoridades municipais para prosseguirem estudando nas escolas particulares da região. Constatamos que o número de solicitação de bolsas de estudos aumentava significativamente, o que levou, segundo informou o ex-prefeito, a substituir as bolsas de estudos pela construção do “gigantesco complexo educacional” que atendesse desde o 1º grau até o 2º grau profissionalizante.

Segundo “A Tribuna Especial de Rio Bonito” de 1979 (p. 9) foi “modificada e organizada toda a estrutura da secretaria” com regularização da vida funcional de funcionários da educação, criação de arquivo escolar, elaboração de fichas individuais, históricos escolares, boletins, mapas estatísticos e atas de resultados finais. Além disso, eram ofertados “treinamentos” periódicos aos professores, cursos de aprimoramentos e seminários.

A apresentação dos dados da “nova” rede escolar municipal divulgada através de “A Tribuna Especial de Rio Bonito” foi estratégica e expressiva. Só o Colégio Municipal de Rio Bonito, que passou a funcionar em 1980 apresentava naquele ano 600 alunos matriculados, superava três vezes mais o número de alunos matriculados em 1976. O material de divulgação de 1982 divulgou uma lista com 15 escolas construídas pela administração Aires Abdalla, incluindo o Colégio Municipal de Rio Bonito/Astério Alves de Mendonça. Tornou-se notório que a ampliação da rede escolar pública municipal estava acontecendo com a reforma/construção de novas escolas, ampliação no número de vagas, criação de cursos técnicos de 2º grau, aquisição de novos materiais etc.

Mas de onde saíram tantos recursos? Segundo as justificativas do ex-prefeito foi necessária uma reforma tributária, justificativa que também esteve presente nos materiais de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito”. No entanto, nesse mesmo material, encontramos evidências que mostraram que boa parte desses recursos vieram dos cofres do governo do estado, ou seja, da proximidade que se criou entre o MDB rio-bonitense e Chagas Freitas. Se durante a campanha eleitoral de 1976 para a prefeitura de Rio Bonito Aires Abdalla não recebeu apoio do ex-governador da Guanabara, depois de eleito foi recebido pessoalmente por Chagas Freitas no Palácio das Laranjeiras. Segundo Aires Abdalla, “depois desse encontro tudo o que eu pedia ele me dava, ele [Chagas Freitas] me ajudou muito na construção do Colégio Municipal”.

Firmada a parceria entre o governo do estado e a prefeitura de Rio Bonito, por intermédio do deputado federal emedebista José Maurício Linhares, foi publicado no material de propaganda de 1981 que o governo municipal havia firmado convênio com

o governo de Chagas Freitas para execução de 7 obras, entre essas, se encontra a construção do refeitório e auditório do Colégio Municipal/”gigantesco complexo educacional”<sup>134</sup>.

Os investimentos realizados pelo ex-prefeito em prol da ampliação da rede escolar surtiram o efeito esperado por todo político, o reconhecimento do eleitorado. Apadrinhado por Chagas Freitas, Aires Abdalla conseguiu ampliar a rede escolar pública municipal de Rio Bonito e cumprir com a promessa de campanha de priorizar além da saúde, a educação. Efetivamente, ele se dedicou a algumas realizações que percebeu como relevantes para o eleitorado, fazendo a mediação<sup>135</sup> sustentada por Karina Kuschnir (2000) e divulgando essas realizações.

Ele não foi pra casa “dormir”, como recomendaram alguns eleitores, ficando na memória de boa parte da população como o prefeito da educação como observamos em alguns relatos apresentados ao fim do terceiro capítulo. Além disso, sua trajetória a partir daquele momento evidencia uma boa aprovação por parte do eleitorado rio-bonitense, rendendo frutos políticos até recentemente.

Concluimos afirmando que o caminhar teórico não foi fácil, o levantamento de fontes não foi simples e a escrita deste trabalho requereu muito tempo, mas esperamos com ele contribuir para ampliar os debates acerca da história fluminense. Assim, concordamos com Lowenthal (1998) que

Conhecer o passado é uma façanha tão extraordinária quanto alcançar o infinito ou contar as estrelas, já que em sua amplitude, mesmo quando bem documentado, ele tende a se tornar fugidio e amplo em sua extraordinária dimensão e variedade de situações. O passado apresenta-se com vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos, resíduos, objetos biográficos e diferentes tipos de documentação e fontes é desafio possível de ser enfrentado. (LOWENTHAL, 1998, p. 36 *apud* DELGADO, 2010).

---

<sup>134</sup> O prefeito buscou ajuda do governador Chagas Freitas para concluir a obra do Colégio Municipal que havia começado desde 1980, segundo consta, ele precisava de recursos para construir um refeitório e um auditório. O refeitório foi construído, mas o auditório não, logo, a municipalidade pode não ter recebido certas suficientes ou as mesmas podem ter sido usadas para outros fins.

<sup>135</sup> De acordo com Karina Kuschnir (2000) o político mediador é aquele que tem a capacidade de “mediar alianças” e com isso, conseguir benefícios para a população, assim: “Através do representante-mediador, a população tem acesso a dimensões e níveis de cultura de outra forma inatingíveis” (p. 8).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Zacarias Pereira. *Política e educação: análise de uma perspectiva partidária*. Campinas, SP: FE; Hortograph, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Org). *Usos e abusos da História Oral*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005, p. 183-191.
- BRUM, Argemiro Jacob. *Democracia e partidos políticos no Brasil*. Rio Grande do Sul: Unijuí, 1988.
- BURKE, Peter. A Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In.: *Estudos avançados*, vol. 5, n.º 11, jan./abr., 1991, p.173-191.
- CORDEIRO, Maria do Carmo Soares. *Rio Bonito – RJ: Escolas municipais e seus patronos*. Rio Bonito: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2012.
- COSTA, Fernanda Pereira da. *Cifrando e decifrando a formação de professores através do resgate da memória, da história e cultura local Rio Bonito – uma história para contar*. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- CUNHA, Luiz Antonio C. R. *Política educacional no Brasil: A profissionalização no Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1977.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DAVIES, Nicholas. *O financiamento público às escolas privadas*. Niterói, [s.d]. Disponível em <<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/nic7.htm>> Acessado em 23 maio 2008.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *Revista História Oral*. 3, 2000, p. 109-116. Disponível em

<revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rh&Page=article&op=view&path%5B%5D=25&path%5B%5D=19>. Acesso em 21/11/2012.

\_\_\_\_\_. *História Oral, memória, tempo, identidades*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. *A luta pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A luta pela des fusão no atual estado do Rio de Janeiro*. Revista geopaisagem (on line). Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/luta.htm>>, ISSN: 1677-650, acesso em 10/04/2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História Oral*. São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1998.

\_\_\_\_\_. A fusão: chaguimos x amaralismo. In.: SARMENTO, Carlos Eduardo (Org.). *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In.: ABREU, Alzira Alves de. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, cap. 6, p. 163-203.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. 3ª ed. Campinas/SP: Papirus, 2006.

FREIRE, Américo. Evento político e representação parlamentar: a fusão e os senadores da Guanabara e do Rio de Janeiro. In.: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo e MOTTA, Marly (Orgs.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. SARMENTO, Carlos Eduardo e MOTTA, Marly (Orgs.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In.: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 53-72.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo P. S. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 141 – 159.

\_\_\_\_\_. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – Arena (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUIMARÃES, Teresa Cristina Soares de Mello. *A prática agrícola e a qualidade de vida na comunidade rural do município de Rio Bonito, RJ*. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In. SANTOS, Milton e BECKER, Berta (org.) *Território, territórios*. Rio de Janeiro: DPQA, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2006.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*. (17), São Paulo: EDUC, 1998.

LE GOFF. 1924. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LOBO, Yolanda; FARIA, Lia. Políticas escolares e mudanças institucionais no Estado do Rio de Janeiro (1975-1987). *Portal SBHE*. [s.d.]. Disponível em: <[WWW.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/249.pdf](http://WWW.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/249.pdf)>, acesso em 25/10/2012.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e história interfaces. In.: *Tempo*. Revista do Depto de História da UFF. Niterói, Rio de Janeiro, 1996, v. 1, n.2, p. 73-98.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de. *Involução cartográfica do estado do Rio de Janeiro*. Laboratório de Cartografia (GeoCart) – UFRJ. Disponível em: <[http://www.geocart.igeo.ufrj.br/pdf/trabalhos/2003/Involu%E7%E3o\\_Cartografica\\_2003.pdf](http://www.geocart.igeo.ufrj.br/pdf/trabalhos/2003/Involu%E7%E3o_Cartografica_2003.pdf)>. Acesso em 20/12/2012.

MESQUITA, Ilka Miglio de; FONSECA, Selva. Formação de Professores de História: experiências, olhares e possibilidades. *Revista de História Unisinos*. Minas Gerais, v. 10, n. 3, p. 333-343, set./dez., 2006.

MORAN, Carlos A. Azabache e WITTE, Gilson. *A conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990*. In: Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, Ano 1, n.1, p.119-141, março 1993.

MOTTA, Marly Silva da (coord.). *Conversando sobre política: Erasmo Martins Pedro*. Rio de Janeiro: FGV, ALERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. A fusão da Guanabara com o estado do Rio: desafios e desencantos. In.: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo e MOTTA, Marly (Org.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. O que será do Rio? – refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo*. Rev. do Depto de História da UFF. Niterói (RJ) Janeiro, 1997, v.4, p.146-174.

\_\_\_\_\_. e SARMENTO, Carlos Eduardo. Silva da. *A construção de um estado: A fusão em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MOTTA, Marly Silva da. Rumo ao Governo da Guanabara. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Alerj, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo P. S. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 179 - 201.

\_\_\_\_\_. O MDB e as esquerdas. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 283 – 320.

\_\_\_\_\_. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

OFFERLÉ, Michel. *Lês partis politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-215.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 167 – 205.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo P. S. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15 – 38.

REZENDE, Luiz Eduardo. *O pensamento político das constituintes estaduais de 1975*. Rio de Janeiro, Alerj, 1992.

REZNIK, Luís. *Qual o lugar da história local?*. In: Laboratório de Pesquisa Histórica sobre a história de São Gonçalo, FFP/UERJ, 1999. Disponível em <[http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt\\_hsg\\_artigo\\_03.pdf](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf)>. Acesso em 20 maio 2008.

SARMENTO, Carlos H. *O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): Liderança, voto e estruturas clientelistas*. Rio de Janeiro: Folha Seca: FAPERJ, 2008.

SARMENTO, Carlos H. *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Alerj, 1999.

\_\_\_\_\_. Política e administração pública em tempos de exceção: a máquina chaguista no governo da Guanabara. In.: MOTTA, Marly; SARMENTO, Carlos e FREIRE, Américo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

\_\_\_\_\_. A morte e a morte de Chagas Freitas: a (des)construção de uma imagem pública – trajetória individual e as reelaborações da memória. In.: MOTTA, Marly; SARMENTO, Carlos e FREIRE, Américo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Henrique M.. Alguns apontamentos sobre o uso de fotografias em pesquisas históricas. In.: *Revista de História Regional* 5 (2): 137-148. Maringá: Inverno, 2000, p. 136-147.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Verbetes “Indústria Cultural”. In. \_\_\_\_\_. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*. Vol. 4, n. 8 – UFGD, Dourados, jul/dez, 2010.

SOARES, Clara Luiza de Moraes. *Um estudo sobre o Município: Rio Bonito, sua história, sua gente*. [S.l]: Editado pelo departamento de jornalismo – Superintendência de marketing da Golden Cross, 1988.

VIEIRA, Sofia e FARIAS, Isabel. *Política Educacional no Brasil: introdução histórica*. Editora Plano, 2003.

VILCHES, Lorenzo. *La lectura de La imagen: prensa, cine, TV*. Barcelona: Ed. Paidós, 4ª reimp., 1992.

WEREBE, Maria José Garcia. 30 anos depois: *grandezas e misérias do ensino no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

## FONTES

- 1) Leis
- 2) Jornais e material de divulgação
- 3) Dados estatísticos
- 4) Documentos
- 5) Sites
- 6) Entrevistas
- 7) Fontes bibliográficas

### 1) LEIS

BRASIL. Congresso. Ato Complementar nº 04, de 20 de nov. de 1964. Decreta o fim do multipartidarismo no Brasil. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília Senado Federal. Disponível em <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>, acessado em 13/05/11.

BRASIL. Congresso. Ato Institucional nº 02, de 27 de out. de 1965. Regulamenta o bipartidarismo no Brasil. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília Senado Federal. Disponível em <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>, acessado em 15/05/11.

BRASIL. Congresso. Lei Complementar nº20, de 01 de jul. de 1974. Dispões sobre a criação de Estados e Territórios no Brasil. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília Senado Federal. Disponível em <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>, acessado em 18/03/12.

BRASIL. Congresso. Lei 4.024, de 20 de dez. de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília Senado Federal. Disponível em <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>, acessado em 15/05/08.

BRASIL. Congresso. Lei 5.692, de 11 de ag. de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília Senado Federal. Disponível em <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>, acessado em 21/04/08.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1967.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1967. 109 p.

BRASIL. Congresso. Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965. Determina o código eleitoral que organizava e garantia o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e

ser votado. Presidência da República Federativa do Brasil, Brasília: Senado Federal, 1965.

BRASIL. Congresso. Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1968. Esta lei instituiu o sistema de sublegendas e dava a possibilidade dos partidos políticos instituírem até três sublegendas para os cargos de governador e prefeito. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1968.

BRASIL. TSE. *Dados estatísticos*. Rio de Janeiro, TSE, 1973 e 1977. V.8, 9 e 11. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Alerj, 1999, p. 273.

ATO COMPLEMENTAR nº 26 de 29 de novembro de 1966. Trata sobre a admissão do registro de candidatos em sublegendas. JOBIM e PORTO, 1966, p. 124

EMENDA CONSTITUCIONAL nº 14 de 9 de setembro de 1980. Altera o Título das Disposições Gerais e Transitórias, estendendo os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Suplentes até 1983. JOBIM e PORTO, 1966, p. 340.

CÂMARA. Rio Bonito. DELIBERAÇÃO nº. 240, 1963. Institui regras para liberação de bolsas de estudos para filhos de funcionários da prefeitura de Rio Bonito. Câmara Municipal de Rio Bonito. Rio Bonito, 1963.

## **2) JORNAIS E MATERIAL DE DIVULGAÇÃO**

JORNAL “O DIA”. Rio de Janeiro, 1974.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 1976.

JORNAL O FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 10 de jun. de 1975. Ano XCEIII/22021.

JORNAL O FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1976.

JORNAL FOLHA FLUMINENSE. Rio Bonito, 29 jan. 1990. [s.n.], p.1.

JORNAL CORREIRO DO GRANDE RIO. Rio de Janeiro, 19 a 25 de novembro de 1976, Ano II, nº. XXXII.

JORNAL A TRIBUNA. Niterói, 10 de maio de 1977.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO “A Tribuna Especial de Rio Bonito”. Niterói, 1979.

\_\_\_\_\_. Niterói, 1980.

\_\_\_\_\_. Niterói, 1981.

\_\_\_\_\_. Niterói, 1982.

### 3) DADOS ESTATÍSTICOS

FUNDAÇÃO IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, VIII Recenseamento Geral, vol. 1, tomo XVI, 1970.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IX Recenseamento Geral, vol. 1, tomo 3, n. 16, 1980.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: FIDERJ, ano 1, v. 1, 1978.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: FIDERJ, 1979.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: FIDERJ, 1980.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: FIDERJ, 1981.

### 4) DOCUMENTOS

MEMÓRIA do Estado do Rio de Janeiro: História Administrativa (1975-1998), vol. II, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ/CPDOC-FGV/APERJ, 2001. p.32-55.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação e Cultura. PLANO de Ação de Educação e Cultura, 1980 – 1983.

IMPLANTAÇÃO do Colégio Municipal. Rio Bonito, 1980.

QUADRO de Detalhamento de Despesas – Q. D. D. Rio Bonito, 1979.

REDE Escolar Municipal. Rio Bonito, 1980.

### 5) SITES

Informações sobre deputados – ALERJ: [www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/)

Informações sobre o ex-prefeito de Magé, Juberto Telles: [www.jornalmileniovip.com.br/historia/arquivo.php?cod=56](http://www.jornalmileniovip.com.br/historia/arquivo.php?cod=56)

Mapa do estado do Rio de Janeiro indicando a área do antigo estado da Guanabara. - <http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2011/05/proposta-de-criacao-de-novos-estados.html>

Informações sobre o deputado Lázaro de Carvalho: <http://pedacosdanossahistoria.blogspot.com.br/2005/11/no-lanamento-do-automvel-galaxie-o.html>

Informações sobre o deputado Jorge Leite: [http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/jorge\\_leite.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/jorge_leite.html)

Informações sobre o deputado estadual Gilberto Rodrigues:  
[http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/gilberto\\_rodrigues.html](http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/prealerj/gilberto_rodrigues.html)

Censo Demográfico: 1980 – IBGE, <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

## 6) ENTREVISTAS

AIRES A. HELAYEL. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 8 de maio de 2008.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 21 de junho de 2012.

ALÁDIA DUARTE. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 28 de março de 2008.

DEORA PEREIRA. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 26 de março de 2008.

EDILÉIA MORAES. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 19 de set. 2011.

EDSON JORGE. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 20 de set. 2011.

HELANILZA VALGUEIRO. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 29 de março de 2008.

LEIR MOARES. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 6 de maio de 2008.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 29 de março de 2012.

TELMA ROSA. Entrevista concedida a Gelson Souza. Rio Bonito, 28 de março de 2008.

## 7) FONTES BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus – antes, agora e depois?*. São Paulo: Saraiva, 1980.

CUNHA, Luiz Antonio C. R. *Política educacional no Brasil: A profissionalização no Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1977.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

JOBIM, Nelson e PORTO, Walter Costa (org.). *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985, 7ª edição.

WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

**ANEXOS**

**ANEXO A** – Lei Complementar nº 20.

**ANEXO B** – Imagem da Ponte Rio-Niterói: “Um novo Estado... Uma nova cultura”

**ANEXO C** – Mapa de Divisão Regional do Estado do Rio de Janeiro

**ANEXO D** – Mapa do Estado do Rio de Janeiro segundo a época de criação dos municípios (1960-2001)

**ANEXO E** – Conteúdo Programático de Metodologia do Ensino de Estudos Sociais no 1º grau (1978-1979)

**ANEXO F** – Primeira página do material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980.

**ANEXO G** – Rede Escolar Municipal.

**ANEXO H** – Mapa de Rio Bonito.

**ANEXO I** – Implantação do Colégio Municipal.

**ANEXO J** – Deliberação nº 240 de 27 de dezembro de 1963

ANEXO A – Lei Complementar nº 20.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 20, DE 1º DE JULHO DE 1974**

Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

Da Criação de Estados e Territórios

SEÇÃO I

Da Criação de Estados

Art. 1º - A criação de Estados e Territórios dependerá de Lei Complementar (art. 3º da Constituição federal).

Art. 2º - Os Estados poderão ser criados:

I - pelo desmembramento de parte da área de um ou mais Estados;

II - pela fusão de dois ou mais Estados;

III - mediante elevação de Território à condição de Estado.

Art. 3º - A Lei Complementar disporá sobre:

I - a convocação de Assembléia Constituinte;

II - a extensão e a duração dos poderes do Governador, nomeado na forma do art. 4º desta Lei Complementar;

III - o funcionamento do Tribunal e órgãos da Justiça, até que lei especial disponha sobre a organização judiciária, respeitadas as garantias asseguradas aos Juízes pela Constituição federal (art. 113);

IV - os serviços públicos e os respectivos servidores, agentes, órgãos e representantes;

V - os direitos, as obrigações, os deveres, os encargos e os bens em que o novo Estado haja de suceder;

VI - as subvenções e os auxílios de qualquer natureza a serem prestados pela União, abrindo, se necessário, os créditos correspondentes;

VIII - quaisquer outras matérias relativas à organização provisória dos poderes públicos do novo Estado aos seus serviços, bens e renda.

§ 1º - No período anterior à promulgação da Constituição estadual, o Governador nomeado na forma do art. 4º poderá expedir decretos-leis sobre todas as matérias de competência do Estado.

§ 2º - Promulgada a Constituição do Estado, cessará a aplicação das normas da lei complementar a que se refere este artigo com ela incompatíveis, exercendo, porém, o Governador nomeado e seus substitutos e sucessores o Poder Executivo até o término do prazo estabelecido na aludida lei complementar.

§ 3º - A partir da vigência da Constituição estadual e até o término do prazo fixado na lei complementar, o Governador poderá, em casos de urgência ou de interesse público relevante, expedir decretos-leis, aos quais se aplica o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 55 da Constituição, sobre:

- a) finanças públicas, inclusive normas tributárias;
- b) assuntos de pessoal;
- c) assuntos de organização administrativa.

§ 4º - A Assembléia Constituinte, após a promulgação da Constituição, passará a exercer as funções de Assembléia Legislativa até o término do mandato dos respectivos Deputados, inclusive para a apreciação dos vetos apostos pelo Governador a projetos de lei, bem como dos decretos-leis baixados, na conformidade do § 3º, após a vigência do texto constitucional promulgado.

§ 5º - A partir da data do encaminhamento, ao Congresso Nacional, da mensagem relativa à lei complementar a que se refere este artigo e até a criação do novo Estado, é vedado, aos Estados que lhe deram origem, admitir pessoal ou alterar as disposições legais que o regem, ficando a obtenção de qualquer empréstimo interno também sujeita ao requisito estabelecido, no item IV do art. 42 da Constituição, para empréstimos externos.

Art. 4º - Durante o prazo estabelecido na Lei Complementar, nos termos do art. 3º, item II, o Presidente da República nomeará o Governador do novo Estado, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de reputação ilibada.

§ 1º - O Governador nomeado na forma do caput deste artigo será demissível ad nutum; e, em casos de impedimento, o Presidente da República designar-lhe-á substituto.

§ 2º - O Governador tomará posse perante o Ministro de Estado da Justiça.

Art. 5º - Até o início da vigência da Constituição do Estado, o Presidente da República, mediante decreto-lei, fixará a remuneração do Governador e disporá sobre o respectivo pagamento. (Vide Decreto-Lei nº 1.623, de 1978)

## SEÇÃO II

### Da Criação de Territórios

Art. 6º - Poderão ser criados Territórios Federais:

I - pelo desmembramento de parte de Estado já existente, no interesse da segurança nacional, ou quando a União haja de nela executar plano de desenvolvimento econômico ou social, com recursos superiores, pelo menos, a um terço do orçamento de capital do Estado atingido pela medida;

II - pelo desmembramento de outro Território Federal.

Art. 7º - Na hipótese prevista no inciso I do art. 6º desta Lei, a lei complementar que decretar a criação de Território Federal deverá autorizar a execução do plano de desenvolvimento ali referido, indicando as fontes de suprimento dos recursos.

## CAPÍTULO II

### Da Fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara

#### SEÇÃO I

##### Da Organização dos Poderes Públicos

Art. 8º - Os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara passarão a constituir um único Estado, sob a denominação de Estado do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975.

Parágrafo único - A Cidade do Rio de Janeiro será a Capital do Estado.

Art. 9º - A Assembléia Constituinte do novo Estado será eleita a 15 de novembro de 1974 e se instalará a 15 de março do ano seguinte, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara até a eleição de sua Mesa.

§ 1º - Para todos os efeitos de direito, os atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara constituirão circunscrições eleitorais distintas e terão número de representantes igual ao de Deputados de suas atuais Assembléias Legislativas, corrigido na conformidade do que dispuserem as leis em vigor.

§ 2º - São aplicáveis a essa eleição as normas de direito eleitoral que disciplinam a de Deputados às Assembléias Legislativas dos Estados.

Art. 10 - Para os primeiros quatro anos de existência do novo Estado, o Presidente da República, nomear-lhe-á o Governador, atendidas as condições do art. 4º desta Lei Complementar.

Parágrafo único - O Governador, nomeado a 3 de outubro de 1974 na forma deste artigo, tomará posse a 15 de março de 1975.

Art. 11 - O Poder Judiciário será exercido pelo Tribunal de Justiça constituído pelos Desembargadores efetivos dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e por seus Tribunais e Juizes.

Parágrafo único - O Governador do Estado estabelecerá em decreto-lei, o número de membros do Tribunal de Justiça e os critérios de aproveitamento e dos atuais Desembargadores, assegurada aos demais a disponibilidade a que alude o art. 144, § 2º, da Constituição federal.

## SEÇÃO II

### Do Patrimônio, dos Bens, Rendas e Serviços

Art. 12 - O Estado do Rio de Janeiro, criado por esta lei, sucede no domínio, jurisdição e competência, aos atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

§ 1º - O patrimônio, nele compreendidos os bens e a renda, bem como os direitos, obrigações de ordem interna e internacional, encargos e prerrogativas dos atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, são transferidos ao novo Estado.

§ 2º - Os serviços públicos estaduais, assim definidos por ato do novo Estado, lhe serão transferidos com os recursos orçamentários e extra-orçamentários a eles destinados e com os respectivos bens móveis e imóveis.

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o novo Estado, ou para os Municípios, as propriedades pertencentes aos Ministérios civis e militares que se tenham tornado desnecessárias aos serviços desses órgãos da União.

Art. 13 - Pertencem aos Municípios das Cidades do Rio de Janeiro e de Niterói os bens de qualquer natureza que, por decreto-lei do Governador do Estado, forem reconhecidos de domínio municipal.

§ 1º - O Governador do Estado criará, mediante decreto-lei, a estrutura administrativa do Município da Cidade do Rio de Janeiro.

§ 2º - Enquanto não for editado o decreto-lei a que se refere o caput deste artigo, o Município da Cidade do Rio de Janeiro administrará os bens, rendas e serviços do atual Estado da Guanabara.

Art. 14 - O Prefeito do Rio de Janeiro será nomeado, em comissão, pelo Governador.

Parágrafo único - Enquanto não for promulgada a Constituição do Estado e eleita a Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro, as atribuições do Prefeito serão definidas em decreto-lei baixado pelo Governador do Estado.

## SEÇÃO III

### Do Pessoal

Art. 15 - O pessoal em atividade do atual Estado do Rio de Janeiro, que houver adquirido estabilidade no serviço público, de acordo com a lei aplicável ao tempo da aquisição, e anterior a esta Lei Complementar, será transferido para o novo Estado, na data em que este se constituir.

Art. 16 - O pessoal em atividade, do atual Estado da Guanabara, que houver adquirido estabilidade no serviço público, de acordo com a lei aplicável ao tempo da aquisição e anterior a esta Lei Complementar, será:

I - transferido para o novo Estado, por ato do Governador, se também o for o serviço a que estiver vinculado na data da publicação desta Lei Complementar;

II - mantido no Município do Rio de Janeiro, nos demais casos.

Art. 17 - O pessoal inativo do atual Estado do Rio de Janeiro é transferido para o novo Estado; e, igualmente, o da Guanabara, se o serviço a que estava vinculado na data da passagem para a inatividade, for transferido para o novo Estado, aplicando-se, no que couber, a Lei federal nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

Art. 18 - No prazo a que se refere o art. 10, será implantado novo Plano de Classificação de Cargos para o pessoal ativo do novo Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º - A implantação do Plano será feita por órgãos, atendida uma escala de prioridades, na qual se levarão em conta a existência de recursos para fazer face às respectivas despesas e conveniências de reduzir o número de cargos.

§ 2º - A transferência ou transformação dos cargos existentes, para o novo Plano de Classificação de Cargos, processar-se-á gradativa e seletivamente, considerando-se as necessidades e conveniências da Administração, apenas quando estiverem ocupados à data desta Lei Complementar, e segundo critérios seletivos a serem estabelecidos, inclusive através de treinamento intensivo e obrigatório.

§ 3º - A ascensão e progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos e a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.

#### SEÇÃO IV

##### Da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Art. 19 - Fica estabelecida, na forma do art. 164 da Constituição, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Parágrafo único - A Região Metropolitana do Rio de Janeiro constitui-se dos seguintes Municípios: Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo, São João do Meriti e Mangaratiba.

Art. 20 - Aplica-se à Região Metropolitana do Rio de Janeiro o disposto nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Complementar nº 14, de 8 junho de 1973.

Art. 21 - É criado o fundo contábil para o desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, destinado a financiar os programas e projetos prioritários para a Região.

Parágrafo único - O Fundo será constituído de:

I - recursos de natureza orçamentária e extra-orçamentária, que lhe forem destinados pelo Governo federal, mediante apresentação de planejamento adequado;

II - produto de operações de crédito internas e externas, observada a legislação federal pertinente;

III - parcela dos recursos a que se refere o art. 24, para destinação aos serviços comuns da Região Metropolitana;

IV - recursos de outras fontes, internas e externas.

## SEÇÃO V

### Disposições Transitórias

Art. 22 - O Governador poderá, através de decreto-lei, modificar, unificar e reordenar os orçamentos de receita e de despesa votados pelos atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara para o exercício de 1975.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo aplica-se aos orçamentos dos órgãos da Administração Indireta, inclusive aos de regime jurídico privado.

Art. 23 - Incorporar-se-ão ao orçamento do novo Estado as transferências de recursos feitas, a qualquer título, pela União, no exercício de 1975.

Parágrafo único - Quando as transferências referidas no caput deste artigo não tiverem destinação específica, poderá o Governador do novo Estado imputá-las à suplementação da despesa já orçada ou dispor em decreto-lei, sobre a aplicação dos recursos respectivos.

Art. 24 - Sem prejuízo dos recursos de natureza tributária a que terá direito o Município do Rio de Janeiro, neles se incluindo a participação na receita do ICM, o novo Estado aplicará, obrigatoriamente, no referido Município, inclusive para atender ao pagamento de obrigações e encargos relativos àquela área, os seguintes percentuais do ICM efetivamente arrecadados e pertencentes ao Estado:

1975 .....	100%
1976 .....	90%
1977 .....	80%
1978 .....	70%

Art. 25 - Caso a parcela correspondente aos Municípios pertencentes ao atual Estado do Rio de Janeiro, no fundo municipal de participação no ICM do novo Estado, venha sofrer redução relativamente ao seu valor no ano de 1974, a União complementarà aquele valor em montante que lhe assegure um crescimento anual, a preços constantes, de pelo menos 5% (cinco por cento), pelo período de cinco anos.

Art. 26 - Até que o novo Estado disponha a respeito, serão mantidas a divisão e a organização municipais do atual Estado do Rio de Janeiro.

Art. 27 - São respeitados os mandatos municipais em curso, assim legislativos como executivos.

Art. 28 - São mantidas as eleições de Deputados federais e de Senadores que se realizarão a 15 de novembro de 1974.

§ 1º - Os representantes referidos no caput deste artigo serão eleitos, separadamente nos atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, segundo as normas aplicáveis ao tempo, inclusive no que concerne ao número de Deputados e às datas inicial e final de seus mandatos.

§ 2º - O número de representantes do novo Estado à Câmara dos Deputados será fixado segundo as normas do art. 39, § 2º, da Constituição federal, somente a partir da nona Legislatura do Congresso Nacional.

§ 3º - Os atuais Senadores pelos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, cujos mandatos terminam a 31 de janeiro de 1979, e os eleitos a 15 de novembro de 1974, integrarão a representação do novo Estado na oitava Legislativa do Congresso Nacional, aplicando-se-lhe o disposto no art. 41, § 1º, da Constituição federal, somente a partir da décima Legislatura.

§ 4º - Para que seja observado o disposto no parágrafo anterior, a representação ao Senado Federal completar-se-á, na nona Legislatura, com a eleição de dois Senadores.

Art. 29 - As Comissões Executivas Nacionais dos Partidos Políticos são autorizadas a promover a unificação dos seus Diretórios Regionais nos atuais Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, nomeando Comissões Executivas Provisórias para esse fim e para os previstos no art. 59 da Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971.

Art. 30 - Após o dia 15 de novembro de 1974, o Ministro de Estado da Justiça poderá requisitar, sem prejuízo de direitos e vantagens, servidores dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, que ficarão à disposição da Secretaria-Geral de Planejamento.

Art. 31 - É interrompido o decurso do prazo de validade dos concursos já homologados por período igual ao da proibição constante do art. 3º, § 5º.

Art. 32 - A partir de 15 de março de 1975 até 31 de janeiro de 1977, o Prefeito do Município de Niterói será nomeado pelo Governador.

Art. 33 - As providências necessárias à instalação da Assembléia Legislativa, com poderes constituintes, serão tomadas pelo Ministro de Estado da Justiça.

Art. 34 - No período de 1º de fevereiro até 15 de março de 1975, as Assembléias Legislativas dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara serão dirigidas, administrativamente, pelos atuais membros das respectivas Mesas Diretoras em que forem reeleitos.

Art. 35 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender a despesas preliminares, inclusive de pessoal e material, decorrentes de determinações desta Lei Complementar, até a posse do Governador.

Parágrafo único - A abertura do crédito autorizado neste artigo será compensada mediante anulação de dotações constantes do Orçamento para o corrente exercício, de que trata a Lei nº 5.964, de 10 de dezembro de 1973.

Art. 36 - Poderá concorrer ao pleito de 15 de novembro de 1974 nos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, o eleitor que se filiar a Partido Político, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da publicação desta Lei, ficando dispensado do prazo a que se refere o art. 1º da Lei nº 5.782, de 6 de junho de 1972.

Art. 37 - O Presidente da República designará uma Comissão de quatro membros, entendidos na matéria dos símbolos nacionais, e representantes, respectivamente, dos Ministros da Educação e Cultura, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 1º - Essa Comissão, presidida pelo representante do Ministro da Educação e Cultura, proporá as alterações que, na forma da lei, devam ser feitas nos símbolos nacionais, em consequência da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

§ 2º - O Presidente da República estabelecerá em decreto as alterações referidas no parágrafo anterior.

Art. 38 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

ANEXO B – Imagem da Ponte Rio-Niterói: “Um novo Estado... Uma nova cultura”

Rio, 6-Julho-1974 O DIA • O jornal de maior circulação do País 7

# um novo estado... um futuro melhor



“Um dia, quem sabe, lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói. Uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que também se faça uma ponte de ferro. A ponte política ligará os dois Estados, pois que somos todos fluminenses, e esta cidade passará de capital de si mesma a capital de um grande Estado único a que se dará o nome de Guanabara. Unidos, seremos alguma coisa mais que separados”.

Somando o que fizemos separadamente, conseguimos chegar ao que somos: o 2.º maior Estado do Brasil.

Juntos faremos ainda mais.  
Com a participação de todos  
estaremos na vanguarda do Progresso

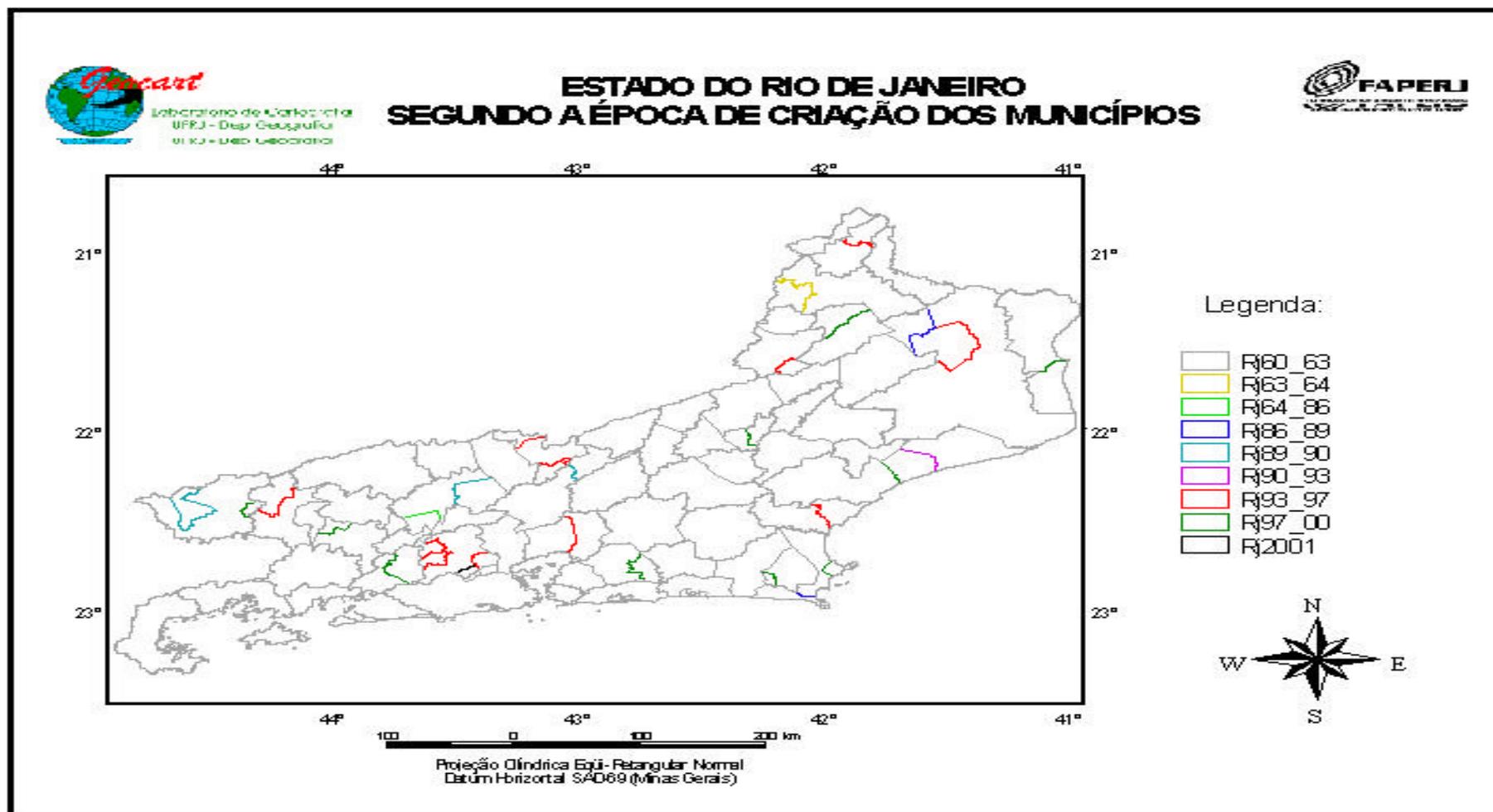
**SOMENTE PENSANDO NO BRASIL**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA GUANABARA  
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO**

Fonte: Jornal “O Dia”, 6 de julho de 1974, p. 7. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, setor de periódicos.

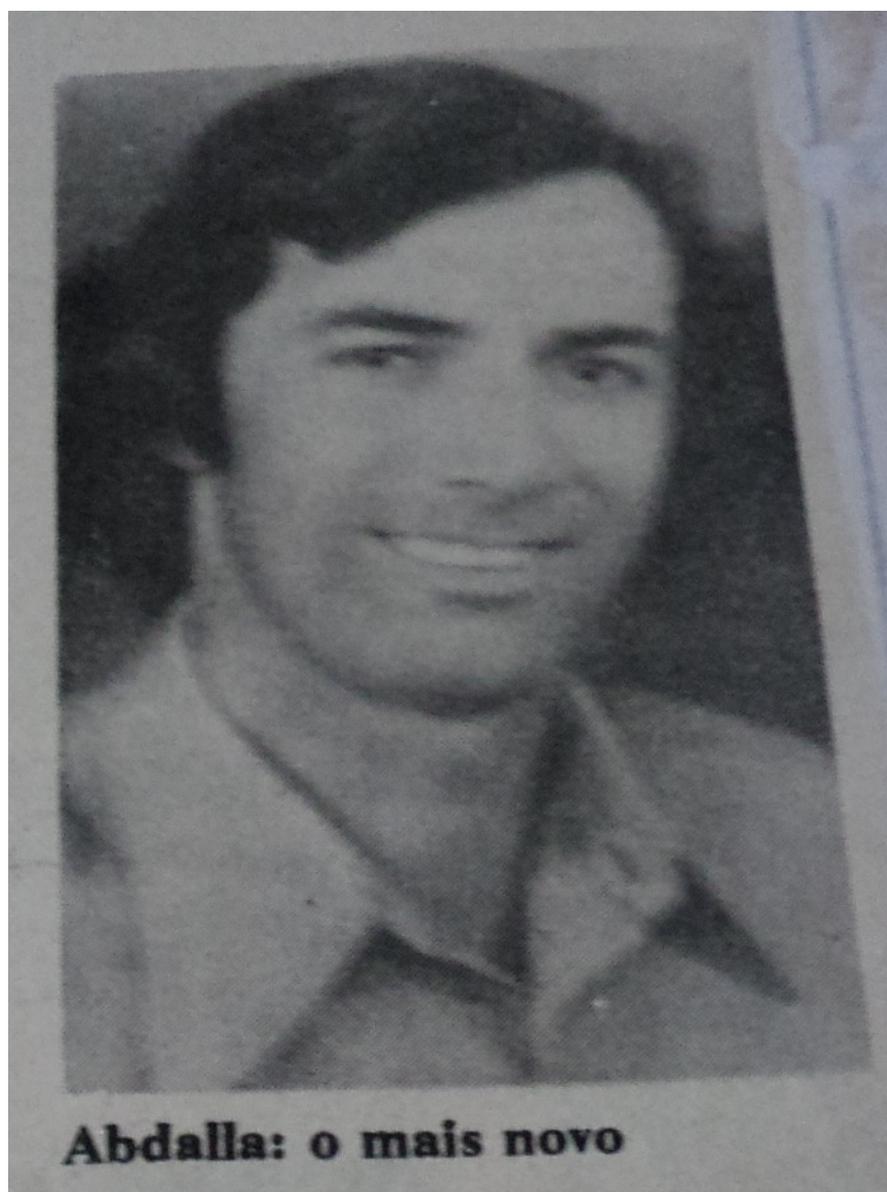


ANEXO D - Mapa do Estado do Rio de Janeiro segundo a época de criação dos municípios (1960-2001)



Fonte: MENEZES, Paulo Márcio Leal de. *Involução cartográfica do estado do Rio de Janeiro*. Laboratório de Cartografia (GeoCart) – UFRJ. Disponível em: <[http://www.geocart.igeo.ufrj.br/pdf/trabalhos/2003/Involu%E7%E3o\\_Cartografica\\_2003.pdf](http://www.geocart.igeo.ufrj.br/pdf/trabalhos/2003/Involu%E7%E3o_Cartografica_2003.pdf)>, p. 04. Acesso em 20/12/2012.

**ANEXO E – Foto: “Aires Abdalla: o mais novo”**



Fonte: Jornal O Fluminense: O Estado do Rio, edição – Magé, Itaboraí e Rio Bonito, Arquivo pessoa do professor Arnupho Ferro, 1976, p. 1.

ANEXO F – Primeira página do material de divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, 1980.

RIO BONITO  
3 Anos de governo  
Aires Abdalla

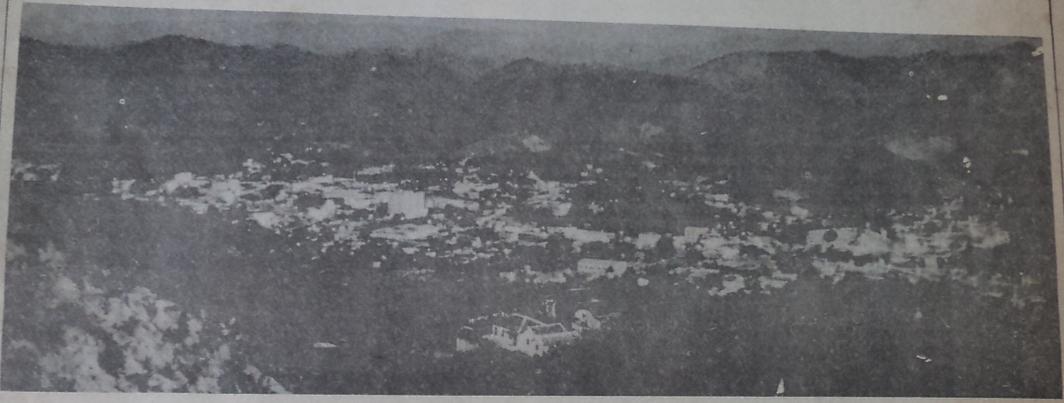
**tribuna**  
ESPECIAL

**RIO BONITO**

1846 7 DE MAIO 1980

**3**  
ANOS DO  
GOVERNO  
AIRES ABDALA

**134 ANOS DE CULTURA E VIDA**



Rio Bonito, terra de poetas, do primeiro carro brasileiro à gasolina (o jipe “sou pequeno, mas sou brasileiro” que transportou Getúlio Vargas e Adhemar de Barros): Rio Bonito, das cachoeiras de Braçanã, Bagres e Rio Seco; do parque da Caixa D’Água; da Serra do Sambê; Amar à Querer; terra do doce de banana, do leite e do suco de laranja; único produtor, na América, de máquinas para retífica de eixo comando (virabrequim), de famosas cerâmicas, da boa laranja. Rio Bonito, de Manuel Duarte, B. Lopes, Renato Lacerda, Julia Cortines. Terra de camponeses, operários, estudantes, de povo amável que acolhe imigrantes e turistas, com ardor. Rio Bonito, de 462 km<sup>2</sup>, 50 mil habitantes, caminho do Brasil, pela BR-101. Rio Bonito, da água mineral, da bauxita, do feldspato, ametista, berilo e fluorita, que tempera o aço. Rio Bonito, de Boa Esperança e Basílio.

**TE SAÚDA VISITANTE AMIGO QUE  
VEIO FESTEJAR CONOSCO 134 ANOS  
DE LUTA, PROGRESSO E EMANCIPAÇÃO**

**UM  
BALANÇO  
POSITIVO**

Em todos os campos, Rio Bonito apresentou, desde a última festa pela sua emancipação político-administrativa, índices de progresso. Sua Prefeitura deu ênfase à Educação, ao Saneamento Básico, à Defesa do Meio Ambiente à assistência ao interior e à

estruturação interna, para dar maior agilidade à máquina administrativa, voltando-se para o Homem. Grandes projetos estão em andamento e, na esfera da iniciativa particular, o turismo ganhou novo alento com a instalação do seu primeiro hotel-fazenda.

**AIRES, UM  
GOVERNO  
ABERTO  
AO POVO**



Um Governo eminentemente popular. Sem mordomia e de portas abertas. Um Governo que vai ao encontro do povo para prestar contas, ouvir as aspirações, críticas e sugestões. Um Governo de diálogo, do povo. Um Governo que tem coragem de ir ao povo mostrar o porque de barreiras levantadas à boa marcha da administração. Um Governo Democrático, franco e popular, que luta pelo fortalecimento dos municípios, sacrificados por uma má distribuição da renda nacional. É assim o Governo de Aires Abdalla, que instalou um novo estilo de administração. E ele fala dos três anos de sua administração, na página três.

**A CIDADE ALTA DA BAIXADA**

Fonte: Material de Divulgação “A Tribuna Especial de Rio Bonito”, Casa da Cultura Hélio Nogueira, Rio Bonito/RJ, 1980, p.1.

## ANEXO G – Rede Escolar Municipal.

[1]

<b>Unidade Escolar</b>	<b>Localização</b>	<b>Grau</b>	<b>Modalidade de ensino</b>	<b>Séries</b>	<b>Condições do prédio</b>
01. E. M. Alvorada	Jacundá	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª e 3ª	Boa
02. E. M. Alda de Mello Cunha	Lagoa Verde – Basílio	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª e 3ª	O prédio é antigo e pequeno. Ainda este ano deve começar construção do prédio novo.
03. E. M. Casimiro de Abreu	Catimbau Grande	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Prédio muito bom. Ampliado e reformado em 1979.
04. E. M. Castro Alves	Catimbau Pequeno	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	O prédio está sendo ampliado e reformado.
05. E. M. Celina Mathias de Mello	Duas Barras	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Prédio novo, construído em 1978.
06. E. M. Claudionor José da Rosa	Tomascar	1º Grau	Pré-escolar	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Prédio novo, construído em 1978.
07. E. M. Cesarina Rangel Pinheiro	Lavras	1º Grau	-	Não está funcionando, nº de colonos da fazenda diminuiu devido a venda da mesma.	Prédio novo, construído em 1979.
08. E. M. Duque de Caxias	Rio Seco	1º Grau	Pré-escolar	Alf. 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª	Prédio muito bom. Ampliado e reformado em 1979.
09. E. M. Francisco A. de Mendonça	Rio Mole – Castelo	1º Grau	Pré-escolar	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Prédio muito bom. Construído em 1978.
10. E. M. Imbiara	Nova Cidade	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª e 3ª	Prédio cedido mas em ótimas condições.

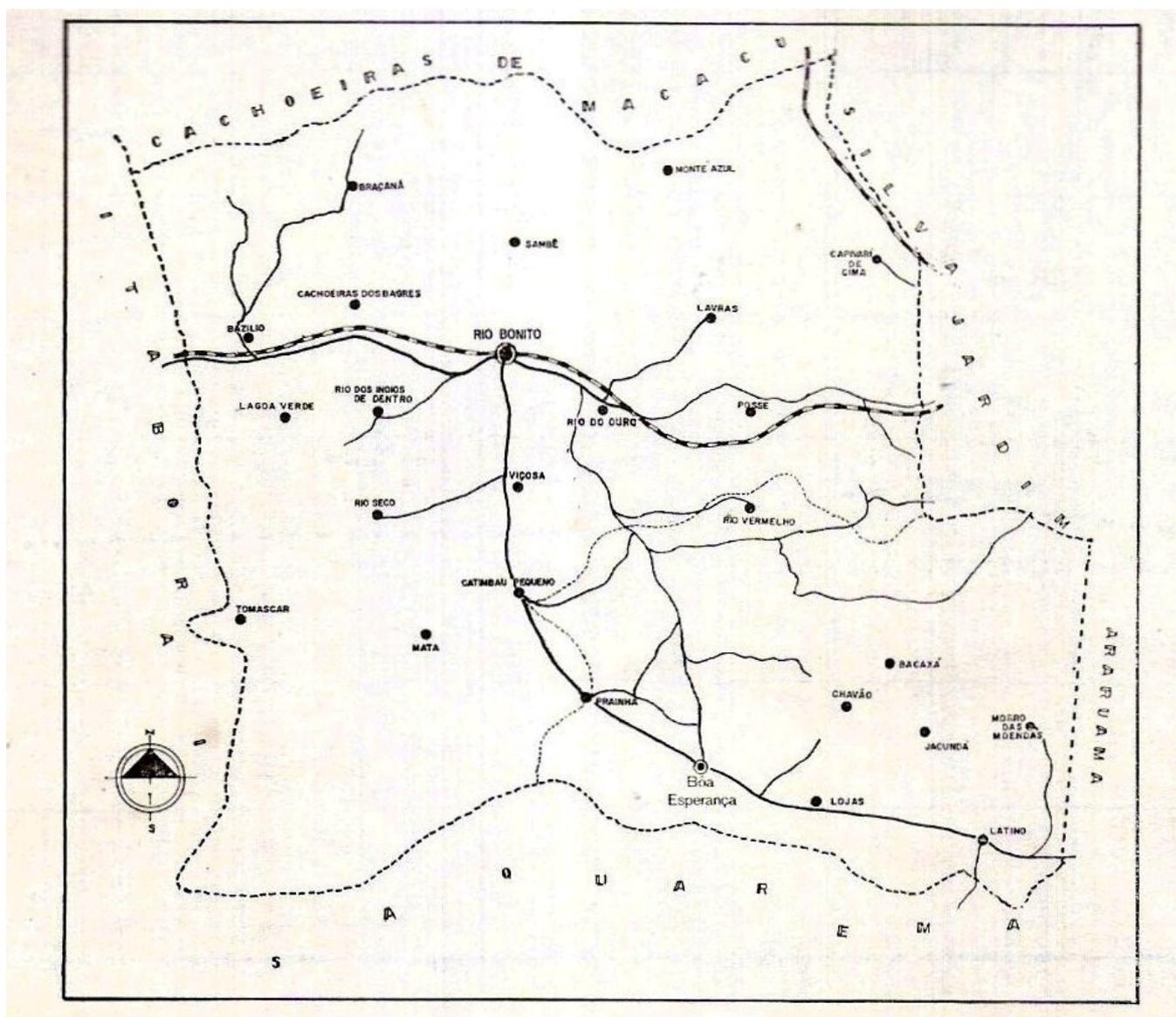
<b>Unidade Escolar</b>	<b>Localização</b>	<b>Grau</b>	<b>Modalidade De ensino</b>	<b>Séries</b>	<b>Condições do prédio</b>
11. E. M. Luís José de Moraes	Chavão	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Prédio muito bom, construído em 1979.
12. E. M. Manuel Duarte	Morro das Moendas	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Prédio alugado e um pouco pequeno. Prevista a construção para 1980.
13. E. M. M <sup>a</sup> . Ferreira de S. Carvalho	Lavras	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Prédio bom, foi reformado em 1979.
14. E. M. Munir Abdalla Helayel	Prainha	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Prédio muito bom, construído em 1978.
15. E. M. Gov. Roberto Silveira	Vertentes	1º Grau	Pré-escolar	Alf. 1ª, 2ª, 3ª e 4ª	Prédio muito bom construído em 1979 e entregue em 1980.
16. E. M. de Tatus	Tatus – Braçanã	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª e 3ª	Prédio muito bom, construído em 1978 e está sendo ampliado. em 1980.
17. E. M. Tiradentes	Braçanã de Cima	1º Grau	-	Alf. 1ª, 2ª e 3ª	Prédio alugado mas em ótimas condições. Prevista a construção para 1980.

Rio Bonito, de de 1980.<sup>136</sup>

Fonte: Documento disponível na secretaria do Colégio Municipal Dr. Astério Alves de Mendonça.

<sup>136</sup> Todo o texto foi mantido segundo o original, título, sem data, mês e assinatura.

## ANEXO H – Mapa de Rio Bonito.



Fonte: SOARES, Clara Luiza de Moraes. *Um estudo sobre o Município: Rio Bonito, sua história, sua gente*. [S.l.]: Editado pelo departamento de jornalismo – Superintendência de marketing da Golden Cross, 1988, p. 14.

**ANEXO I – Implantação do Colégio Municipal.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO**  
Secretaria de Educação e Cultura

**IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO MUNICIPAL**

A Administração AIRES ABDALLA vem, desde o início, empenhando-se em ampliar substancialmente a rede de ensino municipal. A construção de novas unidades, a reforma, equipamento e ampliação das já existentes, dão a medida da prioridade atribuída pela atual administração ao setor educacional.

Cumpre esclarecer, entretanto que a Prefeitura tem a seu cargo, apenas, o ensino de 1º grau referente às quatro primeiras séries do antigo curso primário. O ensino correspondente às demais séries do 1º grau está sendo ministrado pela rede estadual e por particulares, e o de 2º grau é de iniciativa exclusiva da rede particular.

A Municipalidade, além dos encargos com a manutenção de suas escolas, contribui ainda, através a concessão de bolsas de estudo, - Cr\$600.000,00 (Seiscentos mil cruzeiros) no exercício de 1979 – para que filhos de funcionários e pessoas desprovidas de recursos possam cursar o 1º grau completo ou o 2º grau.

Em considerando, ainda, que o orçamento do Município, em razão do elevado custo do ensino e do número sempre crescente de candidatos a bolsas, não permite a concessão de bolsas integrais – exceção feita aos filhos de funcionários por força de Lei Municipal – a Administração AIRES ABDALLA, após estudos realizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, resolveu substituir totalmente as bolsas de estudo pela criação de uma unidade de ensino – COLÉGIO MUNICIPAL DE RIO BONITO – destinada ao 1º e 2º graus, que passará a funcionar provisoriamente, a partir de 1º de março do corrente, na E. E. JOSÉ AUGUSTO COELHO DA ROCHA JUNIOR, em horário noturno.

O posicionamento assumido visa a propiciar a todos o estudo gratuito e a oportunidade de escolher dentre os cursos oferecidos MECÂNICA, TÉCNICO EM CONTABILIDADE, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, FORMAÇÃO DE PROFESSORES etc., o que melhor se adapte à sua vocação.

O COLÉGIO MUNICIPAL, ministrando um ensino profissionalizante, estará desempenhando papel econômico-social da maior relevância pois, além de oferecer aos

carentes de recursos a oportunidade de estudar gratuitamente, procurará não só a resolver os problemas dos setores da população com falta de qualificação profissional, ou seja, a classe trabalhadora mas, também, aos setores da população pertencente à classe média, como um meio de abertura de oportunidades.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 8 de março de 1980

---

Aires Abdalla Helayel

Matrículas abertas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no prédio da Prefeitura”.<sup>137</sup>

---

<sup>137</sup> Todos os *Grifos* são do documento original.

**ANEXO J** – Deliberação nº 240 de 27 de dezembro de 1963

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BONITO**

GABINETE

**DELIBERAÇÃO Nº 240 DE 27 DE DEZEMBRO 1963.**

A Câmara Municipal de Rio Bonito, estado do Rio de Janeiro, decreta e eu promulgo, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 81 da lei 109, de 16 de fevereiro de 1948, a seguinte Deliberação:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder bolsa de estudo ao filho do funcionário municipal que completar o curso fundamental comum a fim de matricular-se e cursar o ensino complementar.

§ 1º - Para gozar dos benefícios desta Deliberação será necessário que se encaminhe requerimento ao Senhor Prefeito anexando o atestado de conclusão do curso fundamental comum.

§ 2º - Cessarão os benefícios constantes do artigo 1º, o estudante que vier a exercer atividade lucrativa ou remunerada.

§ 3º - Os recursos para fazer face à despesa constante dos benéficos previstos no artigo 1º decorrerão de dotação orçamentária respectiva ou de créditos adicionais autorizados por lei.

Artigo 2º - A Presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Rio Bonito, em 26 de dezembro de 1963.

---

João da Fonseca Borges  
Presidente